

ANSELMO ALENCAR COLARES

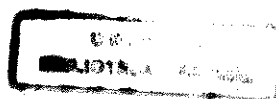
SOCIEDADE E EDUCAÇÃO EM SANTARÉM-PA:

**ESTUDO DO PERÍODO EM QUE O MUNICÍPIO
FOI ÁREA DE SEGURANÇA NACIONAL (1969/1984)**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

AGOSTO DE 1998



ANSELMO ALENCAR COLARES

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO EM SANTARÉM-PA:

**ESTUDO DO PERÍODO EM QUE O MUNICÍPIO
FOI ÁREA DE SEGURANÇA NACIONAL (1969/1984)**

Este exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por ANSELMO
ALENCAR COLARES e aprovada pela
Comissão Julgadora.

Data: Campinas,

Assinatura:

(Orientador)

Dissertação apresentada, como exigência parcial para
obtenção do Título de MESTRE em EDUCAÇÃO, na
Área de Concentração: Filosofia e História da Educação, à
Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação do
Prof. Dr. JOSÉ CLAUDINEI LOMBARDI.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

C67s

Colares, Anselmo Alencar.

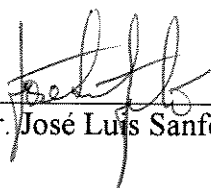
Sociedade e educação em Santarém – PA : estudo do período em que o município foi área de segurança nacional (1969-1984) / Anselmo Alencar Colares. – Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : José Claudinei Lombardi.

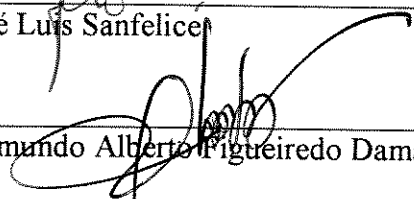
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação – História – Brasil. 2. Segurança nacional. 3. Governo militar – Brasil. 4. Movimentos sociais. I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. José Luis Sanfelice

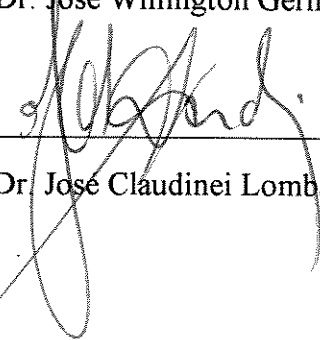


Prof. Dr. Raimundo Alberto Figueiredo Damasceno

Prof.^a. Dra. Maria Elizabete Sampaio Prado Xavier

Prof. Dr. José Willington Germano

ORIENTADOR: _____



Prof. Dr. José Claudinei Lombardi

Campinas, 27/08/1998

Dedico este trabalho:

A todos aqueles que lutaram e lutam com a força do sonho de um mundo melhor, contra a prepotência dos que põem o capital acima da humanidade, destruindo o presente e comprometendo o futuro.

A meu filho Lucas Anselmo, na esperança de que ele e os da sua geração, consigam não apenas manter vivos todos os sonhos de um mundo melhor, para todos, mas continuem buscando efetivá-los, mesmo que a avalanche da competição e do individualismo insista em negar esta possibilidade histórica.

AGRADECIMENTOS

Escrever, mesmo que uma simples carta familiar, exige concentração, criatividade, disposição e tranquilidade, para que possa corresponder ao julgamento de quem escreve e possibilitar o entendimento de quem lê. Em um trabalho acadêmico, pela natureza que lhe é própria, além destes critérios, outros se impõem, tais como: a comprovação dos fatos através da utilização de fontes confiáveis; procedimentos teóricos e metodológicos definidos, precisão, clareza, objetividade. Há também a expectativa, em quem escreve e nos que irão avaliar, quanto a contribuição social que o produto materializado possa apresentar à sociedade, inclusive por ter ela contribuído para tal.

Nas circunstâncias apontadas, é evidente que a escrita de um trabalho acadêmico, mesmo sendo individual, é tributária da contribuição de muitas pessoas, as quais, de diferentes formas, se fazem presentes nas linhas ou nas entrelinhas, inclusive aquelas que, por alguma razão, não estejam explicitamente elencadas nas páginas destinadas aos agradecimentos.

Ao longo dos dias e noites que me dediquei à leituras e também à escrita do texto, quase sempre tendo que me “desligar” de quase tudo e de todos, a conduta exemplar de minha esposa Lília, através do carinho, da atenção e do estímulo que nunca me faltaram, garantiu os quesitos indispensáveis para que eu pudesse produzir o presente trabalho. A ela, meu expressivo agradecimento.

A meus pais, Sebastião e Raimunda, agradeço pela orientação de vida que me proporcionaram, em especial a minha mãe, de quem sempre recebi apoio para estudar.

* À professora Luzemira Batista Pereira, com quem aprendi a escrever e ler as primeiras palavras e, aos demais, de todos os níveis escolares, culminando com os professores docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da UNICAMP, dos quais tive o privilégio de ser aluno: Demerval Saviani, Ediógenes Aragão, Elizabete Xavier, Newton Bryan, José Claudinei Lombardi e Raquel Gandini.

* Ao Professor Dr. José Claudinei Lombardi, que com sua orientação segura e experiente, tornou viável a efetivação deste trabalho e aos professores doutores José Luiz Sanfelice e Eliézer Rizzo de Oliveira, pelas importantes contribuições apresentadas quando do exame de qualificação;

* Através da Nadir, agradeço a todo o pessoal da Secretaria do Programa de Pós-Graduação, e em nome de Gildenir e Rose, aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Educação.

* À CAPES, pela bolsa que me foi assegurada e que possibilitou o deslocamento de Santarém para concretizar os estudos na Unicamp;

* A Luiz Bezerra Neto, Jorge Wilson Clark, Mara Jacomeli e Regina Monteiro, em nome dos quais estendo meus agradecimentos aos demais colegas de curso e do grupo de estudos e pesquisas HISTEDBR, que colaboraram nos debates em sala de aula e com opiniões para o desenvolvimento deste trabalho;

* À Graziela Pachane, pela leitura crítica e sugestões apontadas;

* À professora América Mota que se dispôs a contribuir na revisão final desta dissertação, apesar do curto espaço de tempo e o inconveniente da distância;

* Aos amigos Tadeu e Terezinha, e seus filhos Natáli, Tadeu Valim e Juliana, que me acolheram quando da vinda para a seleção do mestrado e continuaram a me incentivar e apoiar ao longo do percurso de estudos;

* Ao Prof. Aldo Gomes Queiróz, Coordenador do Campus Universitário de Santarém, na pessoa de quem agradeço aos colegas professores, funcionários e estudantes daquela unidade de ensino, pelo incentivo para o afastamento e a expectativa que alimentam quanto ao resultado do trabalho;

* A Denise e Miguel Miranda, Célia e Sérgio Henn, Mauro Zeuri, Cristina Bezerra, Marinelza Galvão, Dayse Cristina e Lilian Colares Medeiros, com quem contei na solução de problemas direta ou indiretamente relacionados ao presente trabalho;

* Aos professores da UFPA: Alberto Damasceno e José Orlando, que participaram da discussão inicial quando da elaboração do projeto de pesquisa, e a professora Fátima Lima, de quem tenho recebido prestimoso apoio.

* Às pessoas que entrevistei, pela paciência em dialogar e pelas sugestões apontadas: Antônio dos Santos Pereira, Antônio José, Edilberto Sena, Éfrem Galvão, Emir Bemerguy, Evandro Vasconcelos, Francisca do Rosário, Ivete Soares, Laurimar Figueira, Raimundo Barbosa Pacheco, Ronaldo Hein, Wilde Fonseca.;

* Ao Prefeito e ao Vice-Prefeito de Santarém, Joaquim de Lira Maia e Alexandre Wanghon; ao Presidente da Câmara Municipal, vereador Antônio Machado Freire; a Milson Pereira, Presidente da Associação Comercial de Santarém e a Cristóvam Sena, do Instituto Cultural Boanerges Sena, os quais me possibilitaram o acesso, sem restrições, aos documentos existentes nos arquivos destas instituições. Meus agradecimentos também ao Vinícius e Ormano Souza, funcionários (Prefeitura e Câmara Municipal), que me auxiliaram durante os trabalhos de coleta de dados para a pesquisa.

“A geração da gente

Não teve muita chance

De se afirmar, de arrasar, de ser feliz...”

(Celson Viáfara)

RESUMO

O presente trabalho, constitui-se em um estudo da sociedade e da educação no município de Santarém-PA, no período em que foi área de segurança nacional (1969-1984). Em sentido amplo, objetiva-se reconstruir a história de tal forma a permitir que se compreenda o controle exercido pelos governos militares através dos investimentos, da repressão e de outros mecanismos como a educação, assim como as contradições presentes ao longo do citado período.

A decretação do município como “área de interesse da segurança nacional” não foi um ato isolado. Fez parte de um conjunto de determinações políticas e econômicas. Ressalvadas as particularidades locais e regionais, Santarém incluía-se na estratégia de segurança e desenvolvimento, consubstanciada nos grandes projetos de “integração” nacional. Isto motivou a busca de compreensão de como a ideologia contida na Doutrina de Segurança Nacional se fez presente na vida da população e, especialmente, na sua formação educacional.

Questões como a relação educação/desenvolvimento, teoria do capital humano, tecnicismo, ensino profissionalizante, entre outras, são abordadas no trabalho. Utilizando-se dados quantitativos, procura-se demonstrar a evolução do atendimento escolar através do número de matrículas, mas também o déficit que foi sendo acumulado no período, principalmente como decorrência do acentuado aumento populacional que o município registrou, face ao desenvolvimento promovido pelos Governos Militares.

As fontes utilizadas (documentos, jornais, entrevistas, publicações diversas) possibilitaram identificar e descrever formas de reação ao regime militar desenvolvidas em Santarém, principalmente como resultado da ação organizacional e educativa realizada por instituições, movimentos sociais e populares influenciados no discurso e na ação do setor progressista da Igreja Católica. Como exemplos dessas formas de reação, destacam-se o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Associação dos Estudantes e a Associação dos Professores de Santarém.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1	
DA “MISSÃO JESUÍTICA” À “INTERVENÇÃO FEDERAL”	21
1.1. Caracterização geral do município de Santarém	21
1.2. Da “missão jesuítica” à “pérola do Tapajós”	30
1.3. A participação das ordens religiosas no processo de evolução educacional, através da escola	43
1.4. O panorama social, econômico e político, no período que antecedeu o golpe de 1964	48
1.5. As primeiras reações ao golpe de 1964 em Santarém e o surgimento dos “novos coronéis” do Estado do Pará	61
1.6. Da vitória do MDB à intervenção federal em Santarém	65
CAPÍTULO 2	
DESENVOLVIMENTISMO, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA	74
2.1. A fase dos prefeitos nomeados: os governos militares assegurando o controle político	74
2.2. Vigilância e desenvolvimento como complemento do controle político	80
2.3 O declínio da presença dos governos militares em Santarém	91
2.4. As contradições geradas pelo binômio segurança e desenvolvimento	98
2.5. Alguns episódios que retratam a repressão em Santarém	105
2.6. As organizações sociais, traduzindo formas de contestação ao Regime Militar	112
2.6.1. Associação dos estudantes e associação dos professores	116
2.6.2. Sindicato dos trabalhadores rurais	124

CAPÍTULO 3

A EDUCAÇÃO SOB O DOMÍNIO DOS GOVERNOS MILITARES 130

3.1. Novas concepções educacionais, como estratégia do Estado de
Segurança Nacional 132

3.2. A educação em Santarém, na década de 1960 145

3.3. A fase desenvolvimentista em Santarém e os reflexos para a
educação 149

3.4. Novos rumos na alfabetização: do MEB ao MOBRL 155

3.5. O ensino “profissionalizante” 163

3.6. O ensino superior 169

3.7. A educação em Santarém, no período 1969-1985: algumas reflexões
a partir de dados quantitativos. 172

3.8. O legado dos governos militares para a educação em Santarém 178

CONSIDERAÇÕES FINAIS 189

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 197

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 204

LISTA DAS FIGURAS E TABELAS

Foto 1: Vista panorâmica da cidade de Santarém	25
Foto 2: Comunidade típica da várzea	26
Tabela 1: Atendimento escolar no município de Santarém. Ensino fundamental e médio - rede pública: 1996	28
Mapa 1: Áreas geopolíticas	78
Tabela 2: Município de Santarém - receita orçamentária (1970-1979)	89
Tabela 3: Produção de ouro no Tapajós	102
Tabela 4: Expansão do ensino da rede pública oficial na zona urbana de Santarém (1960-1970)	148
Tabela 5: População de Santarém - anos 1960, 1970 e 1980	151
Tabela 6: Expansão do ensino na zona urbana de Santarém: 1960-1980	152
Tabela 7: Situação da rede de ensino em Santarém - ano 1980	152
Tabela 8: Mobral - alunos conveniados e alfabetizados: 1970 a 1976	162
Tabela 9: Santarém - atendimento escolar: 1985	173
Tabela 10: Insucesso escolar no ensino de 1º grau na rede pública - Santarém: 1980	174
Tabela 11: Expansão do ensino supletivo em Santarém - escolas da rede estadual	175

INTRODUÇÃO

Lecionando a disciplina História da Educação III¹, em Santarém, constatou-se que, apesar do curto espaço de tempo que separa as atuais gerações de estudantes dos acontecimentos do regime militar, há uma “ausência de memória” acerca do período 1964-85.

As opiniões emitidas pelos alunos sobre os governos militares, durante os debates em sala de aula, estavam impregnadas de um conteúdo saudosista. Apoiadas nos resultados materiais dos investimentos realizados naquele período, expressavam uma aprovação quanto ao modelo de desenvolvimento que o município experimentou, especialmente ao longo da década de 1970.

Decorrente dessa situação, fui motivado a realizar o presente trabalho de pesquisa, o qual constitui-se em um estudo da sociedade e da educação no município de Santarém-PA, no período em que ele esteve na condição de área de interesse da segurança nacional (1969-1984).

¹ A disciplina História da Educação III, com 90 h/a, integra o currículo do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA.

Objetiva-se, fundamentalmente, com este trabalho, o resgate da história da sociedade e da educação em Santarém, reconstruindo-a a partir da descrição de acontecimentos marcantes e cujos desdobramentos atingiram toda a população.

O período 1964-1985 é um dos mais sombrios da história brasileira. Nele os governos militares tudo fizeram em nome da necessidade estratégica de manter a “ordem” e a “segurança”, a fim de que se atingisse o desenvolvimento, imperativo para a construção do Brasil potência.²

Após a tomada do poder político pelos altos comandos militares, apoiados por alguns setores civis, uma série de generais ocupou a Presidência da República,³ praticando ações nada compatíveis com o “espírito de civismo e coragem” que está relacionado aos heróis militares, mas em perfeita sintonia com o que se poderia chamar a ideologia da direita: *o medo*.

Esse medo girava em torno de um inimigo que, para os militares, devia ser derrotado: o comunismo. Para combatê-lo, uma verdadeira preparação de guerra já vinha sendo gestada internacionalmente há algumas décadas, tomando corpo principalmente após a Revolução Russa de 1917.

O *locus* preparativo de combate ao inimigo comunista, no âmbito nacional, foi sem dúvida a Escola Superior de Guerra (ESG), através da realização de amplo estudo estratégico que resultou em diretrizes de ações executadas pelos governos militares, norteadas pela ideologia contida na Doutrina de Segurança Nacional.

² De acordo com PEREIRA (1996: 40), o objetivo de transformar o Brasil em uma potência mundial não foi monopólio de setores das Forças Armadas, mas, sem dúvida, foi no interior das instituições militares que ele se constituiu como uma idéia-força e chegou a transformar-se num projeto de governo durante o Regime Militar.

³ Castelo Branco (11-04-1964); Costa e Silva (15-03-1967); Emílio Garrastazu Médici (30-10-1969), Ernesto Geisel (30-10-1974) e João Batista Figueiredo (de 15-03-1979 a 15-03-1985).

O golpe de Estado, efetivado em 1964, não correspondeu simplesmente a uma investida militar buscando o poder político no Brasil, mas à necessidade imperiosa do capitalismo internacional de contar com governos⁴ que pudessem assegurar as condições indispensáveis para os investimentos de grandes empresas e grupos industriais e financeiros.

Os representantes dos setores mais avançados do capitalismo estavam possuídos da *ideologia do medo* em dose suficiente para unirem-se a outros segmentos (como o latifúndio e o setor mercantil), de tal forma a buscar nas Forças Armadas a legitimação de seus intentos.

Os militares, via golpe de 1964, agiram sob o pretexto do retorno do país a uma condição de normalidade no funcionamento das instituições do Estado e da garantia da ordem, princípios perfeitamente adequados com o auto-conceito que desenvolveram historicamente quanto ao seu papel de interventores em momentos de crise. Além disso, acreditavam-se possuidores de um elevado grau de civismo, de honestidade, de neutralidade e de competência técnica, em detrimento da sociedade civil, especialmente de seus representantes nas esferas políticas.

Esses atributos pareciam suficientes para dotá-los de condições plenas para assegurar o desenvolvimento brasileiro, sem que para isso fossem necessárias grandes modificações no Estado e na sociedade, como temiam os conservadores, diante das reformas de base anunciadas pelo Presidente João Goulart.

⁴ A idéia de governo, presente ao longo deste trabalho, refere-se aos principais integrantes do Poder Executivo (Presidentes, Governadores, Prefeitos), bem como o corpo burocrático de sustentação a este Poder, como por exemplo os altos escalões presentes nos Ministérios e Secretarias. Esferas de ação do Estado extremamente fortalecidas durante o período da ditadura militar.

Isso não significa dizer que o período 1964-85 tenha sido uniforme, com os diferentes governos adotando medidas seqüenciais resultantes de um consenso entre os grupos dirigentes, nem tampouco significa que tenha desaparecido a resistência ao modelo de desenvolvimento e ao regime político implantado.

As contradições são identificadas, por exemplo, nos *ciclos de repressão e liberalização*, que resultaram do relacionamento dialético dos militares com a oposição. Não podendo destruí-la totalmente, o Estado era forçado a incorporar algumas exigências, visando a diminuir o nível de tensão criado pela violência do aparato repressivo (ALVES, 1984: 319).

Para a concretização da pesquisa, o procedimento inicial deu-se com o levantamento de fontes jornalísticas e documentais acerca dos acontecimentos do período, no âmbito do município de Santarém.

Concomitantemente, leituras de obras de referência e pesquisas sobre a História do Brasil, principalmente ao longo do período 1964-85, conduziram-me para um melhor entendimento de questões mais amplas, como a ideologia contida na Doutrina de Segurança Nacional e os acontecimentos relacionados ao golpe de 1964.

Com o aprofundamento da compreensão que as leituras proporcionaram, retornou-se para a problemática mais específica, mediante a leitura (em alguns casos releitura) de textos sobre a educação, assim como a respeito do desenvolvimento histórico do município de Santarém. Isso proporcionou uma melhor utilização do material empírico da pesquisa.

A revisão bibliográfica, efetivada ao longo da frequência às disciplinas cursadas na pós-graduação, foi alimentada pela contribuição oferecida pelos professores e pelas leituras por eles indicadas.

Outro fator positivo e marcante, foram as discussões e troca de idéias com alguns colegas de mestrado e doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Todos esses fatores contribuíram para um alargamento da visão quanto ao objeto de estudo, permitindo maior clareza na condução metodológica da pesquisa, mas ao mesmo tempo trouxeram algumas angústias quanto a descoberta de uma verdadeira selva a ser desbravada, cheia de perigosas armadilhas e labirintos, de forma que, caso não tomasse algumas precauções, poderia me perder para sempre, dado o volume significativo de material com o qual me pus a trabalhar.

A intervenção de meu orientador, Prof. Dr. José Claudinei Lombardi, e especialmente o momento do Exame de Qualificação foram fundamentais para que o trabalho fosse concretizado.

O material empírico da pesquisa constitui-se de três modalidades de fontes. Na primeira, encontram-se publicações de artigos e notícias em jornais locais que circularam em Santarém no período de 1964 a 1985, além de documentos obtidos junto à Prefeitura, à Câmara Municipal, às Secretarias Municipal e Estadual de Educação, às Associações de Classe e às Unidades Escolares.

Na segunda modalidade, estão as entrevistas realizadas com pessoas que vivenciaram o período em estudo e tiveram relação direta com alguns episódios ocorridos em Santarém. Optou-se por entrevistas do tipo semi-estruturadas, a partir de algumas questões norteadoras pré-estabelecidas.

Fundamentalmente, buscaram-se detalhes de alguns episódios e situações não suficientemente documentadas. Foram entrevistados: 4 professores; 2 estudantes; 2 empresários/comerciantes; 2 religiosos; 2 ex-vereadores (ARENA e MDB); 2

sindicalistas; 1 cronista local e 1 profissional liberal. A todos eles foi perguntado inicialmente:

- 1) onde atuava em 1964?
- 2) Quais as lembranças do golpe e seus impactos iniciais em Santarém?
- 3) Conhece algum caso de repressão?
- 4) Em que e como atuava ao longo do período do Regime Militar?
- 5) Qual a avaliação que faz quanto a Santarém ter sido incluída como área de segurança nacional?
- 6) Qual a avaliação sobre a educação no período 1964-85?

As respostas que eram fornecidas geravam desdobramentos ricos em informações quanto a relatos da participação pessoal em episódios significativos para a compreensão da sociedade e da educação em Santarém, no período objeto deste estudo.

Este tipo de material exige que se tenha o cuidado de não considerar os relatos como expressão da verdade, mas como pistas e indícios para investigações, especialmente naquilo que não foi documentado. Por essa razão, procurou-se utilizar as entrevistas combinadas com as informações presentes em fontes documentais.

A terceira modalidade de fontes, constituiu-se dos trabalhos resultantes de pesquisas de pós-graduação, assim como de publicações disponíveis no mercado editorial, que foram utilizadas, para a leitura e compreensão da temática de estudo em sua dimensão nacional. Quanto ao nível local, subsidiei-me em trabalhos monográficos produzidos no Campus da Universidade Federal do Pará em Santarém, alguns dos quais tive o privilégio de orientar e também em publicações sobre os acontecimentos históricos da cidade de Santarém.

Foi um percurso de longo aprendizado e de descobertas gratificantes, mas

também marcado por um forte desejo: o de contribuir para a recuperação, a organização e a adequada conservação das fontes para a história da sociedade e da educação em Santarém. Apesar da enorme dificuldade que encontrou-se para obter registros documentais, foi possível localizar uma quantidade razoável de fontes, permitindo que os objetivos traçados pudessem ser perseguidos e em grande parte alcançados, o que resultou no trabalho ora aqui exposto, o qual está organizado em três capítulos, da seguinte forma:

O capítulo I, intitulado **Da Missão Jesuítica à Intervenção Federal**, objetiva fornecer elementos para que se possa compreender historicamente a sociedade santarena. Para isso, são apresentados os principais acontecimentos no campo político, no econômico, no religioso e no cultural, bem como informações sobre o desenvolvimento da educação processada através da escola.

No capítulo 2, **Desenvolvimentismo, Repressão e Resistência**, a ênfase é posta nos fatos que culminaram na decretação do município como área de segurança nacional e os impactos desta medida sobre o conjunto da população. São apresentadas algumas formas de contraposição ao regime militar, que surgiram em Santarém., especialmente através de algumas organizações sociais.

O terceiro capítulo, denominado **A Educação sob o Domínio dos Governos Militares**, trata inicialmente das principais modificações legais e das novas concepções e orientações políticas educacionais adotadas pelo Estado brasileiro. A seguir, apresenta-se um detalhamento do quadro educacional em Santarém, a partir dos vários componentes do sistema escolar. Dá-se ênfase para os acontecimentos educacionais no âmbito institucional, articulados à política educacional das instâncias governamentais.

CAPÍTULO 1

DA MISSÃO JESUÍTICA À INTERVENÇÃO FEDERAL

1.1. Caracterização geral do município de Santarém

Depois de Belém, capital do Estado, Santarém é a maior cidade em número de habitantes e em importância econômica e política no Pará. Localiza-se na confluência dos rios Amazonas e Tapajós, ocupando uma área de 26.058 quilômetros quadrados.

O clima é quente e úmido. A temperatura registrada aponta uma máxima de 34 e uma mínima de 22,6 graus centígrados. A maior parte do ano, porém, fica em torno de 30 graus centígrados. Santarém fica distante 701 quilômetros em linha reta, da cidade de Belém, capital do Estado do Pará, e 595 quilômetros da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

O relevo é formado por áreas planas e pequenas elevações, como as

serras de Alter-do-Chão e do Piquiatuba. Os rios constituem o principal sistema de transporte⁵ e garantem parte das necessidades alimentícias da população. Além do rio Tapajós, o município é servido pelos rios Arapiuns, Curuá-Una e Mapiri; os igarapés Açu, Água Boa e Andirá, e ainda pelo Lago Grande de Franca e as cachoeiras do Aruã e do Una.

O município de Santarém situa-se na parte Oeste do Estado do Pará, margem direita do Rio Amazonas. Limita-se ao norte com os municípios de Óbidos, Alenquer e Monte Alegre; a leste com Prainha e Uruará; ao sul com Aveiro e Rurópolis Presidente Médici e a oeste com o município de Juruti. Juntamente com outros 11 municípios, forma a Mesorregião do Baixo Amazonas, na qual Santarém assume o papel de verdadeira capital, reforçando o desejo de emancipação, forte componente que tem marcado presença na história desta cidade.

No que diz respeito às comunicações, os serviços operados pelo Sistema TELEBRÁS (TELEPARÁ e EMBRATEL), constam de telefonia convencional e celular, com 8.951 terminais de telefonia convencional e 1.759 celulares, além de postos de serviço instalados na sede municipal e na zona rural, em parceria com a Prefeitura de Santarém.

Os órgãos de comunicação de massa estão representados por quatro (4) estações de televisão, cinco (5) emissoras de rádio AM/FM, quatro (4) jornais de circulação local, dois (2) jornais editados na capital do Estado e, eventualmente, algum jornal do sul do país.

⁵ De acordo com dados da Delegacia da Capitania dos Portos existem cerca de 6.500 embarcações registradas na região, das quais 50% estão sediadas em Santarém, incluindo desde aquelas para transporte leve, esporte e lazer, até barcos de porte médio, com até 250 toneladas, para cargas e passageiros. Toda essa frota é atendida e apoiada pelo porto de Santarém, criado em 1974 e, desde então, administrado pela Companhia das Docas do Pará.

A geração de energia elétrica em Santarém, a cargo das Centrais Elétricas do Pará – CELPA, origina-se de duas fontes: a principal é a Hidrelétrica de Curuá-Una, localizada a 72 km da sede municipal, com uma potência instalada de 30 Mwatts; há também a Usina do Imperador, na zona urbana, com dois geradores a diesel que produzem 3 MWatts. Essa capacidade energética tem disponibilidade para suprir, apenas, à demanda atual, atendendo à sede municipal e algumas localidades rurais, além da cidade de Belterra (ex-distrito de Santarém).

A economia atualmente é baseada na agricultura (arroz, mandioca⁶, milho e frutas cítricas), na pecuária (bovinos e bubalinos), no extrativismo (principalmente madeira e fibras), na pesca (destaque para o pirarucu e a farinha de peixe, denominada piracuí) e no comércio. A atividade turística também começa a ganhar destaque, por causa das inúmeras praias que se formam quando baixam as águas dos rios (entre os meses de julho a dezembro). A indústria, ainda pouco desenvolvida, é constituída por pequenas fábricas de mosaico, de redes, de móveis e estaleiros navais. O sistema bancário instalado em Santarém está representado por sete agências, sendo quatro de bancos oficiais e três de bancos particulares.

O transporte rodoviário apresenta-se ainda precário. A malha viária instalada no Município compreende aproximadamente 2.044 km de estradas, dos quais 1.879 km incluem os sistemas rodoviários estadual e municipal. O sistema rodoviário federal está representado pela rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá), que parte de Santarém rumo ao sul, em direção à cidade de Cuiabá, no Estado do Mato Grosso.

⁶ Da fabricação de farinha são obtidos dois produtos que fazem parte da culinária paraense: o tucupí, sumo extraído da mandioca fresca, utilizado em iguarias como o pato no tucupí e o tacacá; e a tapioca, usada no preparo de bolos e pães.

A cidade de Santarém conta com toda uma infra-estrutura de navegação e administração dos transportes aéreos de passageiros e cargas, através do Aeroporto Eduardo Gomes. Construído em 1975, possui uma pista pavimentada com 2.400m de extensão e 45 m de largura. Nesse aeroporto, operam regularmente aviões de médio e grande portes, em vôos regionais e nacionais. Atuam presentemente em Santarém quatro (4) empresas aéreas, sendo uma de porte nacional e três regionais.

O sistema de saúde é administrado e operacionalizado pelos governos federal, estadual e municipal, através da Fundação Nacional de Saúde (FNS), da Secretaria de Estado de Saúde (SESPA) e da Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), respectivamente.

Na sede municipal, a rede hospitalar é integrada por 10 (dez) unidades hospitalares, sendo o Hospital da FNS a principal Casa de Saúde, considerada uma unidade de referência em toda a região. Os demais, estruturados como organizações privadas, são geralmente conveniados com o Sistema Único de Saúde (SUS), atendendo, também, a diversos convênios particulares, planos de saúde e similares. Existem quatro (4) principais Laboratórios de Análises Clínicas, todos localizados na zona central da cidade. Há também cerca de 10 (dez) unidades ambulatoriais na zona urbana e 45 na zona rural, sob a responsabilidade do governo municipal.

A praia acompanha toda a *frente da cidade*⁷ e contribui para que haja um comportamento de civilização litorânea na população: apreciadora da natureza, amante de um mergulho no início da manhã ou no final da tarde, despreocupada com a pressa que caracteriza a vida moderna.

⁷ Expressão largamente utilizada na região, para caracterizar o trecho em que iniciam as construções, após a orla do rio e onde geralmente teve início o povoamento da cidade. Relaciona-se diretamente à imagem visual que tem o viajante ao chegar à cidade, através do rio.

A cidade de Santarém é “banhada” pelo rio Tapajós, de água límpida, azul, que chega a medir 40 Km de largura em alguns trechos de seus 1992 Km de extensão.

Foto 1

VISTA PANORÂMICA DA CIDADE DE SANTARÉM



O município está dividido em 12 distritos, sendo eles: Cidade Sede, Curuai, Alter-do-Chão, Mojuí dos Campos, Alto Pará, Arapixuna, Aritapera, Boim, Santa Rosa, Tinguá, Vila Gorete e Boa Esperança.

Além dos cerca de quarenta bairros existentes na cidade sede, os distritos também abrigam inúmeras comunidades, que no total ultrapassa a quinhentas. A cidade sede abriga 186.135 habitantes, de um total de 263.468 que constitui a população do município de Santarém (de acordo com dados do IBGE, 1996).

Considerando-se que o rio é quase sempre a única forma de acesso para

essas comunidades e que as embarcações são, em geral, pequenas e lentas, há casos em que gastam-se três dias para fazer o deslocamento da cidade para um povoado do interior do município.

Foto 2

COMUNIDADE TÍPICA DA VÁRZEA



Comunidade de Jari do Pará. Nota-se, ao centro, o barracão onde funciona a escola.

Na educação formal, além do ensino fundamental e médio, mantido na sua quase totalidade pelo Poder Público, Santarém conta com três (3) instituições de ensino superior.

A Universidade Federal do Pará – UFPA (Campus de Santarém) mantém 1.225 alunos nos cursos de Direito, Tecnólogo em Processamento, Biologia, Letras, Ciências Sociais, Pedagogia, História, Geografia, Matemática, Física e Química. As outras duas estão representadas pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Santarém (ILESS), ligado à Universidade Luterana do Brasil ULBRA – RS, com os cursos de Direito, Engenharia Agrícola, Pedagogia, Letras e Informática, e pelas Faculdades

Integradas do Tapajós (FIT), vinculada à Universidade da Amazônia - UNAMA, de Belém, com graduação nas áreas de Direito, Biologia, Enfermagem, Administração de Empresas e Ciências Contábeis.

O ensino profissionalizante é ministrado através de 14 unidades de ensino dos Sistemas SESC-SENAC-SENAI-SESI, enquanto outras Instituições (SEBRAE, Fundação Esperança, etc.) são responsáveis por cursos e treinamentos de curta duração para formação de mão-de-obra qualificada.

No ensino fundamental (antigo 1º grau), existem 69.403 estudantes regularmente matriculados, sendo 41.269 alunos nas 441 escolas municipais (40 escolas na área urbana e 401 na zona rural) e 28.134 nas escolas mantidas pelo governo do Estado. Nas escolas de ensino médio, que integram a rede estadual de ensino, existem 10.206 alunos matriculados.

De acordo com dados oficiais⁸, o município de Santarém apresenta o seguinte quadro de infra-estrutura física para o atendimento do ensino fundamental e médio: 557 estabelecimentos, sendo 441 da rede municipal, 44 da rede estadual e 72 pertencentes à rede particular.

Dos 485 estabelecimentos de ensino que formam o sistema público de ensino fundamental e médio em Santarém, 412 estão localizados na área rural (401 da rede municipal e apenas 11 da rede estadual) e 77 na área urbana (40 da rede municipal e 33 da rede estadual).

⁸ Os dados apresentados são de 1996, obtidos junto à Prefeitura Municipal de Santarém, 5ª Unidade Regional de Educação e Secretarias das Instituições de Ensino Superior.

Tabela 1

**ATENDIMENTO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM.
ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO - REDE PÚBLICA: 1996**

REDE DE ENSINO	Nº DE ESCOLAS	ALUNOS MATRICULADOS		
		ENSINO FUNDAMENTAL	ENSINO MÉDIO	TOTAL DE MATRÍCULAS
Estadual	44	28.134	10.206	38.340
Municipal	441	41.269	-	41.269
TOTAL	485	69.403	10.206	79.609

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Santarém/ Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Estado de Educação (5ª Unidade Regional de Educação).

Das 44 escolas da rede estadual, 33 estão localizadas na zona urbana. Quanto à rede municipal, dos 441 estabelecimentos, 401 estão localizados na zona rural. O nível máximo de atendimento regular na zona rural é de 5ª a 8ª série. Em alguns distritos mais desenvolvidos, o ensino médio é ofertado através do denominado sistema modular, com o deslocamento de professores de Santarém e de outras cidades do Estado, em sistema de rodízio, através de convênios firmados entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Santarém.

É importante ressaltar que cerca da metade dos estabelecimentos da rede municipal de ensino não possuem condições de infra-estrutura para fazer funcionar sequer uma sala de aula. Em alguns casos, são locais cedidos pela comunidade, barracões onde se realizam festas, reuniões, e que vão sendo adaptados como escola. Após negociações, a Prefeitura assume o pagamento do professor.

Santarém apresenta uma situação que tem se mantido quase inalterada desde que o poder público passou a assumir a educação. O Governo do Estado concentrou sua ação na zona urbana, ao passo que à Prefeitura Municipal coube a

construção e manutenção do ensino na região rural (compreendendo o planalto e a várzea). O ensino particular também se concentrou basicamente na sede do município.

As escolas localizadas no interior do município, via de regra, são construídas com duas salas de aula, sendo utilizado o material disponível na localidade. Assim, no planalto as paredes são de barro ou de alvenaria, com a cobertura de palha, cavaco (lascas de madeira) ou telhas de amianto e piso de chão batido ou cimento; na várzea, as paredes e o piso são de madeira, com cobertura de palha.

As escolas do Estado, localizadas em sua grande maioria na sede do município, apresentam um padrão um pouco melhor, possuindo, em média, oito salas de aula construídas em alvenaria. Mesmo assim, muitas delas são desconfortáveis, uma vez que resultaram de projetos elaborados na capital do Estado, sequer levando em conta a orientação geográfica. Em alguns casos, o sol incide diretamente no interior da sala de aula.

Os prédios escolares pertencentes à rede pública, na maioria, não são adequados para as condições climáticas da região, impossibilitando uma boa ventilação e aumentando o desgaste físico para alunos e professores. Grande parte das construções, em geral baixas e pequenas, com mau acabamento e instalações precárias, denotam a economia, ou desvio, de recursos. Mas há honrosas exceções, como por exemplo, a Escola Estadual Álvaro Adolfo da Silveira, construída no início dos anos 60 e outras de construção mais recente. Atualmente, as novas escolas da rede municipal e estadual vem sendo construídas dentro de um padrão que assegura melhores condições tanto para o ensino quanto para a aprendizagem.

Os estabelecimentos de ensino da rede particular, notadamente aqueles pertencentes à Igreja Católica, se sobressaem, tanto pelo número de dependências

quanto pelo tipo da construção. Embora a maioria tenha surgido no início deste século, continuam tendo capacidade para atender à demanda.

1.2. Da missão jesuítica à pérola do Tapajós

O primeiro registro escrito do contato entre os colonizadores brancos e os índios Tupaiús (ou Tapajós), antigos habitantes da hoje Santarém, data de 1542 e revela que ali havia uma comunidade organizada e possuidora de técnicas rudimentares de agricultura.

Desse contato consta que 57 comandados do espanhol Francisco Orellana, famintos, após longa viagem de expedição seguindo o curso do Rio Amazonas, invadiram e saquearam as plantações, além de matar grande quantidade de índios, que tentaram resistir usando flechas envenenadas.

Uma nova investida, desta feita amistosa, ocorreu em 1626, através de uma Tropa de Resgate chefiada pelo capitão português Pedro Teixeira. Treze anos depois, houve novo contato, de característica violenta, com a Tropa de Resgate chefiada por Bento Maciel. Muitos índios foram capturados para escravidão, havendo alguns que conseguiram fugir.

A colonização do então Estado do Maranhão e Grão-Pará só foi incentivada após o fim da União Ibérica (que durou de 1580 a 1640). Em 1659 deu-se o contato que seria decisivo para o estabelecimento da Missão Jesuítica entre os índios do

Tapajós, com a presença do Padre Antônio Vieira, superior da ordem dos jesuítas⁹ na região, além do militar David de Souto Maior, conhecedor da língua nativa.

Como resultado, os padres Tomé Ribeiro e Gaspar Misch, foram enviados para fundar uma Missão na aldeia dos índios Tapajós. Permaneceram poucos dias e foram substituídos pelo Padre João Felipe Bettendorf que, juntamente com o leigo Sebastião Teixeira, chegou a aldeia em 22 de junho de 1661 - considerada através da Lei Municipal 9.270, de 2 de julho de 1981, data oficial da fundação de Santarém.

Padre Bettendorf escreveu catecismos na língua nativa e cuidou de “adaptar” os índios à vida e aos costumes cristãos. Todavia, sabe-se que essa “adaptação” resultou de um violento processo de imposição de uma cultura estranha:

“... Bettendorf fez catequese, batismos, e numerosos casamentos dos índios que viviam amasiados com diversas mulheres, fazendo-os ficar só com uma, a que chamavam ‘Xerimericó-até’, e recolhendo as demais a uma grande casa, a que chamou ‘Madalena’, de onde só saíam depois de casadas com índios desimpedidos (...). Possuíam os índios tapajós alguns corpos (ou múmias) ressequidos de seus antepassados, que conservavam numa casa dentro da mata, e aos quais prestavam periódicas homenagens, ou adoração, segundo pensavam os padres. Em torno desses cadáveres secos mantinham rigoroso segredo, só conhecido dos pajés e dos homens velhos da tribo. Chamavam a essas múmias ‘Monhangaripes’. (...) Padre Antônio Pereira não esteve com paliativos: mandou queimar no grande terreiro da igreja os sete cadáveres secos, cujas cinzas... mandou deitar no meio do rio. Os tapajós ficaram desgostosos mas, depois, se aquietaram, com receio dos brancos” (SANTOS, 1971: 34-39).

⁹A ordem dos jesuítas foi fundada por um ex-militar espanhol, Inácio de Loyola, como parte da reação da Igreja Católica à Reforma protestante. Na Europa especializaram-se no ensino de caráter escolástico e humanístico. Nos domínios espanhóis e portugueses das Américas, além da tarefa religiosa “... eles organizavam fazendas, construíam escolas, construíam engenhos, eram comerciantes (...) A ordem dos jesuítas se tornou o maior fazendeiro dos Trópicos” (CALMON, 1935: 119). Isso lhes garantia grandes recursos financeiros e poder político, um dos fatores que levaram à sua expulsão e confisco de bens em 1759, quando da reestruturação do Estado português. A ordem religiosa dos jesuítas foi extinta em 1773 por Bula do Papa Clemente XIV. Em 1814 a Ordem foi restabelecida pelo Papa Pio VII, e retornou ao Brasil, em 1847, já sem a força de antes.

A alternância de contatos - ora violentos, ora amistosos - intencionalmente ou não, resultou em uma poderosa estratégia de ocupação, de tal forma a desestabilizar a organização existente e introduzir uma insegurança que pudesse depois ser negociada. Não é por acaso que o superior dos jesuítas, de acordo com o relato de um cronista local, tenha sido apresentado aos índios, como “um amigo leal, que os protegeria dos brancos maus e cobiçosos” (FONSECA, 1996: 17).

Evidentemente que os índios não dispunham de elementos para identificar e compreender o conjunto de relações e interesses que estavam determinando aqueles contatos e que marcavam o processo de colonização. Nesse sentido, também a ação dos jesuítas entre os índios do Tapajós possuía significado político e econômico, ao contribuir para a expansão territorial portuguesa, uma vez que o local servia de porta de entrada para áreas mais interioranas, importantes para o comércio exportador iniciado em 1616 e que ofertava uma variedade de produtos naturais obtidos na Amazônia, tais como: castanha, cacau, salsaparrilha, canela, cravo, madeira, peixe e caça.

A alta rentabilidade gerada por esse comércio estimulava a obtenção daqueles produtos, inclusive por parte dos jesuítas. Dessa forma, o sentido da colonização, também era o de “fornecer produtos tropicais e minerais para o mercado externo” (PRADO JÚNIOR, 1975: 13).

Ao mesmo tempo, a multidão de índios - “almas a serem salvas” - enchia os olhos dos soldados de Cristo, alguns até verdadeiramente imbuídos desse propósito, que acreditavam divino. Isso corresponde a dizer que, no contexto quinhentista português de unidade originária entre a fé e o poder político, “a pregação da religião tenha feito parte de todo um conjunto de recursos usados para a consecução dos grandes

objetivos assinalados pelo estamento dominante para a sociedade” (PAIVA, 1982: 99).

Resultado do trabalho organizado pelos jesuítas, ajudado pela localização geográfica privilegiada, a aldeia já era, por volta de 1665, a mais importante das Missões do Pará. Em decorrência de Lei Régia assinada a 12 de setembro de 1663, a administração civil das aldeias passou a ser exercida por capitães seculares, cabendo aos padres missionários apenas a parte espiritual. Foi uma fase de dismantelamento do trabalho dos jesuítas entre os índios habitantes do Tapajós, uma vez que os nativos já eram extremamente dependentes dessa presença. Com isso os brancos, especialmente soldados e auxiliares da administração leiga iam, aos poucos, tomando posse da Aldeia.

A outrora próspera missão dos Tapajós desapareceu após 1757, com a saída dos jesuítas. Já completamente tomada pelo colonizador, foi elevada à categoria de Vila em 14 de março de 1758, recebendo a denominação Santarém, de origem portuguesa, por determinação do Governador da Província do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal).

A imposição do nome português fazia parte de um pacote de providências com o propósito de eliminar o poder dos jesuítas, presente inclusive no uso regular de um dialeto que se conhecia por Língua Geral, Tupi Jesuítico ou Neengatu, prejudicando os interesses exploratórios dos portugueses, uma vez que eram dificultados os contatos, ganhando com isso força os jesuítas na qualidade de *intérpretes*. Apesar da proibição de se falar a língua tupi desde 1727, o neengatu era muito usado, até em sermões. Além dos nomes portugueses que substituíram os nomes indígenas de várias localidades, foi estimulada a união matrimonial de portugueses e índias, assim como foram instaladas escolas na Província, onde o ensino da língua

portuguesa era obrigatório (BARROSO, DAMASCENO e SILVEIRA, 1993: 16-26).

Em todo o período jesuítico, a única menção que os cronistas locais fazem à educação, refere-se à catequização realizada pelo Padre João Maria Gorzoni em 1682 (SANTOS, 1971: 43).

Como em outras regiões, essa atuação cumpria as Diretrizes de Antônio Vieira, que recomendava o ensino da leitura e da escrita, tanto quanto possível, assim como a aprendizagem de música para o acompanhamento dos atos religiosos.

Não há nenhum indício de que a educação de base jesuítica tenha prosperado na missão do Tapajós, tanto que nova alusão ao tema só reaparece, nas fontes históricas locais consultadas, a partir do início do século XIX.

Decorrente da condição de o povoado ter se tornado Vila, houve a instalação do Senado da Câmara¹⁰ e do pelourinho, símbolo da jurisdição do poder municipal, e local onde eram executadas as punições (sobretudo de escravos).

Seguiu-se um período estável, até a emancipação política de 1822, cuja adesão em Santarém deu-se somente a 19 de outubro do ano seguinte, apesar de haver “um núcleo de liberais voltados para a idéia de independência” (REIS, 1979: 74).

O poder político e econômico dos portugueses, porém, praticamente não chegou a ser modificado, gerando inúmeros conflitos, até 1832, entre os adeptos do Partido Caramuru (facção dos portugueses e grandes proprietários) e os do Partido

¹⁰ “... apesar de nome pomposo, era de completa inutilidade. Sendo cargo exercido sem remuneração, os edis nada faziam pela coletividade. (...) compareciam às sessões, ouviam (calados) a leitura da ata, que logo aprovavam sem discussão e sem apresentar qualquer medida de utilidade para o povo. Muitos nem a cruzinha da assinatura sabiam fazer...” (SANTOS, 1971: 64-65.). O Senado da Câmara, a partir de 1828, através de lei Imperial, passou a denominar-se Câmara Municipal. Com a Proclamação da República, a Câmara foi dissolvida pelo Decreto número 81, de 06.03.1890 e através do Decreto 82 foi criado o Conselho Municipal de Intendência. Em 1930, foi extinto, voltando a funcionar de 1935 a 1937, com o nome de Câmara Municipal. Foi dissolvida pelo Estado Novo e voltou a funcionar em 1948, tendo ainda passado por recesso imposto em 1969-70 (FONSECA, 1996: 58-59).

Filantrópico (nacionalistas, liberais exaltados e moderados). Esses conflitos tiveram o ápice no movimento denominado Cabanagem (1833-40), uma das mais importantes revoltas populares já realizadas no Brasil.

Os Cabanos (negros, índios, caboclos e homens das classes mais baixas) influenciados pelas idéias revolucionárias provenientes da França e dos Estados Unidos, pregavam liberdade e igualdade, condenavam a Monarquia e pretendiam estabelecer uma sociedade mais justa e democrática. Conquistaram o poder, assumindo o governo do Pará nos anos de 1835-36, mas não tiveram habilidade nem condições para realizar as mudanças, uma vez que o movimento foi sufocado em toda a província. Santarém chegou a ser tomada pelos cabanos a 23 de março de 1836, mas estes foram derrotados pelas forças imperiais a 15 de junho do mesmo ano.

Constam desta fase os primeiros registros quanto à educação formal. Em 1800 foi instalada a primeira escola primária masculina e em 1849 a primeira escola feminina. Elas tiveram um funcionamento muito limitado. A escola feminina não prosperou e a masculina era freqüentada por 30 alunos,

“... os quais passavam, às vezes, dias e semanas sem ver o nariz do mestre, que andava pelos sítios e fazendas, em festanças e patuscadas... Havia também uma aula de Gramática, Francês e Latim, cujo professor, Bento Manoel de Carvalho Pinheiro, passava a maior parte do ano em Belém. A Câmara Municipal representava contra os dois relapsos e providências enérgicas eram prometidas... o professor primário foi, afinal, dispensado e logo nomeado outro, que não chegou a assumir as funções, porque o presidente da Província descobriu que era pior do que o demitido e fez anular o ato” (SANTOS, 1971: 177).

Santarém ganhou o *status* de cidade em 24 de outubro de 1848, com regulamentação assinada por Jerônimo Francisco Coelho, Presidente da Província do

Grão-Pará. Em 1849, estando de passagem por Santarém, o naturalista inglês Alfred Russel Wallace retratou a bonita paisagem, a prosperidade do comércio (principalmente exportação de castanha, salsaparrilha, farinha, peixe salgado) e observou que muitas pessoas “passam uma vida completamente ociosa e estéril, amparadas exclusivamente pelo labor de uns poucos escravos que herdaram” (FONSECA, 1996: 52).

Após a Proclamação da República, a 6 de março de 1890 foi nomeado o Conselho de Intendência Municipal, presidido pelo Barão de Santarém: “O Intendente, de certo modo, vinha substituir o Capitão-Mor que existira no ciclo colonial. Santarém experimentou, em consequência, as comoções cívicas das lutas eleitorais na disputa entre os candidatos à Intendência” (REIS, 1979: 180-181).

Dado o crescimento populacional e o grau de complexidade que a organização social atingia, surgiram formas de entretenimento e de difusão da cultura, como atesta a circulação do primeiro jornal da cidade, o *Amazoniense*. Da mesma forma, havia necessidade de um estabelecimento de ensino destinado à juventude, o que era reivindicado pelas famílias mais influentes.

Para estimular o surgimento de escolas, o Presidente da Província do Grão-Pará, Henrique de Beaurepaire Rohan, sancionou a Lei nº 288, de 20 de setembro de 1856, estabelecendo condições e recompensa para o sujeito nacional ou estrangeiro que se propusesse a estabelecer, na capital da província ou nas cidades de Cametá e Santarém, um internato ou colégio de educação para o sexo masculino e também para o sexo feminino. Tudo indica que, pelo baixo valor oferecido, ninguém se interessou pela concessão a ponto de nova Lei, de nº 424, de 26 de dezembro de 1863, autorizar o aumento da subvenção. Somente em 1869, Antônio Feliciano de Souza, vigário da cidade, firmou contrato com a Província, instalando o Colégio Nossa Senhora da

Conceição, destinado a educação e instrução de meninos (FONSECA, 1995: 5-6).

Os estatutos do Colégio Nossa Senhora da Conceição foram aprovados em 1869, mas o contrato foi rescindido em 29 de março de 1871, por determinação do Presidente da Província, sob alegação de desordem e confusão no estabelecimento de ensino. Após permanecer seis meses fechado, o colégio voltou a funcionar, contando com 35 alunos matriculados, dos quais 14 recebiam educação gratuita. No final do ano de 1874, o Governo da Província rescindiu novamente o contrato. O colégio foi reaberto em 1876 e encerrou definitivamente suas atividades no ano de 1883.

Após o surgimento do Colégio Nossa Senhora da Conceição, outros estabelecimentos de ensino começaram a funcionar. Registros do jornal **O Rio Tapajós**, de 1875, mostram que a cidade de Santarém contava, àquela altura, com 2.304 habitantes, sendo 1.837 pessoas livres e 467 escravos e que havia oito estabelecimentos de ensino, sendo: um colégio de instrução primária e secundária para o sexo masculino, subvencionado pelo governo da província; cinco escolas masculinas, sendo uma do município, três da província e uma particular; e duas femininas, ambas da província.

Os registros encontrados deixam claro que, na segunda metade do século XIX, surgiram várias escolas e aulas isoladas particulares, mas que desapareceram em curto espaço de tempo, dadas as dificuldades com relação a professores e até mesmo estudantes. Em um período de 8 anos, de 1883 a 1891, a cidade ficou sem estabelecimentos de ensino.

A inexistência de escola, contudo, não impedia o processo de aquisição de conhecimentos para aqueles que possuíam condições de tempo e dinheiro, o que lhes possibilitava o manuseio de um razoável acervo bibliográfico, dentre o disponível na época.

Nas últimas décadas do século XIX e a primeira do século XX, a Amazônia viveu o período áureo da borracha. O látex, extraído da seringueira, árvore nativa da floresta amazônica, que já era utilizado pelos índios, foi largamente aproveitado pela indústria automobilística nascente.

Grande número de nordestinos chegou a Santarém, expulsos pela grande seca de 1877 e atraídos pela promessa de enriquecimento através do trabalho nos seringais. Em 1928 foi implantada a Companhia Ford Industrial do Brasil, para o cultivo e a extração da borracha em grande escala, em duas localidades: Fordlândia (Município de Itaituba) e Belterra (Município de Santarém), atraindo novas levas de migrantes.

A Companhia Ford empregava cerca de 10 mil trabalhadores, na extração do látex. Por conta dessa explosão demográfica e da prosperidade econômica que alcançavam os donos de seringais, a vida cultural também ganhou impulso. Santarém se destacava entre as outras cidades da região.

A cidade estava inserida no *frenesi* provocado pela riqueza oriunda da exportação da borracha e, a exemplo do que ocorria em Belém, foi contagiada pelos modismos europeus e também teve a sua *Belle Époque*.

Com a prosperidade econômica, estabeleceram-se as condições para a ampliação das atividades culturais e de lazer, sendo instalado em Santarém no ano de 1896 o Teatro Vitória¹¹, com capacidade para 500 espectadores (contemporâneo ao Teatro Amazonas, em Manaus, e ao Teatro da Paz, em Belém).

Mesmo com toda a prosperidade econômica e cultural, a cidade não contava com um estabelecimento de ensino. “Os homens mais abastados mandavam seus filhos estudar na Europa e a sociedade santarena daqueles tempos vestia-se à moda

francesa e não poucos os que falavam a língua daquele país europeu” (FONSECA, 1996: 175).

A educação formal reapareceu em 1891, através do Instituto Santareno, subvencionado pelo Governo do Estado, cujo contrato durou até 1894. No ano seguinte surgiu o Lyceu Santareno, também através de um convênio com o governo do Estado.

O Lyceu Santareno foi organizado nos moldes do Lyceu Paraense e da Escola Normal de Belém. Possuía os cursos de *Sciencias e Lettras*, *Curso Normal e Mixto*, com duração de dois anos e um curso de *Agrimensura* com três anos de duração. Era frequentado, em 1895, por cerca de 100 alunos, de ambos os sexos, e foi fechado, provavelmente, antes do início deste século (FONSECA, 1995: 10-13).

Mas esses indícios de modernidade escondiam outra face: o submundo da prostituição e a exploração da mão-de-obra através da modalidade denominada sistema de aviamento¹².

As mazelas sociais indicavam que nem tudo era luxo e *glamour*. A situação se agravou com o declínio da atividade proporcionada pela borracha.

O extrativismo do látex perdeu a viabilidade econômica a partir do plantio racional da seringueira, em larga escala, feito em Singapura por volta de 1880 e, depois, em outros países asiáticos. Para se ter uma idéia, enquanto em 1910 o preço do quilo da borracha era de 15\$000 (quinze mil réis), em 1918 já havia baixado para 3\$000 (três mil réis).

¹¹ O prédio do Teatro Vitória atualmente é sede da Secretaria Municipal de Educação.

¹² Através do aviamento, os comerciantes forneciam comida e ferramentas de trabalho ao seringueiro, na expectativa de receber o pagamento na forma de borracha. Geralmente, os aviadores eram portugueses e mantinham ligações mais amplas com o capitalismo internacional, representado pelas firmas exportadoras e pelas agências locais. O aviamento, cobrando altos juros, fazia do seringueiro um eterno dependente das casas comerciais (NOSSO PARÁ, n.º 1: 72).

A produção em toda a Amazônia em 1930 não ultrapassava 14 mil toneladas, ao passo que a produção obtida pelos ingleses nos países do Oriente estava em torno de 800 mil toneladas. Em poucos anos, a riqueza deu lugar a um estado de calamidade: “empréstimos a serem pagos, populações doentes de malária, uma crise social” (NOSSO PARÁ, nº 3: 13).

De alguma forma, as alterações na economia refletiam-se na educação, como se pode notar acompanhando a trajetória inicial da primeira escola secundária de Santarém. Criado em 1900 pelo Governo do Estado, o Grupo Escolar de Santarém surgiu para preencher a lacuna existente quanto ao ensino secundário, pois na época havia seis escolas primárias, sendo três masculinas, duas femininas e uma mista. Contando com uma matrícula inicial de 192 alunos, devido ao descaso inclusive quanto ao pagamento de salários, a frequência foi diminuindo a tal ponto que no período de 1921 a 1925, esteve rebaixado à condição de escola agremiada. Depois conseguiu recuperar-se e foi a única que teve prosseguimento, sendo a mais antiga escola ainda em funcionamento na cidade.

Fracassada a empreitada de Ford, um novo produto do extrativismo ganhou importância, a Castanha-do-Pará. A exemplo da borracha, a castanha não resultou em benefício econômico ou social para o conjunto da população, embora enriquecendo alguns. As consequências sociais, outra vez, foram desastrosas para os que dependiam daquela atividade.

Outra grande promessa de prosperidade foi a juta, trazida da Índia pelo japonês Kotaro Tuji. Em 1935 ele iniciou as experiências de plantio e em 1942 a produção de fibra já comportava a instalação de uma fábrica de tecelagem. Mas, em decorrência da Segunda Guerra Mundial e do confisco de bens dos japoneses, o projeto

foi adiado. Somente em 1951, já com o apoio do Presidente Getúlio Vargas, foi instalada a Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (TECEJUTA), cuja produção era voltada para embalagem de café destinado à exportação.

Com a queda do preço do café no mercado internacional, a partir do final dos anos 60, a empresa passou a sofrer profunda crise, resultando em sua posterior desativação. A TECEJUTA foi a primeira indústria de porte instalada em Santarém, funcionando no início dos anos 60 com 200 operários que recebiam pouco mais de um salário mínimo.

É datado também do final dos anos 50 o início da produção de ouro nos garimpos do Tapajós, o que possibilitou um grande movimento de capitais e uma série de transformações sócio-culturais em Santarém que, embora não fosse município produtor do metal, era o seu principal centro comercializador. Em decorrência desse contexto, o município de Santarém passou a ser conhecido como *A Pérola do Tapajós*.

Com o impulso resultante da comercialização do ouro, alguns costumes foram modificados: houve aumento do consumo de bebidas e alimentos, principalmente por causa das grandes festanças realizadas por aqueles que conseguiam “bamburrar” (encontrar muito ouro) nos garimpos e vendê-lo a um bom preço.

Automóveis novos passaram a se tornar comuns nas precárias ruas da cidade. O comércio aumentava seus lucros, porque esses *novos ricos* não se importavam com o preço dos produtos, pois queriam poder usufruir de tudo o que houvesse de melhor, mesmo que fosse de forma momentânea e consumisse tudo o que haviam ganho no pesado trabalho no garimpo.

Foi a fase em que o Estado do Pará ressurgiu no cenário econômico nacional, despertando interesse de governantes e grandes empresários, com adoção de

políticas de incentivos fiscais. Esse novo quadro foi responsável pela presença de nova leva de imigrantes, principalmente nordestinos e sulistas.

As primeiras jazidas de ouro na região do Tapajós foram descobertas em 1958 e desde então houve uma sensível mudança nas relações sociais e de trabalho na região. O modelo que marcou os anos 50 e 60 nos garimpos foi o trabalho semi-manual, onde o proprietário da terra pagava em torno de 2 gramas de ouro por um mês de trabalho e fornecia os instrumentos para garimpagem e a alimentação para o garimpeiro.

Nos garimpos, a população era formada predominantemente de homens. Muitos, provenientes do campo, deixavam a família cuidando da roça e vivendo a expectativa de ir morar na cidade, tão logo o ganho com a garimpagem permitisse tal mudança. Esse fenômeno explica, em parte, o elevado crescimento do número de habitantes que a sede do município passou a ter a partir da década de 1960.

No final dos anos 50, a população de Santarém foi envolvida indiretamente em um episódio político de repercussão nacional: a revolta de Jacareacanga, na qual, não reconhecendo legitimidade na eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República, alguns militares planejaram um golpe visando destituí-lo do cargo. Na madrugada de 11 de fevereiro de 1956, o então major Haroldo Coimbra Veloso, em companhia do capitão Lameirão, saíram do Rio de Janeiro pilotando um avião da aeronáutica e ocuparam as bases aéreas de Cachimbo e Jacareacanga, no Pará, com o intuito de darem início ao golpe.

Um destacamento comandado pelo major Paulo Vitor, enviado pela Aeronáutica para prender Veloso, terminou sendo capturado e cooptado. Em Santarém, os revoltosos de Jacareacanga ocuparam a base aérea militar, a delegacia de polícia e a sede do Tiro de Guerra e, em seguida, fecharam a Agência dos Correios e Telégrafos, a

emissora de rádio e provocaram a paralisação das atividades nos bancos e no comércio local, com receio de saques e ampliação do movimento rebelde.

A situação continuou tensa, com a população temerosa da contrapartida das Forças leais ao governo, até que a 24 de fevereiro chegaram a Santarém trezentos soldados do exército, além de um grupo de pára-quedistas e outro de fuzileiros navais, restabelecendo o controle da situação. No entanto, Veloso e seus adeptos já haviam retornado a Jacareacanga, onde sofreram nova perseguição. Veloso foi finalmente capturado no dia 28 de fevereiro, mas por decisão do Presidente Juscelino, foi anistiado e retomou suas atividades na Aeronáutica. Veloso continuou ligado à política regional, através do mandato de Deputado Federal, que conquistou nas eleições de 1956 e teve mais tarde um importante envolvimento em um dos episódios mais significativos da ação dos governos militares em Santarém.¹³

1.3. A participação das ordens religiosas no processo educacional

Para uma melhor análise da sociedade e da educação em Santarém, é de fundamental importância que se compreenda a influência das ordens religiosas, especialmente daquelas pertencentes à Igreja Católica. A educação, em Santarém, só veio a firmar-se com o impulso dado pela ação dos Padres Franciscanos, no início do século XX, os quais contaram, a partir de 1910, com a ajuda das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição.

¹³ A referência é quanto à participação de Veloso na tentativa de reintegração de posse do Prefeito Elias Pinto, que será relatada no capítulo 2.

A partir da expulsão dos jesuítas da Província do Grão Pará em 1757, dois anos antes de serem expulsos do Brasil, as atividades religiosas no município ficaram sob a responsabilidade dos Padres Agostinianos, substituídos em 1907 pelos Padres Franciscanos, inicialmente vindos da Alemanha.

Em 1942 chegaram os primeiros religiosos norte americanos, os quais foram predominantes nas décadas seguintes, até o final dos anos 70, quando aumentou consideravelmente o número de padres brasileiros atuando na diocese de Santarém.¹⁴

As ordens religiosas femininas iniciaram as atividades em 1910, com um grupo de quatro noviças provenientes da Alemanha, entre as quais a professora Elizabeth Tombrock que, em 1916, recebeu o título de Madre Imaculada, após fundar a Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, atualmente com sede em Fortaleza-CE e Conventos espalhados na América, Europa, Ásia e África.

As Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição criaram uma escola mista que, mais tarde, constituiu-se no Colégio Santa Clara, através da implantação do curso normal regional em 1939, freqüentado apenas por mulheres; e na zona rural, em 1919, deram início às atividades educacionais do que se tornou depois o Colégio São José.

Para alfabetização de meninos pobres, os padres franciscanos criaram em 1918 a Escola São Francisco e em 1943 o Ginásio Dom Amando (destinado a oferecer os cursos primário e secundário para os homens). Também criaram escolas em localidades da zona rural.

¹⁴ O Papa Pio X havia criado em 1903 a Prelazia de Santarém, abrangendo uma área de 794.313 Km² (hoje reduzida a 171.906 Km², após o desmembramento para a criação das prelazias do Xingú, Amapá e Óbidos, respectivamente nos anos de 1934, 1949 e 1957). Em 1980, o Papa João Paulo II elevou a Prelazia de Santarém à categoria de Diocese.

Em 1948 surgiram dois outros estabelecimentos não católicos: O Instituto Batista de Santarém, destinado a estudantes de orientação protestante, e a Escola Técnica de Comércio do Baixo-Amazonas *Rodrigues dos Santos*, mantida pela Associação Comercial de Santarém e destinada à formação de profissionais para atuarem no setor, devido à carência e à necessidade de quadros com conhecimento no ramo¹⁵.

Em 1960 surgiu o Ginásio Normal São Raimundo, fundado pela Congregação das Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo, onde foi instalado um curso normal para ambos os sexos.

Além das escolas de orientação geral criadas pelos religiosos, em 1962 foi instalado o Seminário São Pio X, com a finalidade de preparar sacerdotes. A partir de 1977, dado o fracasso da proposta inicial, a escola deixou de exigir a vocação sacerdotal, mas continuou atendendo somente ao sexo masculino, até que foi extinta em 1987.

A Igreja Católica, inegavelmente, liderou a difusão do ensino em Santarém, especialmente a partir do início do século XX, quando também o Estado passou a ter uma participação mais efetiva neste processo, haja vista o número de estabelecimentos públicos com que o município passou a contar. Por exemplo, em 1930, havia 32 escolas públicas (13 estaduais e 19 municipais) totalizando 2.325 alunos, dos quais apenas 250 em escolas particulares.

Os números revelam que, de alguma forma, sofria-se influência dos

¹⁵ Até 1958 a escola ofereceu somente cursos livres. Em 1961 formaram-se os primeiros Auxiliares de Escritório e foi instalado o Curso Técnico em Contabilidade, cuja primeira turma colou grau em 1964. Com a implantação da Reforma (Lei 5.692/71) o Curso Técnico em Contabilidade foi transferido para a Escola Estadual Álvaro Adolfo e o Colégio Rodrigues dos Santos ficou sendo apenas escola de 1º grau. Em 1984, passou a funcionar o 2º grau, com o curso Técnico em Contabilidade.

discursos que denunciavam a insuficiência do atendimento escolar e os altos índices de analfabetismo, ao mesmo tempo em que cobravam a ampliação do número de estabelecimentos de ensino.

O censo realizado em 1960 indicou que 44,08% da população de Santarém era constituída de analfabetos. Sem dúvidas o atendimento escolar era precário, mas não há registros dessa época, que permitam uma informação quantitativa exata da situação escolar em todo o município.

Os dados disponíveis, no entanto, permitem-nos saber que o número de alunos matriculados na cidade de Santarém totalizava 4.176 (sendo 2.308 em escolas particulares e apenas 1.868 nas escolas públicas). Esses números não indicam a distribuição de acordo com os cursos primário e secundário, contudo, sabe-se que, das sete escolas que ofereciam o curso secundário, seis eram particulares (sendo cinco confessionais). Em 1960, a população do município de Santarém totalizava 92.144 habitantes, sendo 24.498 o total dos que residiam na cidade (IBGE, 1960: 248).

O primeiro grande movimento de incentivo à escolarização em Santarém deu-se no período 1959-62, através da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), criada no governo Juscelino Kubstichek, em 1958, dentro do entendimento de que a oferta de escolaridade primária era o meio mais seguro de se combater o analfabetismo. Como assinala WEREBE (1994:228) a campanha evitaria “que anualmente novos contingentes de crianças, não atingidas pela rede escolar ou dela sendo excluídas prematuramente, viessem a engrossar as fileiras dos analfabetos.”

A CNEA surgiu em um período de auge do desenvolvimento econômico do país (1956 a 1961), mas com o final dessa fase, já a partir de 1961, começaram a faltar recursos e, em 1963, a Campanha foi extinta.

Em Santarém, a Campanha resultou de um convênio entre o MEC e a Prefeitura, tendo ficado sob a responsabilidade geral do bispo diocesano, D. Tiago Ryan, que contava com o trabalho efetivo de coordenação das professoras Francisca do Rosário (zona urbana) e Rosilda Wanghan (zona rural), após estas terem participado de treinamento em Minas Gerais, de fevereiro a abril de 1959.

Inicialmente, as duas professoras visitaram todas as comunidades do interior (cerca de 300) e realizaram um amplo levantamento da situação educacional do município. Nesse levantamento, de acordo com a professora Rosilda Wanghan, foi verificado que em todas as comunidades havia interesse pela instalação de escolas. Na região do Tapajós, devido a influência dos padres franciscanos, que se preocupavam em montar uma sala de aula ao lado das capelas. Já na região do planalto, apesar do interesse manifesto, havia uma certa dificuldade com os moradores de origem nordestina pois estes “diziam que precisavam trabalhar.”¹⁶

A saída encontrada para contornar essa dificuldade, foi a adoção de um calendário escolar adaptável, de forma que as férias escolares coincidissem com o período de maior necessidade de mão-de-obra na lavoura (época da colheita do arroz, no planalto, e do corte da juta, na várzea).

Para o desenvolvimento da Campanha, foram treinados professores para o ensino primário, voltados ao atendimento da zona rural, geralmente moradores das próprias localidades onde o ensino era ministrado. Esse fato fortaleceu a idéia de escolarização e fez com que a Campanha resultasse em êxito, apesar da curta duração, tendo servido de semente para outro grande empreendimento no campo educacional do município, que foi o Movimento de Educação de Base (MEB).

¹⁶ Rosilda Wanghan, Professora, integrante da coordenação da CNEA em Santarém. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

1.4. O panorama social, econômico e político, no período que antecedeu o golpe de 1964

De modo geral, pode-se dizer que as atividades econômicas em Santarém sofreram modificações consideráveis desde as últimas décadas do século XIX, especialmente com a borracha, a castanha-do-pará, a juta e o ouro. Mas foi conservada uma característica central: a agricultura e a pecuária voltadas para a subsistência e o comércio, facilitado pela localização geográfica, tornando a cidade um ponto de referência na região do Baixo e Médio Amazonas e parada obrigatória nas viagens entre as capitais Belém e Manaus.

A localização geográfica de Santarém contribuiu para intensificar o comércio exportador regional, mas também contribuiu de certa forma para a não prosperação das atividades dos setores primário e secundário da economia. Santarém foi, gradativamente, transformando-se em um centro de recepção da produção agrícola e extrativa regional, com fins de exportação, e dos produtos industrializados, para o consumo local e regional. Os produtos regionais, tais como pescado, madeira, borracha, castanha, mesmo passando por um rápido processo de beneficiamento, seguiam para outros centros dentro e fora do país, para que lá fossem industrializados.

A ligação econômica de Santarém com os mercados nacional e internacional, pode ser, resumidamente, entendida desta forma: inicialmente, através do extrativismo; depois, através do comércio de exportação. Este, a partir de meados dos anos 60, foi marcado pelo gradativo crescimento das empresas importadoras/distribuidoras, visando ao abastecimento interno com artigos destinados ao uso geral, como tecidos, calçados, medicamentos e produtos alimentícios.

O não estabelecimento de uma base industrial, por outro lado, fez com que a cidade chegasse nos anos 60 ainda com características de um povoado rural, embora importando e adaptando alguns costumes de centros mais desenvolvidos, dos quais merecem destaque a música, a literatura e as artes cênicas.

No plano político, os processos eleitorais ocorreram ainda sob a égide do estilo coronelista, em que os integrantes dos setores que controlavam a economia, geralmente proprietários de terras e comerciantes, exerciam o controle quase absoluto sobre o eleitorado.¹⁷

Desde que os partidos políticos ressurgiram¹⁸, o embate maior dava-se entre os seguidores de Vargas, integrantes do Partido Social Democrático (PSD), e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e os de orientação anti-Vargas, destacando-se a União Democrática Nacional (UDN).

Embora houvesse divergências entre as facções políticas, estas não significavam cisão ideológica. Mesmo tendo alguns simpatizantes, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), nunca chegou a ser organizado em Santarém. Dessa forma, não havia muito espaço para a propagação de idéias que se distanciassem do modelo político e econômico defendido pelos partidos existentes, que apenas disputavam o controle do poder, sem maiores consequências quanto a possíveis transformações políticas, econômicas e sociais.

A opinião pública, em termos de questões políticas e econômicas, era bastante limitada, sendo formada basicamente a partir dos discursos produzidos nas acirradas campanhas eleitorais envolvendo os integrantes do PSD e do PTB, que

¹⁷ A respeito da força dos coronéis na política brasileira, ver por exemplo LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

¹⁸ A atividade dos partidos políticos havia sido interrompida durante 8 anos, no período 1937-1945.

constituíam os denominados baratistas,¹⁹ e seus adversários, organizados em torno da Coligação Democrática, formada por vários partidos, sendo o de maior expressão a UDN.

O Município de Santarém, devido à sua localização geográfica, teve sempre no comércio uma importante base econômica. A partir do início da produção de ouro nos garimpos do Tapajós, cuja comercialização ocorria principalmente em Santarém, a atividade comercial desenvolveu-se ainda mais, fortalecendo política e economicamente os que controlavam aquela atividade.

Mesmo distante dos grandes centros urbanos do país, chegavam ao conhecimento da população, através de jornais e principalmente pelas emissoras de rádio, as discussões e debates, cada vez mais radicais, a respeito das formas de enfrentamento dos graves problemas que atingiam a economia e outros setores da sociedade brasileira, profundamente modificada nas últimas décadas, com o impulso da industrialização e o conseqüente aumento da população urbana, gerando demanda por atendimentos básicos, cuja cobrança recaía diretamente sobre os governos.

Parta compreender quais eram as preocupações que dominavam o ambiente político nacional e por que havia tanta perplexidade quanto ao futuro, é necessário uma breve exposição, no âmbito nacional, acerca dos anos que antecederam o golpe de Estado deflagrado em 1964.

A estratégia destinada a fortalecer e desenvolver o capitalismo nacional e

¹⁹ Seguidores de Joaquim de Magalhães Barata, considerado o maior líder político do Pará e um dos mais controversos personagens da história do Estado. Filho de um major, também seguiu a carreira militar, chegando até o posto de General. Participou do movimento tenentista, quando servia no Amazonas em 1924. Graças a essa participação foi nomeado Interventor no Pará, pelo Governo Provisório instalado em 1930, governando até 1935. Foi nomeado ainda para o período 1943-45. O estilo populista se solidificou a partir de suas viagens pelo interior, onde se misturava aos caboclos, que ficavam fascinados diante da autoridade máxima do Estado. Foi eleito Senador em 1946 e em 1953 e Governador em 1955, cumprindo o mandato até 1959, quando faleceu a 29 de maio, em Belém do Pará.

a soberania do país, começou a concretizar-se a partir de 1930, estendendo-se até 1964. O Estado foi levado a criar as condições de industrialização e a iniciar os empreendimentos produtivos, de forma que “tornou-se um empresário ou capitalista coletivo” (IANNI, 1997: 138).

Desde a implantação das indústrias de base (como as de refino de petróleo, produção siderúrgica, alumínio, cimento, celulose, etc.), a partir dos anos 30, o país caminhava em ritmo de crescimento do mercado interno e passava por importantes transformações resultantes do deslocamento da população do meio rural para o meio urbano. Foi também o período em que predominou o *populismo*, quando o Estado “se ‘interpõe’ nos conflitos de classe, tutelando as organizações tanto patronais quanto operárias” (MARTINS, 1985: 34).

O Brasil experimentou um enorme crescimento no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960). Os chamados “anos dourados” marcaram profundamente o país, com transformações substanciais nos hábitos e nos costumes, inaugurando novas formas de consumo para a população. Mas o sobre-esforço a que a economia foi submetida, aflorou nos anos seguintes, através da acentuação das disparidades e desigualdades regionais e de renda, ampliando os focos de tensão e de miséria e propiciando o aprofundamento do debate em torno do modelo de desenvolvimento a ser adotado no país.

O auge das discussões deu-se no Governo Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), inclusive com grande participação de estudantes e intelectuais atuando junto aos setores marginalizados da sociedade, com ações que misturavam assistencialismo, conscientização, incentivo à participação e à contestação política, como por exemplo os Círculos de Cultura Popular, os Movimentos de Cultura Popular e o Movimento de Educação de Base.

Em outros termos, pode-se dizer que se vivia um regime constitucional no qual, apesar de o jogo político-partidário ainda se manter altamente manipulatório, permitia-se a mobilização popular, abrindo brechas para algumas reivindicações democráticas. Dessa forma,

“Não obstante as divergências de interpretação, as esquerdas concordam, em geral, que, nos poucos meses de administração de Goulart, verificou-se - para profundo desagrado de liberais e conservadores - um avanço político e ideológico das classes populares e trabalhadoras sem precedentes na história social brasileira. A política começava a deixar de ser privilégio do governo e do Parlamento para alcançar, de forma intensa, a fábrica, o campo, o quartel e as ruas...” (TOLEDO, 1997: 32).

Todas aquelas manifestações eram entendidas pelos setores conservadores como indícios de que uma nova ordem pudesse vir a ser instaurada, colocando em risco o *status quo* que os beneficiava. Ao mesmo tempo, devido à entrada crescente de capitais externos, em função da expansão capitalista, começavam a ocorrer uma alteração na correlação de forças que estavam no poder. A famosa aliança de classes que presidiu à estruturação do sistema capitalista brasileiro, começava a ser abalada.

Em 1964, a sociedade brasileira ainda estava sacudida pelas notícias da revolução cubana, a primeira revolução socialista na América, de maneira que, especialmente os jovens, passaram a acreditar que tudo podia ser possível. Questionava-se o modelo econômico, ao mesmo tempo em que também se questionavam os modelos político-ideológicos. Como destaca SINGER (1997:19) “Isto foi transformado pela direita brasileira numa quase obsessão, pois quem lesse a imprensa, ouvisse o rádio ou assistisse televisão teria a impressão de que a esquerda já estava no poder e que o fim da democracia era eminente”.

Portanto, as contradições presentes na sociedade brasileira no início dos anos 60, ajudam a compreender porque o período Goulart sinalizava para os analistas políticos uma ameaça de golpe de Estado, seja por parte das forças conservadoras ou do Presidente João Goulart, visando permanecer no comando do Governo.

Goulart tentou conter a inflação e retomar o crescimento do país, colocando em prática o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, destinado ao período 1963-65, elaborado pelo economista Celso Furtado (Ministro do Planejamento), com a colaboração de San Thiago Dantas (Ministro da Fazenda). Ao final do primeiro ano, porém, o fracasso era evidente. Então o governo passou a empunhar de forma mais enérgica a bandeira das reformas de base (agrária, bancária, fiscal, eleitoral, etc.), consideradas indispensáveis para que o país alcançasse o desenvolvimento.

Estas reformas, principalmente a agrária, contrariando os interesses dos grandes proprietários rurais, assim como de expressivos setores da Igreja Católica, sofreram forte reação contrária no Parlamento.

No dia 13 de março de 1963, a capital da República foi palco de um comício no qual cerca de duzentas mil pessoas se reuniram para exigir as reformas de base, além de medidas nacionalistas e populares e da ampliação das liberdades democráticas, tudo com amplo apoio oficial e sob a proteção de um eficiente esquema de segurança armado pelo I Exército.

Por outro lado, demonstrando superioridade de organização e de força política, os grupos conservadores realizaram uma manifestação, a 19 de março, em São Paulo, com a presença de cerca de meio milhão de manifestantes, na chamada Marcha da Família em Nome de Deus e da Liberdade. Estava provado que a direita podia pôr mais gente na rua que a esquerda.

Dadas as características da sociedade local (Santarém), com a maioria da população ainda vivendo na zona rural, com poucas possibilidades de informação, não houve participação popular naquelas discussões, debates e manifestações que marcavam algumas regiões do Brasil no final da década de 1950 e início dos anos 60.

Aqueles que conseguiam sintonizar emissoras de rádio como a Globo, a Nacional e a Bandeirantes, tomavam conhecimento dos fatos, mas não dispunham de elementos para compreender e se engajar nas disputas viscerais que eram travadas no âmbito do Estado. Disputas estas, movidas pelo aguçamento do embate visando à conquista e à ampliação do espaço político, entre lideranças que possuíam projetos políticos diferenciados e por vezes antagônicos.

Embora em funcionamento desde 1948, a primeira emissora de rádio local, originária de um serviço de alto-falantes de Jônatas de Almeida e Silva, não incluía em sua programação a divulgação de notícias de âmbito nacional.

Os jornais da capital circulavam com atraso de pelo menos cinco dias e os jornais locais, produzidos semanalmente, refletiam os interesses das oligarquias dominantes, além de possuírem tiragem limitada, chegavam a um reduzido número de pessoas letradas e em condições financeiras de realizar tal despesa.

A maioria da população santarena, podia ser vista analogamente a um torcedor que apenas ouve uma partida de futebol, através do rádio ou da TV, sem nenhum poder de interferir no resultado. Contagiada pela “febre do ouro”, estava mais interessada nas notícias sobre novos garimpos e na busca de riqueza rápida, sobrando pouco espaço para se interessar pelos acontecimentos de natureza política.

A avaliação dos fatos e o julgamento que era feito do governo, se processava basicamente de duas formas: através dos comentários daqueles que tinham

um maior engajamento político; ou, de forma direta, reflexo do que era sentido no dia-a-dia, no custo de vida, e que era interpretado como sinônimo de que algo estava errado.

Esse era o sentimento reinante, motivado pelos discursos dos políticos que, presumivelmente, conheciam mais sobre aquelas coisas. E entre aqueles que dispunham de um maior nível de informações, predominava o receio quanto a uma possível mudança mais radical nos rumos políticos do país, dado o pavor que tinham do comunismo, alimentado pela formação conservadora e o entendimento de que uma nova ordem social e econômica, caso fosse instaurada, colocaria em risco os seus interesses.

Contrastando com o pensamento conservador dominante, alguns poucos políticos, como por exemplo o Deputado Estadual Benedito Monteiro, eram portadores de um discurso progressista, sintonizado com as reformas de base. Como haviam sido instalados em várias cidades da região, escritórios da Superintendência da Reforma Agrária - SUPRA, os mais conservadores imaginavam que o comunismo estava ameaçando tomar conta do país.

“O Benedito Monteiro aqui criou a SUPRA, que era a Superintendência da Reforma Agrária. E isso trouxe a evidência de que o comunismo iria tomar conta do país. (...) os mais antigos temiam.”²⁰

Se olhado o período que antecedeu 64, na perspectiva das Forças Armadas, encontram-se também algumas explicações para o golpe. Os altos comandos militares estavam preocupados, não só com as agitações nos meios civis, mas principalmente com a indisciplina e a quebra da hierarquia em suas fileiras, resultado da politização crescente em seus quadros subalternos, capaz de gerar situações como a *revolta dos marinheiros*, no dia 25 de março, na Guanabara.

²⁰ Evandro Vasconcelos, integrante da diretoria da Associação Comercial de Santarém, na década de 60. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

Aliada a essas circunstâncias, a crise econômica que afetava o país no período pré-64, era entendida na ótica militar, como problemática para a Segurança Nacional, uma vez que intensificava o conflito entre capital e trabalho, interpretado como ameaça comunista.

Para fazer frente a esse quadro era necessário que fosse adotado como contra-ofensiva o desenvolvimento econômico, com reversão dos índices inflacionários e aumento das taxas de emprego, obtendo-se com isso o apoio do empresariado e o controle da população. Essa tarefa só poderia ser encaminhada por um governo forte.

Os militares, que sempre tiveram presença marcante na história política brasileira²¹, ganharam maior impulso a partir da Revolução de 1930 e especialmente no Estado Novo, legitimando-se por noções de ordem e progresso. A aliança entre industriais e proprietários de terras foi possível em função da convergência de interesses, mas não significou o fim das divergências, daí resultando em tensões e conflitos “e abrindo caminho para uma interferência contínua das Forças Armadas na vida política da nação, de maneira que o aparelho burocrático-militar exercia um papel de intermediário e assegurava a coesão do sistema” (DREIFUSS, 1981: 24).

Essa série de fatores propiciou a coalizão civil e militar, responsável pelo golpe de 1964 e configurou a ascensão de um novo bloco no poder, formado pela “burguesia industrial e financeira - nacional e internacional -, o capital mercantil, latifundiários e militares, bem como uma camada (de caráter civil) de intelectuais e tecnocratas” (GERMANO, 1994: 17).

Os segmentos civis, cujos líderes (Carlos Lacerda, Magalhães Pinto e Adhemar de Barros, todos ambicionavam a Presidência da República) apoiaram os militares acreditando tratar-se de uma intervenção rápida, apenas com o objetivo de pôr

um termo no que consideravam ameaça às Instituições do Estado. Os próprios comandantes militares fizeram crer nessa possibilidade, num primeiro momento, mas o desdobramento dos fatos não confirmou a retórica.

Na madrugada do dia 2 de abril, uma junta militar, intitulada Supremo Comando Revolucionário, formada pelo general Artur da Costa e Silva, tenente-brigadeiro Francisco de Assis Corrêa de Melo e vice-almirante Augusto Redemaker Grunewald, assumia o controle do país.

Deposto o Presidente João Goulart, o Congresso Nacional declarou vaga a Presidência da República. Tomou assento na cadeira presidencial a 2 de abril de 1964, um civil, o Deputado Ranieri Mazzili, Presidente da Câmara. Mas o poder, efetivamente, estava em mãos dos militares, através do Supremo Comando Revolucionário.

Os acontecimentos, especialmente de março de 1964, abalaram as forças de apoio ao Presidente João Goulart. Assim, não teria sido tanto a desproporção militar e sim a desproporção política de forças o fator decisivo para que o golpe tivesse fulminante sucesso, praticamente sem qualquer resistência (MORAES, 1997: 127-129).

Depois dos “anos dourados” começaram os “anos de chumbo” no Brasil. Consumado o golpe, já que era impossível eliminar as contradições que geravam críticas pela oposição, a saída encontrada pelos militares foi a adoção de uma série de medidas institucionalizando o *Estado de Segurança Nacional*²², a começar pelo Ato Institucional nº 1, redigido por Francisco Campos e assinado em 9 de abril de 1964 pelos membros do Supremo Comando Revolucionário. Além de outras determinações,

²¹ A respeito da história militar brasileira e da participação na vida política, ver por exemplo: SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2ª Edição, RJ. Civilização Brasileira, 1968.

²² Segundo MARTINS (1986: 42) “há um período, entre 1968 e 1978 (o domínio do Ato Institucional nº 5), que caracteriza em sua plenitude, no grau mais elevado, o *Estado de Segurança Nacional*.”

estava previsto pelo AI-1, que no prazo de 60 dias o Presidente poderia cassar mandatos e suspender direitos políticos por 10 anos. Tudo isto visava a limitar os poderes do Congresso Nacional e estabelecer o medo entre aqueles congressistas que exerciam de forma autônoma os seus mandatos populares.

O AI-1, que teve vigência até janeiro de 1966, estabeleceu as condições para a eleição do Presidente da República, criou o decurso de prazo para aprovação de Projetos de Lei do Executivo que não fossem apreciados pelo Legislativo no prazo de 30 dias. Ao mesmo tempo, definia o regime constitucional vigente entre 1946-64 “como uma situação política que deveria ser superada em nome do povo e com o concurso das forças Armadas, pois ele abria a possibilidade dos comunistas chegarem ao poder” (OLIVEIRA, 1993: 123).

Os golpistas, desde o princípio, tiveram uma preocupação de não serem identificados como tal. Para isto, trataram de autodenominar o movimento como revolucionário, acreditando-se cumpridores de um papel historicamente reservado às forças armadas:

“Explicou-se didaticamente que uma revolução se distingue de outros movimentos armados porque nela se traduz não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da ‘Nação’. Como, segundo diz o AI-1, havia uma revolução vitoriosa, a mesma se investia ‘no exercício do Poder Constitucional’ e esta seria a forma mais expressiva, mais radical, do Poder Constituinte. Daí chegou-se a conclusão de que a revolução poderia estabelecer normas jurídicas sem que fosse limitada pelo ordenamento anterior à sua vitória. De acordo com a mesma lógica, proclamou que ‘os chefes da revolução vitoriosa, graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representam o povo e em seu nome exercem o Poder Constituinte, de que o Povo é o único titular” (SANFELICE, 1985: 94-95).

Ainda em abril de 64, iniciava a onda de “moralização” no país.

Inquéritos Policial-Militares foram instituídos em todos os níveis do governo, visando a investigar atividades de funcionários públicos e identificar os que estavam comprometidos com atividades “subversivas”. A repressão não atingiu somente os partidos políticos, mas também o Poder Judiciário, a burocracia civil e inclusive os militares que não aderiram ao golpe ou não aceitavam as medidas repressivas.

O PSD e o PTB, pela aproximação que mantinham com os movimentos sociais e por serem os de maior representação no Congresso (122 e 109, respectivamente, contra 94 da conservadora UDN), foram os partidos mais atingidos na *operação limpeza* desenvolvida pelo Comando Revolucionário. Dos 40 membros do Congresso que perderam seus mandatos na primeira lista que acompanhou a promulgação do Ato Institucional N.º 1, 18 pertenciam ao PTB, 4 ao PSP, 3 ao PSD, 3 ao PST e 3 ao PDC. Os demais não tinham filiação partidária mencionada. A UDN, no entanto, por ser a principal base de apoio político-parlamentar do novo Estado, foi totalmente poupada dos expurgos (ALVES, 1984: 61).

Com a composição modificada, o Congresso Nacional teve maior dificuldade para reagir às medidas do governo. O mesmo se verificou nas Assembléias Legislativas nos Estados e até em algumas Câmaras Municipais.

O primeiro general-presidente, Humberto de Alencar Castelo Branco, foi conduzido ao cargo através de uma “eleição” indireta, no já expurgado Congresso Nacional.

Castelo Branco era o mais influente dos conspiradores militares e consensual entre a maioria das facções golpistas civis. Líder do chamado grupo da *Sorbonne*, tinha ao seu redor oficiais estreitamente ligados à Escola Superior de Guerra, tais como os generais Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e

Jurandir de Bizarria Mamede.

O grupo da *Sorbonne* contrapunha-se aos oficiais da chamada *linha dura*, adeptos do controle armado sobre os civis.

“O ‘grupo’ propunha a adoção de soluções técnicas e fórmulas institucionais de governo que incorporassem civis amigos e ‘opositores moderados’. Diferente dos nacionalistas (outro expressivo grupo militar), a ‘Sorbonne’ (mais tarde conhecido por grupo dos ‘castelistas’), defendia uma relação mais profunda com o capital internacional e a livre iniciativa. Mas também defendiam a existência de um governo forte...” (BARROS, 1997: 21).

Os Movimentos Sociais, que proliferaram no período Goulart, foram todos alvo de forte repressão. Um dia após o golpe, a sede da UNE no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada por forças direitistas. Em novembro do mesmo ano, através da Lei Suplicí (4.464/64), a União Nacional dos Estudantes foi extinta e substituída por um Diretório Nacional dos Estudantes. Também foram proibidas as atividades políticas nas entidades de representação estudantil.

Através do Decreto-Lei 4.341, de 13.07.64, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Este, consolidava os ensinamentos da ESG sobre a necessidade de identificar antagonismos e pressões e manter sob vigilância as atividades da oposição. O General Golbery do Couto e Silva foi seu primeiro diretor, assim como também chefiaram o SNI os generais Garrastazu Médici e João Batista Figueiredo. O SNI “foi a primeira aplicação legal da Doutrina de Segurança Nacional, e lançou as bases do imenso Aparato Repressivo que se desenvolveria com o tempo” (ALVES, 1984: 74).

1.5. As primeiras reações ao golpe de 1964 em Santarém e o surgimento dos “novos coronéis” no Estado do Pará.

Sob o slogan *Revolução Vitoriosa*, o golpe de 64 foi recebido com entusiasmo em Santarém²³. Houve até manifestação de apoio aos golpistas, similar as que se verificaram em outros centros urbanos, onde as pessoas eram “contagiadas” pelo discurso “patriótico”, “moralizante” e “democrático”. Uma passeata foi organizada, por sindicatos de trabalhadores, para comemorar a “Revolução”:

“O povo santareno solidário com a patriótica iniciativa dos humildes operários, acompanhou por todo o percurso, vendo-se em todas as portas e janelas o entusiasmo da massa popular. Duas bandas de música e bandeiras do Brasil animavam a passeata dando-lhe um cunho quase marcial” (PASSEATA PRÓ... ,1964: 1).

Aqueles que gozavam de prestígio político e poder econômico, viam nos militares a possibilidade de “pôr ordem na casa”, restabelecendo a normalidade. No depoimento transcrito a seguir, é possível identificar este entendimento:

“... eu sempre fui um conservador. Eu vibrei muito com a derrubada do João Goulart, principalmente porque eu acompanhei toda a evolução daqueles acontecimentos e, como a maioria dos brasileiros, eu vi que o Brasil tava ficando uma bagunça, uma baderna, e era preciso pôr um freio naquilo. (...) Em termos locais, os segmentos mais influentes eram bem mais favoráveis a uma mudança naquela situação do que a esquerdalha que vinha querendo tomar conta de tudo.”²⁴

O caráter autoritário e antidemocrático do novo governo começou a ser demonstrado, no plano político regional, com a cassação do mandato do Governador do

²³ A fase de euforia para com o regime implantado via golpe em 1964, teve uma duração prolongada em Santarém. Somente a partir dos anos 80, quando o regime não mais conseguia esconder as contradições do modelo de “segurança e desenvolvimento”, surgiram formas de contestação mais intensivas.

Estado, Aurélio do Carmo (PSD), assim como do Vice-Governador, do Prefeito e do Vice-Prefeito de Belém, capital do Estado.

Aurélio do Carmo, que se encontrava no Rio de Janeiro quando foi deflagrado o golpe, tratou de manifestar seu apoio ao movimento, através de pronunciamento oficial. Mas não escapou da onda de moralização alardeada e seu governo foi acusado de corrupção, após uma Comissão ter procedido a uma verdadeira devassa nas Secretarias de Estado. O mesmo aconteceu quanto à Prefeitura da Capital. As cassações ocorreram em junho de 1964.

No que pese a existência de corrupção e outras falhas administrativas nesses governos, na verdade já havia o propósito de intervenção por parte dos militares, tanto que o General Bizarria Mamede, esteve em Belém, preparando a intervenção. Mamede, depois, assumiu o comando da 8ª Região Militar e foi o articulador da eleição, em 15 de junho de 1964, via Assembléia Legislativa, de Jarbas Passarinho no cargo de Governador do Estado. Na Prefeitura de Belém foi empossado outro militar, o Coronel Alacid da Silva Nunes.

Foi dessa forma que surgiram no Estado do Pará, as duas principais lideranças políticas ligadas aos golpistas de 1964, os quais graças ao uso da máquina administrativa e à inexistência de outras lideranças políticas, passaram a controlar parte do eleitorado, ainda majoritariamente rural.

Esse tipo de domínio sobre o eleitorado não era tão simples de ser executado em todas as regiões do país, mas era importante para os governos militares terem um maior controle do processo eleitoral.

²⁴ Emir Bemerguy. Cirurgião-Dentista, Professor. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

Após ser derrotado nas eleições estaduais em Minas Gerais e no antigo Estado da Guanabara, o governo editou, em 27-10-65, o Ato Institucional n.º 2, que teve vigência até 15-03-67 e modificou a Constituição de 1946, tornando indireta a escolha de Presidentes da República. Pelo mesmo ato, também foram extintos os partidos políticos existentes.

O Ato Complementar n.º 4, de 29-10-65 (Reforma Partidária), estabeleceu normas para a constituição dos partidos políticos, surgindo assim a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido de apoio ao governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), formado por vários grupos de oposição.

O Prefeito Everaldo Martins, quando das modificações introduzidas pela reforma partidária, passou a integrar o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma vez que no reordenamento partidário estabelecido, grande parte dos membros do extinto PSD ficaram na oposição ao regime, enquanto que os integrantes da UDN, ingressaram na Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Durou pouco menos de um ano a permanência do Prefeito na oposição. A necessidade de apoio financeiro e político para o desempenho da função o levou para o partido de apoio aos militares.

No plano federal, Arthur da Costa e Silva era escolhido pelo colégio eleitoral, em 3 de outubro de 1966, para suceder Castelo Branco na Presidência da República. Costa e Silva representava a *linha dura*. Alguns ocupantes de seu governo tiveram projeção nos anos seguintes, como o general Emílio Garrastazu Médici (que assumiu a chefia do SNI) e o coronel Jarbas Passarinho (novo ministro do Trabalho e da Previdência Social).

Na convenção da ARENA, realizada em Santarém, visando às eleições de 1966, Ubaldo Corrêa foi indicado para concorrer novamente à Prefeitura, tendo

Paulo Rodrigues dos Santos como candidato a Vice Prefeito. Discursando na ocasião, o Brigadeiro e candidato a Deputado Federal Haroldo Coimbra Veloso²⁵, disse não ter dúvida de que o grande território amazônico iria ser a preocupação dominante do próximo governo e esperava que Santarém ocupasse o principal lugar no esperado desenvolvimento da região. Por sua vez, Ubaldo Corrêa destacou que o Coronel Jarbas Passarinho seria candidato ao Senado da República e assumiu como compromisso dar ao futuro senador paraense a mais expressiva votação do interior do Estado (CONVENÇÃO ..., 1966: 3).

Jarbas Passarinho, em contrapartida ao apoio oferecido, mandou publicar nota de capa no **Jornal de Santarém** solicitando votos para Ubaldo Corrêa, ao mesmo tempo em que destacava os feitos da Revolução. Passarinho era apresentado à população como um homem forte do governo militar, capaz de conseguir benefícios para a região.

Apesar de todo o apoio oficial, Ubaldo Corrêa não conseguiu vencer a eleição realizada em 15 de novembro de 1966, recebendo apenas 5.964 votos, enquanto que seu concorrente, o candidato do MDB, Elias Ribeiro Pinto, obteve 8.337 votos, de um total de 20.844 eleitores inscritos em 29 seções na zona urbana e 57 no interior do município.

Foi eleito Governador do Estado, o coronel Alacid da Silva Nunes. Quanto aos cargos do legislativo, o resultado foi o seguinte: para o Senado, Jarbas Passarinho obteve 10.292 votos, contra 3.318 dados ao candidato do MDB, Moura Palha; para a Câmara Federal o candidato da ARENA que obteve melhor colocação em Santarém foi o Brigadeiro Haroldo Coimbra Veloso, com 5.623 votos, enquanto que

²⁵ Um dos líderes da Revolta de Jacareacanga.

Hélio Gueiros, do MDB, conseguiu 1.731 votos.

A ARENA elegeu maior número de Deputados Estaduais, incluindo como políticos com base em Santarém, Nicolino Campos (3.347 votos) e Paulo Lisboa (1.428 votos). Mas a maior votação foi dada a um candidato do MDB, Santino Sirotheau Corrêa, antigo integrante do PSD, que obteve 3.577 votos, elegendo-se Deputado Estadual.

É importante destacar que, embora permitindo a realização de eleições, o governo militar havia fechado o Congresso Nacional no dia 20 de outubro, o qual foi reaberto somente a 7 de dezembro, através do AI-4, para discutir e votar uma nova Constituição. Apesar de o MDB ter se afastado da votação, por não concordar com o processo de tramitação, a nova Carta foi aprovada no dia 21 de janeiro de 1967 e promulgada três dias depois, pelas mesas da Câmara e do Senado.

1.6. Da vitória do MDB à intervenção federal em Santarém

O triunfo de Elias Pinto e a boa votação obtida por alguns candidatos do MDB, davam a impressão de que Santarém era uma cidade potencialmente oposicionista. Essa postura do eleitorado, em termos do resultado eleitoral, no entanto, revelava que o voto era dado em função dos atributos pessoais dos candidatos e, especialmente, para aqueles que eram conhecidas lideranças do velho e admirado baratismo, alguns dos quais estavam abrigados no partido de oposição ao regime militar.

Elias Pinto possuía o dom da oratória, um discurso eloqüente, discurso de cunho sentimental e demagógico e em sintonia com aquilo que os eleitores queriam

ouvir. Obteve principalmente o apoio da numerosa colônia nordestina e dos moradores da área rural. Mas devido a característica personalista e carismática que encarnava, a campanha foi muito centralizada na figura do candidato a Prefeito, resultando para a oposição uma vitória de pirro: para as 11 cadeiras na Câmara Municipal, conseguiu eleger apenas 3 Vereadores,²⁶ o que tornava extremamente vulnerável o exercício do poder político do gestor municipal.

A vitória do candidato do MDB à Prefeitura foi uma afronta para os segmentos político-econômicos mais influentes do município (a elite local), pois se tratava de um descendente de nordestinos, cuja origem o fazia vítima de preconceito por parte das oligarquias conservadoras.

Muito embora não representasse uma ameaça ideológica ao regime militar, os políticos situacionistas incomodavam-se com a presença de um integrante do MDB à frente do Executivo municipal, sendo visto como uma peça a ser substituída na engrenagem dominada pela ARENA. A segunda cidade em importância no Estado não podia continuar sendo governada por um integrante da oposição.

As pressões logo surgiram. Um verdadeiro complô foi armado contra Elias Pinto, tendo à frente Ubaldo Corrêa e envolvendo os vereadores da ARENA, apoiados por Alacid Nunes, então Governador do Estado. Decidiram encontrar algum pretexto para afastar o Prefeito de suas funções, abrindo espaço para que o cargo passasse a ser exercido por um integrante da Câmara, indicado pela ARENA, que tinha a absoluta maioria, totalizando 8 dos 11 Vereadores.

A bancada da ARENA formulou denúncia ao Tribunal de Contas do Estado, acusando o Prefeito do desvio de três mil sacos de cimento da construção das

²⁶ João Marques de Menezes (803 votos), Ronan Liberal (681) e Benedito Magalhães (572 votos).

escolas municipais Hilda Mota e Sofia Imbiriba, com o objetivo de enquadrar o Chefe do Executivo nas penalidades previstas em Lei.

Os noticiários da época revelam a polêmica que envolveu a população diante do caso, sendo que a maioria acreditava firmemente que Elias Pinto conseguiria sair-se vitorioso daquela situação, conforme pode-se notar pela transcrição a seguir:

“Nas esquinas desta cidade a pergunta que nos fazem desde que aproximamos da ‘turma’ ali reunida, invariavelmente, é esta: - o homem fica? E manda a verdade dizer que conforme a predileção dominante, a nossa idéia sobre o mesmo não tem valor.

Quando a ‘turma’ é do contra vão dizendo logo que a cassação do Prefeito ficou de chegar no dia seguinte, e desfiam um rosário de queixas e acusações que fazem do pobre Elias o pior elemento que já habitou neste planeta.

Quando a ‘turma’ é a favor (digamos de passagem que calculamos essa diferença em 70%) só se ouve dizer que o Prefeito sai sim... mas depois de 4 anos. Esta, a meu ver, seria a melhor solução.

Santarém tem necessidade de Elias como seu Prefeito, embora a minoria insignificante que é liderada por políticos inoperantes e por isso fracassados, deseja ao contrário. Acontece, porém, que tais políticos tão falhos de prestígio nesta terra, são demais hábeis nas suas artimanhas e nos seus recalques” (NOVELA SANTARENA, 1967: 2).

Com todo o aparato estatal controlado pelos membros da ARENA, o Tribunal de Contas do Estado, informado das irregularidades, encaminhou formalmente a denúncia à Câmara Municipal de Santarém, para que esta tomasse as providências cabíveis.

Em reunião extraordinária da Câmara Municipal, ocorrida a 28 de novembro de 1967, através da Resolução nº 2, o Prefeito Elias Pinto, juntamente com seu Vice, Joaquim de Oliveira Martins, foram suspensos das funções pelo prazo de trinta dias, dentro dos quais deveriam apresentar defesa quanto ao crime de

responsabilidade em que foram incursos.

Além de ser minoria na Câmara, os partidários do Prefeito eram politicamente fracos. Alguns, deixando-se convencer pela maioria da ARENA, como apontou o resultado de dez a um, na votação realizada. Na mesma sessão, através de proposição do Vereador Antônio dos Santos Pereira (ARENA), foi nomeado como substituto de Elias Pinto na Prefeitura, o Vereador Jerônimo Gomes Diniz, primeiro secretário da Câmara.

Elias Pinto tentou de todos os meios defender-se do crime de responsabilidade, mas encontrava muitos obstáculos, uma vez que o Tribunal de Contas do Estado agia sob recomendação do Governador Alacid Nunes.

Enquanto isso, a população vivia a expectativa de que a qualquer momento o Prefeito retomasse as atividades no cargo para que havia sido legitimamente eleito e isto causava apreensão no Prefeito interino, Jerônimo Diniz, que renunciou ao mandato em setembro de 1968. Para substituí-lo, foi aprovado o nome do Vereador Elinaldo Barbosa, em sessão realizada pela Câmara Municipal a 3 de setembro de 1968, sendo empossado no cargo no mesmo dia.

As manifestações de apoio ao prefeito cassado eram impedidas de realizar-se, como foi o caso de um espetáculo circense, cancelado porque no decorrer das apresentações seria lido um manifesto. Para alimentar a opinião popular com relação a alguns fatos relacionados ao episódio político, circularam alguns panfletos anônimos, provocando a reação das autoridades policiais, ameaçando “tomar as providências necessárias, punindo-os energicamente” (AVISO, 1968:1). A advertência, feita pelo Delegado de Polícia Maurício Gomes Castanho, era dirigida aos redatores dos

panfletos.²⁷

Em setembro de 1968, Elias Pinto conseguiu obter liminar do Tribunal de Justiça do Estado, dando a ele o direito de ser reempossado no cargo de Prefeito. Devido a grande liderança que possuía e o sentimento popular de que havia sido afastado de forma irregular e desonesta, a notícia logo se espalhou, juntamente com a informação de que o Brigadeiro Haroldo Veloso havia chegado à cidade para reintegrar Elias Pinto na Prefeitura, de qualquer maneira, fazendo cumprir a decisão judicial.

Nessa decisão já se fazia notar a medição de força política entre o Brigadeiro e Deputado Federal Haroldo Veloso, com o Coronel e Governador Alacid Nunes. Veloso insurgia-se contra a tentativa de retorno ao poder da oligarquia local (aliada às lideranças regionais que serviam ao regime), optando pela defesa de Elias Pinto e angariando a simpatia popular.

O dia 20 de setembro foi escolhido para o desfecho daquela situação que já durava dez meses. Veloso, juntamente com Elias Pinto, saíram à frente de um grande número de populares (cerca de 2 mil pessoas) que havia se reunido no centro da cidade. Todos exaltados e convictos de um desfecho vitorioso, seguiram em passeata num trecho de cerca de dois quilômetros rumo à Prefeitura Municipal.

Nessa altura dos acontecimentos, o Governador Alacid Nunes já havia mobilizado a Polícia Militar do Estado, enviando homens a Santarém, sob o comando do Delegado Lauro Viana, com ordens expressas para impedir, de qualquer maneira, a entrada de Elias Pinto e de Haroldo Veloso na Prefeitura.

²⁷“Perereca” era a denominação do mais importante panfleto que circulou no período.

Algumas personalidades influentes na sociedade santarena, ligadas à Igreja e ao comércio, prevendo uma tragédia, resolveram intervir e demover Veloso daquela decisão, mas conseguiram no máximo adiar por meia hora a passeata, até que buscassem uma alternativa pacífica para solucionar o impasse.

Uma comissão de mediadores²⁸ tentou manter contato com Alacid Nunes, mas não obteve êxito, recebendo de assessores próximos a ele apenas a informação que as ordens já haviam sido dadas, como relatou em entrevista um dos membros da comissão. Veloso, por sua vez, não acreditava que a polícia “teria coragem de atirar contra o povo desarmado” (FONSECA, 1996: 129-130).

Diante de soldados armados, inclusive com metralhadoras, dispostos a tudo no cumprimento das ordens de seus superiores, a pequena multidão desarmada e perplexa não teve a menor possibilidade de reagir. O pânico foi geral, duas pessoas foram mortas e várias ficaram feridas, inclusive o próprio Veloso, teve um ferimento de baioneta, que causou sua morte por infecção, alguns meses mais tarde.

A cidade de Santarém conhecia o maior sinal de que aqueles eram outros tempos. Os governos fardados deixavam sua marca e demonstravam que até mesmo militares que não aceitassem as determinações superiores seriam alvo de violenta repressão. Durante a noite, aviões da Força Aérea Brasileira sobrevoaram a cidade, aumentando ainda mais o medo na população, mas era apenas um destacamento que fora enviado para conduzir o Brigadeiro Haroldo Veloso até o Rio de Janeiro, onde poderia receber melhor assistência médica.

²⁸ A comissão foi formada por: Frei Vianey Miller, Emir Bemerguy, Pastor Sóstenes Pereira de Barros, Wilson Fonseca, Waldemar Pena, Nestor Miléo, Ubirajara Bentes e João Vieira Cardoso.

Apesar do desfecho que a situação tomou, não houve por parte da população uma repulsa ao governo militar. As reações de descontentamento com o episódio ficaram restritas aos limites regionais.

Por outro lado, em vários centros urbanos do país, recrudesçam os movimentos de contestação ao governo militar, incluindo-se ações armadas, movidas por organizações clandestinas de esquerda.

Mas não bastava silenciar estudantes, controlar operários e colocar a repressão nas ruas. Era preciso mais. O Presidente Costa e Silva, com o aval do Conselho de Segurança Nacional, em 13 de dezembro de 1968, edita o Ato Institucional nº 5. Com vigência não determinada, foi revogado somente em 1979 e constituiu, segundo alguns autores, uma espécie de golpe dentro do golpe.

Por força deste Ato, o presidente poderia suspender direitos políticos, remover funcionários, decretar estado de sítio e recesso do Poder Legislativo, aplicar diversas medidas restritivas aos direitos individuais (o julgamento de crimes políticos passava a ser feito por tribunais militares e sem direito a recursos).²⁹

Foi a resposta dos militares da chamada linha dura à série de movimentos reivindicatórios e manifestações, especialmente estudantis, que sacudiram o país ao longo do ano de 1968, de forma que

“O AI-5 introduziu um terceiro ciclo de repressão. O primeiro ciclo, em 1964, concentrara-se no expurgo de pessoas politicamente ligadas a anteriores governos populistas, especialmente o de Goulart. A repressão física direta limitara-se a trabalhadores e camponeses, numa estratégia de classe destinada a eliminar a resistência naqueles setores da população. O segundo ciclo (1965-1966), após a promulgação do Ato Institucional nº 2,

²⁹ A repressão foi agravada ainda com outras medidas de caráter legal, como um decreto de 17.11.70, que concedia ao Presidente da República o poder de editar decretos secretos, de forma que, absurdamente, o cidadão poderia ser enquadrado e punido sem ao menos saber o crime que havia cometido.

objetivava concluir os expurgos na burocracia de Estado e nos cargos eleitorais; não concluiu o emprego direto e generalizado da violência.

O terceiro ciclo caracterizou-se por amplos expurgos em órgãos políticos representativos, universidades, redes de informação e no aparato burocrático de Estado, acompanhados de manobras militares em larga escala, com indiscriminado emprego da violência contra todas as classes. (...) Desse modo, as campanhas de busca e detenção em escala nacional estenderam-se a setores da população até então não atingidos” (ALVES, 1984: 141).

Com base no AI-5, o governo promulgou uma série de atos institucionais, atos suplementares e decretos, todos visando aumentar o controle executivo e militar sobre a estrutura administrativa e a população em geral. A censura proibia qualquer crítica aos atos governamentais e determinava a supressão de notícias sobre movimentos de trabalhadores ou de estudantes.

Em Santarém, malgrado o intento de reconduzir Elias Pinto à Prefeitura, Elinaldo Barbosa continuou no cargo até 15 de fevereiro de 1969, quando foi assassinado em pleno gabinete de trabalho. O crime foi cometido por um funcionário da Prefeitura, de nome Severino Frazão, que há meses estava sem receber os vencimentos e, talvez por isso, se encontrasse em situação de desespero e desequilíbrio. Após o crime, tentou refugiar-se na residência do Vigário da Igreja de São Sebastião (localizada a cerca de cem metros da Prefeitura), mas foi morto a tiros pelo sargento Hércules Lira da Silva, da Polícia Militar.

Pelo fato de o assassino do Prefeito Elinaldo Barbosa não ter qualquer envolvimento partidário, a polícia não considerou a hipótese de motivação política para o crime. Além de que, por ter sido morto logo após ter cometido o homicídio, não houve possibilidades de uma investigação mais aprofundada, na qual pudesse prestar um depoimento esclarecedor.

Com o assassinato de Elinaldo Barbosa, assumiu interinamente o cargo de Prefeito, o Vereador da ARENA Fábio Chagas Lima, enquanto que o Governador Alacid Nunes, responsável maior pelo afastamento e impedimento do retorno de Elias Pinto, tornara-se extremamente antipatizado pela população, que apesar de tudo, ainda nutria esperanças de ver Elias Pinto de volta à Prefeitura, mesmo que para isso precisasse elegê-lo novamente no próximo pleito.

Como aquela hipótese, embora remota, colocava em risco a dominação imposta, a alternativa foi cassar os direitos políticos de Elias Pinto³⁰ e intervir na Prefeitura, nomeando Prefeitos que pudessem ser controlados e correspondessem aos interesses definidos pelos altos comandos políticos e militares para aquela região, ao mesmo tempo em que desenvolvessem ações que possibilitassem a vitória dos candidatos da ARENA nas eleições que eram realizadas para escolha de Vereadores, Deputados, Senadores e Governador do Estado. Afinal, a dominação imposta precisava de uma legitimação respaldada nas urnas.

Atendendo a sugestão das lideranças políticas conservadoras local e regional, o Presidente da República, através do Decreto 64.148, de 03.03.1969, nomeou um Interventor Federal para ocupar a Prefeitura Municipal. Esse fato representou o início da efetiva presença dos governos militares em Santarém, que foi consolidada com o Decreto-Lei que transformou o município *em área de interesse de segurança nacional*.

³⁰ Elias Pinto teve seus direitos políticos cassados por dez anos, o que representou praticamente o fim de sua carreira. Quando voltou a ter condições de disputar eleições, aliou-se a um dos responsáveis pelo seu afastamento, o Coronel Alacid da Silva Nunes e fundou o PTB em Santarém. Foi derrotado nas eleições de 1982 e faleceu em 24-12-1985.

CAPÍTULO 2

DESENVOLVIMENTISMO, REPRESSÃO E RESISTÊNCIA

2.1. A fase dos prefeitos nomeados: os governos militares assegurando o controle político

O ano de 1968 pode ser considerado “um ano que não terminou”³¹, inclusive em Santarém. Tal como se processou em outras regiões do país, a população experimentou nos anos seguintes o aprofundamento da repressão. Com base no AI-5, foi nomeado um Interventor Federal para ocupar a Prefeitura de Santarém. O escolhido foi Elmano de Moura Melo, capitão de reserva do Exército, sediado em Belém.³²

O Interventor Federal assumiu plenos poderes políticos no município. Cinco dias após estar investido no cargo, o Presidente Costa e Silva, colocou a Câmara Municipal em recesso (o decreto presidencial atingia também as Câmaras Municipais de

³¹ Alusão ao livro **1968: o ano que não terminou**, de Zuenir Ventura. Editora Nova Fronteira, 1988.

³² Elmano Melo permaneceu no cargo até 1971.

Santos e Nova Iguaçu).³³ Este fato, estranhamente, foi recebido com euforia pelos integrantes do MDB, sentindo-se “vingados” do caso Elias Pinto, na medida em que até os Vereadores da ARENA foram atingidos pelas medidas antidemocráticas do Governo Federal.

O poder que estava concentrado no capitão Elmano Melo, não era do desejo das forças políticas conservadoras locais. Quando cassaram o Prefeito do MDB e sugeriram a nomeação de um Interventor, esperavam exercer diretamente o controle da Prefeitura Municipal ou, em última hipótese, poder manipular quem fosse indicado para o cargo. O capitão Elmano Melo, no entanto, contrariou aquela expectativa, praticamente isolando e ignorando deputados, vereadores, lideranças políticas, comerciantes e entidades profissionais.

Aquele tipo de atuação concentrada e centralizada política e administrativamente, criava o ambiente adequado para as ações intervencionistas de caráter federal e estadual no município: de um lado, parte da população achava positivo porque poderia trazer benefícios econômicos ao município e encerramento do caos político dos últimos anos; de outro, feria a estrutura do poder local que, por essa razão, algumas vezes colocava em confronto alguma ação do Interventor com a opinião pública.

Este confronto, porém, nunca ultrapassou um certo limite, uma vez que o interventor reunia sob sua autoridade os poderes executivo e legislativo e tinha como missão o reordenamento do quadro político-administrativo local, de acordo com as ordens emanadas dos altos escalões político-militares no plano estadual e federal e

³³ Em 15 de julho de 1970, a Câmara voltou a funcionar, no entanto, mais subserviente ainda, uma vez que o Interventor, investido de plenos poderes, não dependia daquela instituição para a tomada de decisões e execução de atos administrativos.

somente a estes prestava contas.

Instalada para esta “missão restauradora”, a interventoria federal cumpriu seu papel, mas ao mesmo tempo provocou um desgaste para os governos militares, dada a forma autoritária de atuação administrativa. O modelo foi então substituído pelo de Prefeitos Nomeados pelo Governador do Estado (período 1971-1985).

Todavia, embora com o título mais brando, continuavam sendo delegados do poder central e muitas vezes alheios aos problemas da sociedade local (dos cinco prefeitos nomeados no período, três não eram de Santarém), o que, de certa forma, agravava a aceitação do povo por aquela forma de acesso à Prefeitura.

A Interventoria Federal funcionou como instrumento de transição para a fase de prefeitos nomeados, instalada definitivamente com o Decreto-Lei nº 866, de 12 de setembro de 1969. Este decreto colocou o município de Santarém na condição de Área de Interesse da Segurança Nacional. Foi assinado pela junta governativa composta pelos ministros do Exército (general Aurélio de Lira Tavares), Aeronáutica (marechal-do-ar Márcio de Sousa e Melo) e Marinha (almirante-de-esquadra Augusto Haman Rademaker Grünewald).

Até a revogação do Decreto-Lei nº 866, ocorrida a 19 de dezembro de 1984 (através do Decreto-Lei nº 2.183), foram nomeados pelo Presidente da República, com o aval do Governador do Estado e o consentimento formal dos membros do diretório municipal da ARENA, os seguintes Prefeitos: Everaldo de Sousa Martins (1971-1974), Osvaldo Aliverti (1974-1975), Paulo Lisboa (1975-1978), Antônio Guerreiro Guimarães (1978-1981) e Ronan Manuel Liberal Lira (1981-1985).

Os prefeitos nomeados representaram uma fase de efetiva presença dos governos militares, através de obras de vulto, destinadas a amenizar os ânimos da

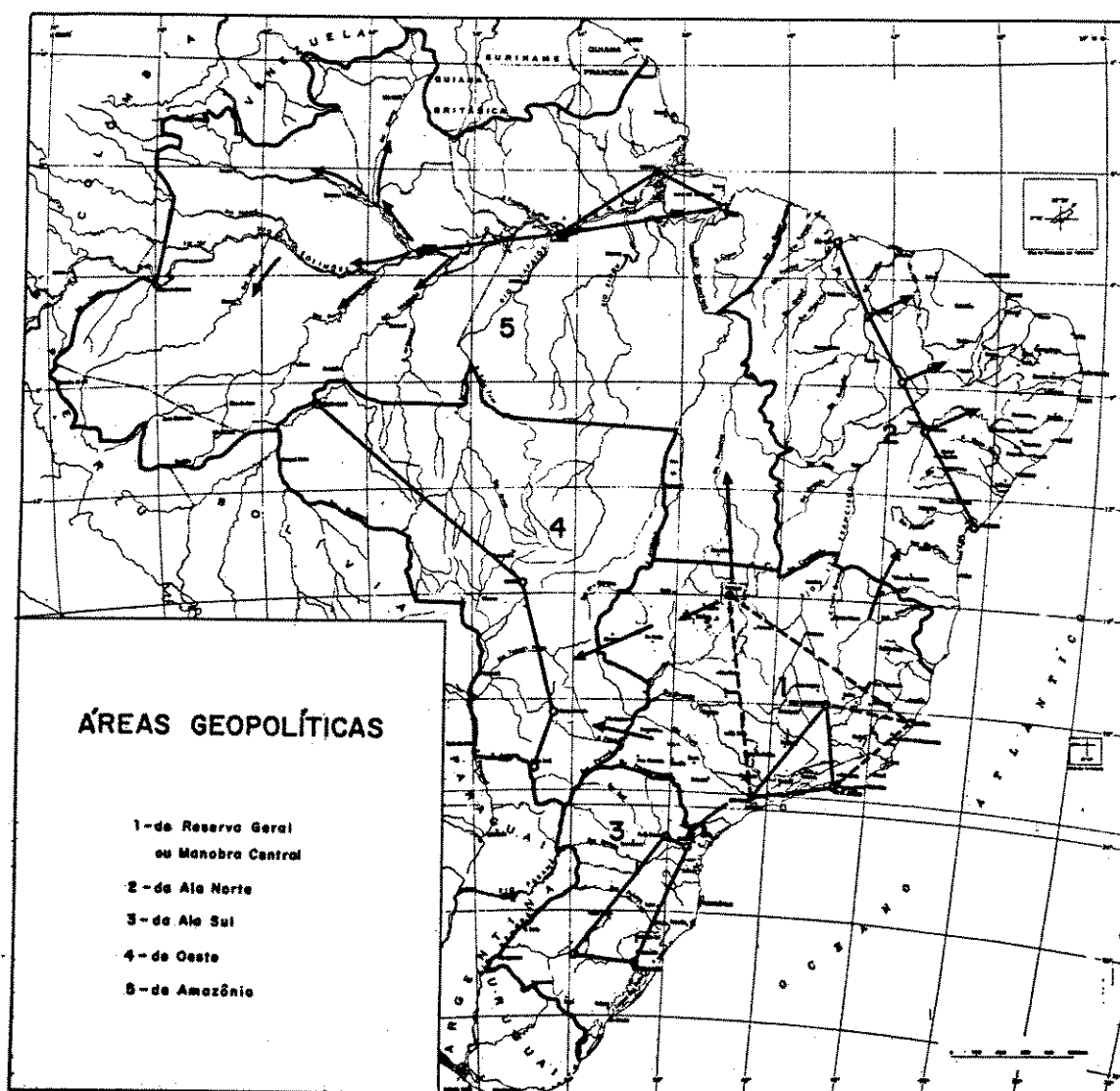
população e cooptar lideranças para o partido situacionista, de maneira a neutralizar ou dificultar a ação dos que não estavam em sintonia com as forças conservadoras estabelecidas no poder.

A inclusão de Santarém na lista de municípios brasileiros considerados de interesse da Segurança Nacional, considerando-se a sua localização no interior da Amazônia, teve um importante significado no contexto da época. O desdobramento político a partir do episódio Elias Pinto, sem dúvida, aumentou a atenção e vigilância das autoridades militares para com a segunda cidade do Estado. A localização geográfica de Santarém, por sua vez, reforçava a necessidade estratégica de vigilância e controle.

Mesmo não sendo um município de fronteira internacional, os militares eram conhecedores da importância de que fossem criadas as condições de infraestrutura e suporte para possíveis necessidades em situações de conflitos, seja considerando um eventual inimigo externo (possibilidade mais remota) ou, principalmente, contra o “inimigo interno” (que para os militares já estava atuando no Estado do Pará, na região do Araguaia).

Observando-se o plano estratégico geral de segurança apresentado pelo General Golbery do Couto e Silva (mapa 1), nota-se que Santarém estava na rota considerada importante no sentido de constituir-se uma base, um ponto de apoio para as operações militares na Amazônia.

Mapa 1
ÁREAS GEOPOLÍTICAS



Extraído de SILVA (1981, 125)

Este mapa constitui o *Esquema 29* nas formulações teóricas do General Golbery do Couto e Silva e trata dos aspectos geopolíticos do Brasil. O triângulo Belém-Amapá-Santarém compõe a área geopolítica da Amazônia. Juntamente com as outras quatro áreas geopolíticas, deveriam ser integradas ao território nacional.

Observando-se o aspecto legal, a Constituição de 1946, em seu artigo 28, já previa a existência de municípios como “de excepcional importância para a defesa externa do País”. Eram os que possuíam bases militares, refinarias de petróleo, portos marítimos ou fluviais.

A Constituição outorgada pelo governo militar em 1967, sob a influência da mudança do entendimento do conceito de defesa para segurança, e da importância que o Conselho de Segurança Nacional passou a ter, modificou consideravelmente o critério antes estabelecido.

O que passava a contar era a necessidade estratégica de combate ao inimigo interno e a vigilância nas áreas que representassem algum perigo real ou presumível. Dessa forma, dezenas de municípios foram incluídos como áreas de Segurança Nacional, para as quais os prefeitos eram nomeados pelo Presidente da República.

Tal procedimento resultou em uma brusca modificação do que estava expresso no texto da Carta de 1946, em cujo artigo 28, parágrafo primeiro, era previsto que os prefeitos poderiam ser nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios. A Constituição de 1967 transformou esta possibilidade em regra normativa, ao expressar em seu artigo 15, parágrafo primeiro, que “Serão nomeados pelo Governador, com prévia aprovação ... do presidente da República, os Prefeitos dos Municípios declarados de interesse da Segurança Nacional por lei de iniciativa do Poder Executivo” (ALENCAR, 1980: 52-53).

Todos esses fatores ajudam a compreender o Decreto-Lei 866, uma vez que nele não consta nenhuma justificativa para a adoção de tal medida, até porque isso não seria necessário e tampouco se enquadrava na lógica de guerra vivida pelos

ideólogos da segurança nacional. O que estava em jogo era a necessidade estratégica, militar e política. Em nenhum momento o Decreto-Lei 866 foi pensado no sentido de garantir atendimento às necessidades sociais da população.

2.2. Vigilância e desenvolvimento como complemento do controle político

Para assegurar ainda mais o controle sobre a população e impedir o surgimento de grupos de guerrilha, semelhantes aos do Araguaia, na região Sul do Pará, o governo militar cuidou de instalar unidades militares em posições estratégicas da Amazônia. No caso de Santarém, foi instalado o 8º Batalhão de Engenharia de Construção (antigo 2º Batalhão Rodoviário), que se deslocou de Lages - Santa Catarina, com a incumbência de construir a Rodovia Santarém-Cuiabá (BR-163).

A chegada do 8º BEC a Santarém foi precedida da escolha das áreas onde a corporação seria instalada, o que gerou temor em parte da população, decorrência de boatos que afirmavam que o Exército iria “tirar a terra dos menos protegidos da sorte” (NÃO HÁ MOTIVO ..., 1968: 2). Com o intuito de amenizar os temores, era mostrado a importância que teria para a cidade, a instalação de uma unidade militar:

“... Procurar impedir que se instale aqui um batalhão representa colocar uma grande barreira á frente do progresso de nossa região, pois não é o exército que precisa se instalar aqui. É Santarém, é o Baixo Amazonas que necessita (...) e mesmo que tivesse essa necessidade, o benefício seria sempre para Santarém, para os filhos de Santarém que terão oportunidade de fazer sua carreira militar iniciando-a aqui mesmo, e para o comércio local que terá em seu movimento uma parte dos vencimentos de mais de quinhentos homens, entre eles muitos oficiais. São os operários locais que terão serviço, o que significa salário nas obras de construção, enfim, é o progresso que Santarém exige” (NÃO HÁ MOTIVO ..., 1968: 2).

Em 24 de agosto de 1970, quando o Brasil já estava sendo governado pelo terceiro general-presidente, Emílio Garrastazu Médici³⁴, o primeiro destacamento do 8º BEC, sob o comando do Tenente Coronel Alberto de Léo, foi instalado em Santarém.

A partir de setembro, chegaram as máquinas e o restante do contingente de oficiais, com suas famílias, sendo instalados em dois locais estratégicos e privilegiados: uma vila militar na parte urbana da cidade e outra no alto da serra do Piquiatuba, nos limites entre a cidade e o planalto (zona rural).

A Santarém-Cuiabá, principal justificativa para a instalação do Batalhão de Engenharia e Construção em Santarém, começou oficialmente a ser construída em 31 de janeiro de 1971. A rodovia, totalizando 1774 Km, foi considerada aberta oficialmente em 20 de outubro de 1976, mediante o encontro na localidade de Cachimbo, das equipes de trabalho do 8º BEC, e as do 9º BEC (Sediado em Cuiabá).

O 8º BEC não se ocupou apenas de funções técnicas como a construção da BR-163. Seus comandantes sempre mantiveram um contato estreito com as autoridades civis do município, em algumas ocasiões até exercendo forte influência sobre os acontecimentos políticos locais.

No plano psicológico, a presença dessa unidade militar serviu como fator de intimidação para os opositores ao regime, pois logo que se instalou na cidade, desenvolveu uma operação de treinamento militar anti-guerrilha em plena área urbana da cidade. O término da operação culminou com um espetáculo de demonstração de força realizado para que toda a população pudesse assistir, na confluência dos rios

³⁴ Emílio Médici, ex-chefe do SNI, empossado como Presidente da República, em 30-10-1969, deu mostras de preocupação estratégica para com a região. Realizou duas viagens oficiais a Santarém e durante o seu governo o município foi beneficiado com vários investimentos federais.

Amazonas e Tapajós, com a participação de equipes também da Marinha e da Aeronáutica. A mensagem era claramente de intimidação

“Eles fizeram demonstração de guerrilha, de guerra simulada, nos anos de 71-72 que no último dia foi um espetáculo de certo modo belo, mas apavorante, porque eles lançaram bombas de 200 quilos no encontro das águas, envolvendo Marinha e Aeronáutica. Aquilo foi apresentado como treinamento militar, mas quem quisesse fazer outra leitura, de intimidação, de saber quanto os militares estavam preparados para enfrentar o que desse e viesse, podia fazer essa leitura.”³⁵

Concomitantemente a instalação da unidade militar do Exército, também foi instalada uma unidade da Polícia Militar do Estado. A Companhia Independente de Polícia Militar (CIPM), foi criada através do Decreto nº 7.125, de 14 de julho de 1970, e iniciou as atividades em Santarém no dia 24 de julho do mesmo ano. Em 1980 foi transformada em 3º Batalhão de Polícia Militar, com a denominação de *Batalhão Tapajós*.

Com o 8º BEC e o 3º BPM, os militares e políticos da ARENA passaram a ter maior segurança para executar toda espécie de ato, sem o receio de que pudessem ser importunados com algum tipo de manifestação.

Interessante destacar que as reações populares frente a essas duas instituições foram completamente diferentes. Enquanto os militares do Exército simbolizavam o poder e eram considerados com distinção, os PMs eram tratados com desprezo e desdém, apelidados de “mata-cachorro”, tal o grau de inferioridade que lhes era atribuído.

Como os militares do Exército aparentemente mantinham-se mais à

³⁵ Emir Bemerguy. Cirurgião-Dentista, Professor. Entrevista realizada em Santarém, em junho de 1997.

distância dos acontecimentos do dia-a-dia, não eram vistos pela maioria da população como uma força repressiva. Situação contrária era a dos PMs, que estiveram envolvidos diretamente no episódio Elias Pinto e em outras ocasiões nas quais houve ações de contestação aos governos.

Além do Exército (8º BEC) e da Polícia Militar do Estado (3º BPM), Santarém contava com um modesto destacamento da Aeronáutica e outro da Marinha, além de uma Delegacia da Polícia Federal.

Desse conjunto de instituições, as que mais atuaram como forças repressivas foram o 3º BPM e a Polícia Federal. Conforme já assinalado, os policiais militares agiam de forma mais visível e quase sempre exageravam no cumprimento de suas missões. A Polícia Federal, por sua vez, agia muito mais no sentido de produzir o medo e impor uma intimidação permanente, direcionada para àqueles setores ou pessoas de maior influência junto à população.

Entre as formas de concretização do modelo repressivo adotado pela Polícia Federal, destaca-se a vigilância sobre o trabalho desenvolvido pelos agentes do MEB e sobre a programação da Rádio Emissora de Educação Rural, pertencente à Prelazia de Santarém.

A partir de 1969 e praticamente ao longo de toda a década de 70, houve uma rígida cobrança no sentido de que os roteiros da programação da Rádio Rural, incluindo as aulas radiofônicas do MEB, fossem enviados, com 48 horas de antecedência, para serem analisados pela Polícia Federal. Como destacam LOCATELLI e SILVA (1997: 43), “O medo de colocar em risco a concessão da Rádio, fazia com que a maioria dos comunicadores aceitasse tudo com certa naturalidade”.

Após Santarém ter sido decretada Área de Segurança Nacional, a União e

o Estado passaram a investir mais recursos e executar um considerável volume de obras, com o intuito de demonstrar que os governos militares constituíam a melhor alternativa de desenvolvimento. Em um manifesto publicado no Jornal de Santarém, em 1970, o Capitão Elmano Moura Melo (Interventor Federal) usava argumentos apelativos para que os eleitores consagrassem nas urnas a vitória eleitoral da ARENA.

“As condições para o desenvolvimento e o progresso sempre existiram, mas como no resto do Brasil, faltava aqui, até bem pouco tempo, a força incoercível e avassaladora da Revolução de 64.

Agora nada mais falta, além de um pouco de paciência e do ritmo acelerado e diuturno de trabalho, respeito e honestidade no serviço público, para que este Município, privilegiado pelo Criador, possa alcançar o alto destino que lhe está reservado” (PROCLAMAÇÃO ..., 1970: 1-3).

Mencionava as grandes obras federais que estavam em curso, manifestando o desejo do regime na obtenção de retorno político. Fez constar na “Proclamação” a série de obras do governo estadual e municipal. Por fim, completa a visão maniqueísta, ao afirmar

“A oposição, é bom que se diga, é o mesmo partido que nas grandes cidades procura destruir a ordem legal; é o partido que velada ou ostensivamente, faz a guerra revolucionária, seqüestra aviões, assalta bancos, seqüestra embaixadores, num trabalho de subversão comandado fora da nossa Pátria. Quem lê os jornais e escuta rádios sabe muito bem tudo isso. Votar com a oposição é votar contra si próprio e contra o Brasil Grande, que a revolução está construindo com amor, dedicação e sacrifício” (PROCLAMAÇÃO ..., 1970: 1-3).

Reverendo a economia brasileira da época, nota-se que as condições para a retomada do crescimento do país foram obtidas à custa do arrocho salarial e outros mecanismos prejudiciais ao conjunto dos trabalhadores.

Em dezembro de 1971, o Governo Médici lançava o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), destinado ao período 1972/74, dando ênfase para uma nova forma de organizar e conduzir o Estado, de maneira a “transformar o Brasil em nação desenvolvida [com uma] economia moderna, competitiva e dinâmica” (BRASIL, 1971: 14).

O chamado “milagre brasileiro” foi proclamado quando o crescimento do PIB ultrapassou seguidamente a marca dos 9% e o governo anunciava o início de uma trajetória de desenvolvimento sem retrocesso.³⁶

Se num primeiro momento a política econômica adotada pela equipe de Castelo Branco parecia privilegiar o papel do Estado, agora era destacado claramente o mercado, daí a ênfase a temas como: *crescimento e expansão do mercado, poder de competição, política de absorção de tecnologia, capital humano*, entre outros.

O país vivia a euforia do milagre, refletida até mesmo em músicas, como *Meu Brasil Eu Te Amo* (da dupla Dom e Ravel, 1970) e *Prá Frente Brasil* (que marcou a conquista da Copa Mundial de Futebol, em 1970).

Foi também o período dos “grandes projetos nacionais” tais como a abertura da rodovia Transamazônica, destinada a promover a ocupação geopolítica da Amazônia e deslocar para a região milhares de nordestinos flagelados pela seca. Em vez disso, favoreceu a formação de grandes latifúndios nacionais e estrangeiros.

³⁶ Como observou o economista Paul Singer, considerar que o Brasil teria um pleno e contínuo desenvolvimento, equivaleria a admitir que “O Milagre Econômico tenha superado o ciclo da conjuntura, dotando a economia brasileira de uma estabilidade que nenhuma outra economia capitalista jamais conheceu” (SINGER, 1973: 59).

O auge do desenvolvimento “milagroso” deu-se em 1973, quando o PIB alcançou 13,9%. Em seguida começou a desaceleração, agravada por fatores externos, como a crise do petróleo.

Uma vez que a indústria automobilística sustentava o “milagre”, com a crise do petróleo a economia foi seriamente abalada. Tentando fazer frente aos obstáculos, o governo ampliou o incentivo a alternativas energéticas, como o Proálcool. Para garantir o lucro do setor privado, realizou transferência de recursos públicos aos grandes conglomerados empresariais e financeiros, através do lançamento das ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), além de criar novos mecanismos de proteção ao capital, como *overnight*, *open market* e mercado futuro.

Os altos rendimentos dessas aplicações, no entanto, só beneficiavam aqueles que possuíam capital suficiente para realizar aquela espécie de negócio. A grande maioria da população, por sua vez, sofria os efeitos corrosivos nos salários e a perda do poder aquisitivo face ao aumento descontrolado dos preços. Em lugar do milagre, experimentava o castigo.

Nesse contexto de diminuição da euforia econômica, tomou posse o quarto general-presidente, Ernesto Geisel, no dia 15 de março de 1974. Geisel representava a volta do *grupo castelista* ao Palácio do Planalto. Juntamente com o general Golbery do Couto e Silva, iniciou o chamado processo de abertura “lenta, gradual e segura”. A revogação do AI-5, em seu último ano de governo, constituiu um importante passo rumo à redemocratização do país.

Apesar de um abrandamento com relação ao governo Médici, os militares da *linha dura* continuaram agindo e espalhando o terror, como ficou evidenciado com a morte do jornalista Wladimir Herzog, ocorrida nas dependências do DOI-CODI do II

Exército, oficialmente anunciada como suicídio. Também, várias medidas políticas foram tomadas e evidenciam a manutenção das manobras políticas pelos militares: o fechamento do Congresso por 15 dias (abril de 1977); a Lei Falcão (Decreto-Lei nº 6.639) pela qual os partidos só poderiam expor, no rádio e na televisão, sua sigla, o número e o currículo sumário de seus candidatos; e a criação do senador “biônico” (dois terços das vagas no Senado foram ocupados por parlamentares não eleitos, resultando em aliados incondicionais do governo).

No plano econômico, Geisel tentou ressuscitar o “milagre”, lançando o II Plano Nacional de Desenvolvimento, mas não obteve sucesso. Seu governo foi marcado por constante alta no custo de vida, arrocho prolongado dos salários e crescente concentração de renda. Os problemas econômicos que o país atravessava, porém, não impediam a continuidade de alguns grandes projetos, o que era possível à custa de empréstimos estrangeiros.

Santarém experimentou a política nacional de desenvolvimento urbano fixada pelo Governo Federal, centralizada em função de medidas macro regionais, notadamente a operação Amazônia. A estratégia de Integração Nacional formulada pela ESG, sob o binômio Desenvolvimento e Segurança, era instrumentalizada e operada a nível regional pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

Os objetivos presentes no II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA) - versão regional do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 1975-1979) - incluíam integração nacional, contribuição ao balanço de pagamento (exportação de matérias-primas); aproveitamento das vantagens comparativas de setores ou produtos selecionados; elevação do nível de renda regional e ocupação do território.

A operacionalização do PDA, de forma a garantir a ocupação espacial da

Amazônia, deu-se através de um programa especial denominado POLAMAZONIA (Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia), atingindo áreas selecionadas, entre as quais Santarém estava incluída, no chamado Pólo Agro-industrial e Agropecuário do Tapajós-Xingu para o desenvolvimento de lavouras, pecuária e agro-indústria.

Esse planejamento centralizado, no qual as forças políticas locais muito pouco ou em nada puderam interferir, terminou criando condições propícias para o estabelecimento de um poder paralelo ou acima da estrutura institucional de poder, nas cidades que serviram de suporte ao Plano de Integração Nacional.

Desta forma, por exemplo, em Marabá operava a Construtora Mendes Júnior, em Altamira a Queiroz Galvão, em Itaituba a Andrade Gutierrez e em Santarém o 8º BEC e as empreiteiras.

Este poder paralelo em alguns momentos era coordenado por alguma instituição do Estado³⁷, mas quase sempre quem tomava a iniciativa eram as empreiteiras, especialmente das obras rodoviárias e suas ramificações. Diante dessa realidade, a influência do prefeito municipal, quando muito, era de cancelar as decisões e fazer a representação social do Município. Quando o Prefeito era ouvido ou consultado, era mais por cortesia que por dever funcional ou por representar uma liderança capaz de tomar decisões políticas.

As autoridades e as lideranças políticas locais, quer seja do Executivo ou do Legislativo, quase sempre desconheciam o volume de investimento destinado ao município.

³⁷ Das instituições que mais se destacavam neste papel, podemos citar: O Exército, no caso específico através do 8º Batalhão de Engenharia de Construção; o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento - DNOS; e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

Empreiteiras e empresas de economia mista eram quem, de fato, manipulavam as verbas públicas. Como escreveu um jornalista local, os prefeitos nomeados passaram a constituir figuras sem prestígio político e a cidade estava, no seu entender, dividida em mini-prefeituras.

... Essa camisa de força que concentra as riquezas e as decisões nas mãos de governantes distantes parece haver levado os prefeitos, além de aceitarem a situação plenamente, abdicarem até mesmo dos resíduos de poder que ainda lhes cabe. Já se disse em outras ocasiões que Santarém é hoje governada por uma série de mini-prefeitos. As atividades autoritárias dos chefes dessas empresas de economia mista - especialmente as encarregadas da energia pública, fornecimento de água, telefone - são de tal modo independentes que leva a crer que a cidade está dividida em mini-prefeitos, por setores (DUTRA, 1979: 2).

A tabela apresentada a seguir fornece uma idéia do volume de recursos federais destinados a Santarém, no período 1970-1979.

Tabela 2
MUNICÍPIO DE SANTARÉM - RECEITA ORÇAMENTÁRIA (1970-1979)
(Valores em US\$)

ANO	ORÇAMENTO		RECEITA PRÓPRIA		RECEITA TRANSFERIDA	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
1970	492.594	100	136.956	28	355.638	72
1975	1.062.000	100	343.000	32	719.000	68
1979	1.324.221	100	357.522	27	966.699	73

Fonte: Tabela adaptada de HENN et al, 1997.

Graças a uma injeção constante de recursos, os governos militares conseguiram construir uma imagem positiva perante a opinião pública. Por essa razão,

ainda hoje são identificados como promotores do desenvolvimento de Santarém, discurso que está fortemente presente na população.

Em ordem de importância do volume de recursos empregados, destacam-se as obras de implantação da Hidrelétrica de Curuá-Una (40 MW); implantação de obras de saneamento (2.000 m de cais de saneamento; 10,7 km de galerias de águas pluviais; 10 Km de rede de esgoto); construção do Porto de Santarém; ampliação do sistema de água; implantação do sistema de tropodifusão e telefonia da EMBRATEL; construção do novo aeroporto; implantação de unidades de abastecimento e armazenagem da COBAL; e ampliação da rede de educação, saúde e segurança pública. (HENN et al, 1997).

A década de 70 representou o auge do desenvolvimentismo patrocinado pelos governos militares em Santarém. Além disso, a grande produção aurífera dos garimpos do Tapajós, ajudou a modificar o visual da cidade, contrastando fortemente com aquele do período anterior ao golpe de 1964.

“1950... Três velhos automóveis fazem ponto na Praça da Matriz. E não há outros na cidade. Raros motores e muitas veleiras cruzam o rio. Alguns caminhões, poucos jipes, meia dúzia de motocicletas. E valentes bicicletas vencendo esburacadas ruas. Era só.

1972... Há quase dois mil carros de todos os tipos. Cerca de quinhentos táxis. Ônibus modernos interligando os bairros. Centenas de barcos a motor, navios, barcaças. Todos os meios de transporte conduzem a Santarém” (QUEM TE VIU..., 1972: 13).

A fase desenvolvimentista, instalada em Santarém, encontrava correspondência com os objetivos nacionais traçados pelos militares e que, por sua vez, estavam vinculados à ordem capitalista internacional, sob a égide dos Estados Unidos

da América.

Face às influências do paradigma fordista, estava em curso um “círculo virtuoso” (produção de massa, consumo de massa),³⁸ no qual tudo o mais era pensado nesses termos, repercutindo positivamente quanto ao crescimento e desenvolvimento do país. O objetivo-síntese era o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido, até o final do século. Como afirmou um general-do-exército:

“O Brasil tinha pressa em recuperar o tempo perdido e não se podia dar o luxo de perguntar quanto custavam obras como a Transamazônica e a Perimetral Norte. O importante era saber se a obra poderia ser rentável agora ou no futuro, e quanto custaria algum dia se não fosse feito agora” (MELO FILHO, 1974: 196).

2.3. O declínio da presença dos governos militares em Santarém

O esgotamento do “milagre” não tardou a produzir seus efeitos em Santarém. No final dos anos 70, já estava exposta a outra face do desenvolvimentismo gerado pelos investimentos federais.

Uma vez que aqueles recursos estavam destinados à criação de infraestrutura para o desenvolvimento agro-industrial, pouco foi utilizado no sentido de solucionar as demandas geradas em decorrência da migração intensa e do aumento populacional que a cidade registrou nesse período.

A população, e em especial a que morava nas áreas de periferia da

³⁸ Este paradigma influenciou a produção capitalista por cerca de 50 anos. Somente a partir dos anos 70/80 é que se inicia uma fase de reestruturação produtiva, quando o novo modelo proposto aponta não mais para a produção e consumo em massa e sim para produtos e consumidores diferenciados, o que terminará representando automatização na produção e mudanças significativas no mercado de trabalho, inclusive com a diminuição do nível de emprego.

cidade, ficou cada vez mais desassistida no que diz respeito à saúde e à educação, ao sistema viário e à habitação, ocasionando desordenadas ocupações e o surgimento de favelas.

Na medida em que as obras financiadas com recursos federais foram sendo concluídas, o Município começava efetivamente a sentir o peso de suas responsabilidades. Concluídas as obras do porto, da hidrelétrica, da rodovia, do cais do porto, do saneamento urbano, da infra-estrutura de telecomunicações, de segurança e de abastecimento, foram desativados pelo menos 60% dos postos de trabalho diretos absorvidos pelas obras publicas (HENN et al, 1997).

Embora o 8º BEC continuasse sediado em Santarém para manutenção e continuação das obras, suas disponibilidades de recursos escasseavam, bem como diminuía o interesse e a necessidade em manter o ritmo de ações fundamentadas no binômio segurança e desenvolvimento.

É conveniente registrar que todas as grandes obras realizadas em Santarém pelos governos militares, já haviam sido projetadas em períodos anteriores e algumas até já contavam com recursos aprovados no orçamento geral da União. O cais do porto, por exemplo, já tivera estudos nos anos 50. A estrada Santarém-Cuiabá era um antigo e ambicionado sonho para ligar as províncias do Pará e de Mato-Grosso e, desde 1851, já havia sido idealizado o traçado a ser seguido, tanto que teve princípio de execução em 1864, mas foi interrompido quando da Guerra do Paraguai. A idéia continuou tendo adeptos, inclusive a aprovação do Congresso Nacional (Lei nº 2.943, de 06-01-1915), autorizando concessões para a construção da estrada. O maior impulso aconteceu na década de 50, principalmente devido a atuação do Deputado Sylvio Braga, que teve o mandato cassado pelo governo militar.

Mas, para a maioria da população, o que conta não é o planejamento nem os esforços desenvolvidos no sentido de justificar a importância de um projeto e sim a concretização da obra. É dentro desta ótica que se pode afirmar que os governos militares, ao endossarem aqueles estudos anteriores, capitalizaram para si os aplausos e o reconhecimento da maioria da população.

O último dos generais-presidente, empossado no cargo a 15 de março de 1979, João Baptista de Oliveira Figueiredo, não desenvolveu nenhum grande projeto no município, mas continuou a financiar atividades de menor porte.

Os recursos que o Governo Federal continuou a investir na Prefeitura tinham o objetivo de garantir a continuidade da dominação política em mãos daqueles que se mantinham fiéis aos golpistas de 1964.³⁹

No final da década de 1970 e início dos anos 80, aconteceram alterações substanciais na política paraense, reflexo de algumas mudanças desencadeadas no âmbito nacional, como por exemplo a Reforma Partidária.⁴⁰ Mesmo ainda estando na condição de área de interesse da segurança nacional, o município de Santarém foi contagiado pela onda de insatisfação e de mudança que invadia o país.

A prorrogação do mandato dos Vereadores por mais dois anos (através da emenda Constitucional nº 14/80), não inviabilizou a mudança de composição nos novos partidos. O Vereador Paulo Roberto Matos, que integrava a ARENA, ingressou no

³⁹ Entre estes “fiéis”, podemos destacar o Governador Jarbas Passarinho e o Prefeito Ronan Liberal. Este, sendo o último prefeito nomeado, contou com 88% do orçamento municipal formado de recursos transferidos da União, em 1985.

⁴⁰ Através da Lei 6.727, de 20 de dezembro de 1979, o governo realizou nova reforma partidária, extinguindo os dois partidos então existentes. A um só tempo, enfrentava o crescimento do MDB e apostava na fragmentação dele, na medida em que permitia o surgimento de outras agremiações políticas; e acima de tudo, apostava que os membros do partido governista permanecessem unidos em uma nova agremiação, desfrutando da vantagem da mudança de nome e deixando de serem identificados com as políticas impopulares do Estado, que a sigla ARENA simbolizava. Dada a obrigatoriedade do uso da palavra “partido”, surgiram, inicialmente: PDS (ex-ARENA), PMDB (ex-MDB), PTB, PP, PDT e PT.

recentemente criado PMDB, passando a ocupar a vice-liderança da bancada na Câmara Municipal. A oposição agora contava com a maioria, tendo 6 vereadores contra 5 do PDS.

Em 1981, o Governador Alacid Nunes desentendeu-se com Jarbas Passarinho quanto ao controle político-administrativo do Estado, saindo do Partido Democrático Social (PDS) e ingressando no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O grupo político dos *alacidistas* aproximou-se de antigos adversários e formalizou uma aliança com o PMDB, liderado por Jäder Barbalho.

A situação levantou muita polêmica e agitou a política paraense. Jarbas Passarinho, mandou publicar nos jornais uma carta na qual evidenciava a disposição de confrontar-se com o Governador e seus novos aliados. Eis um trecho da carta:

Enquanto o senhor vira as costas até mesmo ao Presidente que nos fez votar em seu nome, para o Governo do Pará, enquanto abandona os velhos camaradas de março de 64, e renega a Revolução enviando seus seguidores para o arraial por ela duramente atingido, e os vê fotografados em efusão sob o retrato do Presidente João Goulart que o senhor ajudou a depor, caberá a mim e aos meus companheiros, doravante, empunhar o mesmo estandarte que o senhor se serviu por duas vezes para ser Governador do Pará (PASSARINHO, 1981: 1)

Como os prefeitos dos municípios do Estado que eram considerados como áreas de interesse da Segurança Nacional eram nomeados pelo Presidente da República, mas também em consonância com o Governador do Estado, o rompimento entre Jarbas Passarinho e Alacid Nunes, criou um impasse: os prefeitos que quisessem permanecer fiéis ao Governador Alacid Nunes, também mudando de partido, perderiam o cargo pois deixavam de ser da confiança dos governos militares.

O Prefeito de Santarém, Antônio Guerreiro Guimarães, optou em permanecer fiel a Alacid Nunes, o que resultou na perda do cargo. Para substituí-lo, tomou posse Ronan Manuel Liberal Lira, apoiado pelas forças políticas locais e regionais alinhadas ao governo militar e lideradas por Jarbas Passarinho.

A forma como se deu a substituição do Prefeito Antônio Guerreiro por Ronan Liberal, produziu reações de descontentamento em vários setores da sociedade santarena, incluindo manifestações de desagravo através de discursos de vereadores do PMDB, na Câmara Municipal. Acopladas a esse fato, surgiram contestações quanto a permanência do município de Santarém como área de Segurança Nacional. Por proposição do vereador Arnaldo Lopes, aprovada na sessão ordinária do dia 20 de maio de 1981, foi transcrito, nos Anais da Câmara Municipal, um artigo de autoria de Emir Bemerguy, publicado no jornal **O Liberal** (da capital do Estado) intitulado *Até Quando?*, com o seguinte teor:

“... O problema dos municípios ainda mantidos em camisas de força, isto é, enquadrados na legislação vigente como intocáveis áreas de Segurança Nacional é um quitute a cada dia mais intragável e venenoso. Castrado no mais elementar direito cívico, o de escolher os seus próprios governantes, este povo assiste, há mais de dez anos uma ciranda cirandinha irritante, em que se trocaram interventores e prefeitos sem absolutamente consultá-lo. Quando se imaginava que a brincadeira provocativa ia caminhando para o cemitério das lembranças malditas, Passarinho e Alacid passaram do bate-boca ao rompimento, o Estado foi repartido em lotes políticos e prefeitos estão sendo manipulados como se uma dona de casa mexesse nas arrumações de panelas num armário qualquer. Decretos são disparados de Brasília via Jarbas, e às multidões só resta os resmungos domésticos ou nas esquinas, pois esses fatos consumados ficam acima do bem e do mal. Nada tenho contra quem foi ou vier a ser catapultado à Prefeitura de minha terra. Mas tenho muito contra essa desconsideração, essa falta de escrúpulos com que se trata um povo digno, bom e ordeiro. Tão impecavelmente ordeiro, que

vai suportando, como simpática vaquinha de presépio, tudo que resolvem fazer consigo. Não venham falar de democracia aqui no meio de nós, pois não é exatamente isso que estamos engolindo há mais de uma década, como se não fossemos adultos e precisássemos de iluminados tutores para nos comandarem os passinhos inseguros. Eu só queria que a minha gente se convencesse que é uma questão de honra coletiva rejeitarmos maciçamente, quando houver eleição, todos, todos esses geniais senhores das massas, que zombam de nós e nos humilham a tantos anos. Todos! O voto precisa funcionar como a arma suprema de um povo livre e indomável, ainda que provisoriamente amarrado por grilhões iníquos” (ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, fls 273).

Até quem aplaudiu o golpe de 1964 (como o autor do citado artigo), demonstrava já não suportar a continuidade daquela situação. Descontentamentos como esse, somados a outras circunstâncias, foram adequadamente trabalhados pela oposição e o resultado foi a vitória de Jäder Fontenelle Barbalho para o Governo do Estado, nas eleições de 1982.

Este fato, a princípio, não alterou a situação político-administrativa do município de Santarém, uma vez que o Chefe do Executivo continuava sujeito à nomeação do Presidente da República. Somente em 19 de dezembro de 1984, através do Decreto-Lei nº 2.183⁴¹, Santarém foi descaracterizada como “de interesse da Segurança Nacional”.

Isso não implicava imediata mudança. O Decreto-Lei estabelecia a sua eficácia “a partir da posse dos Prefeitos e Vice-Prefeitos eleitos” (Art. 2º). Também determinava que “Até a posse dos eleitos permanecerá o regime de Prefeito nomeado, na forma da legislação que disciplina a matéria” (Parágrafo único do Art. 2º). Por essa

⁴¹ O Decreto-Lei nº 2.183, assinado pelo Presidente João Batista de Oliveira Figueiredo, aplicava-se a um total de 72 municípios em situação semelhante.

razão Ronan Liberal continuou Prefeito. Mas o Decreto-Lei 2.183 dava margem para que o Governador do Estado, amparado em legislação específica, nomeasse um substituto.

O desfecho da situação iniciada com o afastamento do Prefeito Elias Pinto (MDB), desdobrada na Intervenção Federal e nos Prefeitos Nomeados, teve um componente de revanchismo, considerando-se a forma pela qual o PMDB “recuperou” o poder político no Executivo municipal. Jáder Barbalho, com base na legislação estadual, nomeou para ocupar o cargo de Prefeito de Santarém, o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Oti Silva Santos, integrante do PMDB.

Eufóricos com a decisão, os peemedebistas praticamente invadiram a Prefeitura e colocaram Oti Santos na cadeira de Chefe do Executivo, quando o titular encontrava-se em uma cerimônia nas dependências do 8º BEC. Ronan Liberal, entregou o cargo sob protesto, conforme consta de seu último ato, o Decreto nº 760/85-DAD, de 10 de abril de 1985

“DR. RONAN MANUEL LIBERAL LIRA, Prefeito Municipal de Santarém, Estado do Pará, nomeado pelo Exmo Senhor Presidente da República, a 29 de julho de 1981, de acordo com o Art. 1º parágrafo segundo do Decreto-Lei nº 1.866 de 09 de março de 1981, combinado com o Decreto nº 85.952 de 29 de abril de 1981, usando de suas atribuições legais e etc.,

CONSIDERANDO o Decreto nº 3762, de 09 de abril de 1985, do Exmo Senhor Governador do Estado, Jáder Fontenelle Barbalho, publicado no diário Oficial do Estado do Pará, nº 25.466, de 10 de abril de 1985;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 4.827 de 15 de fevereiro de 1979, Lei Orgânica dos Municípios, autoriza no Artigo 57 parágrafo primeiro a substituição do Prefeito pelo Presidente da Câmara ou seu substituto;

DECRETA

TRANSFERIR, sob protesto, por não reconhecer autoridade no Governador, Jäder Fontenelle Barbalho, para destituí-lo das funções, uma vez que é Prefeito 'Pro-Tempore' nomeado por S. Excia., Senhor Presidente da República, a quem cabe o Poder de exonerá-lo, ao Senhor OTI SILVA SANTOS, Presidente da Câmara Municipal, o Cargo de Prefeito Municipal de Santarém”

Oti Santos assumiu interinamente a prefeitura até 5 de junho de 1985, quando tomou posse o engenheiro Adelerme Maués Cavalcante, nomeado pelo Governador Jäder Barbalho através do Decreto 3228, de 03.06.1985, cumprindo o mandato até o dia primeiro de janeiro de 1986, data da posse do Prefeito eleito pelo voto popular direto, no pleito de 15 de novembro de 1985⁴².

2.4. As contradições geradas pelo binômio segurança e desenvolvimento

Durante os governos militares, o desenvolvimento era considerado condição para a garantia da Segurança. Nesse contexto, era importante que o Estado estabelecesse as condições para a expansão do capital, daí o esforço em instalar e incrementar infra-estrutura energética, de transporte e comunicações, nas mais variadas regiões do país.

A Amazônia, inclusive, passou a ser objeto de preocupação estratégica a longo prazo para os interesses capitalistas. O Programa de Integração Nacional, instituído pelo Decreto-Lei nº 1106/70, retrata bem esta preocupação, uma vez que era destinado a criar as condições para a incorporação das várias regiões do país à economia de mercado.

⁴² Os candidatos vitoriosos foram Ronaldo Campos e João Otaviano de Matos (Prefeito e Vice-Prefeito), ambos do PMDB, os quais durante todo o período em que a população foi impedida de votar para prefeito, mantiveram o discurso oposicionista.

Para tanto, houve uma série de investimentos do Estado em obras de infra-estrutura, sendo que os projetos considerados prioritários para a Amazônia, na primeira fase do Programa, foram a construção da Rodovia Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, assim como o plano de colonização ao longo dessas rodovias.

“... uma faixa de terra de até dez quilômetros, de cada lado das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, será reservada para colonização e reforma agrária. Em cada um dos canteiros centrais das obras das próprias estradas serão instalados núcleos de colonização contendo: escola primária, posto de saúde, igreja, escritório do Banco do Brasil, posto de comunicações e posto do Ministério da Agricultura” (BRASIL, 1970-B: 30)

Esses grandes projetos, contudo, foram praticamente abandonados em sua fase inicial, significando a tragédia para milhares de famílias que se deslocaram, principalmente das regiões centro-sul, para se dedicarem à lavoura e à pecuária.

A infra-estrutura prometida nunca foi efetivada, gerando descontentamento e revolta em grande parte dos habitantes das chamadas agrovilas, que passaram a ser uma espécie de “sementeira” onde nasceu e cresceu um dos movimentos políticos de oposição e contestação ao regime.

Por outro lado, os habitantes da região urbana de cidades como Santarém experimentaram alguns benefícios a partir dos investimentos efetuados, representando geração de empregos e a ilusão de prosperidade e desenvolvimento. Mas como a orientação política (além da retórica) não visava o bem estar social da população e sim a criação de condições para a expansão capitalista, passada aquela fase, o passo seguinte foi a obtenção de divisas para o pagamento dos encargos resultantes da dívida externa que fora contraída para viabilizar os investimentos.

Enquanto a economia brasileira teve um considerável período de

prosperidade durante os governos militares, o balanço geral, incluindo-se os demais componentes da sociedade, é extremamente negativo, resultando no que CUNHA e GÓES (1991: 9) denominaram Belíndia, ou seja “uma Bélgica (a maioria rica e industrializada) em cima de uma Índia (a massa de despossuídos e miseráveis)”. Ou, conforme depoimento de Luís Inácio Lula da Silva, “o País se desenvolveu, do ponto de vista industrial, tecnológico, das rodovias, mas cresceu para atingir um determinado objetivo que era fazer a política dos grandes grupos econômicos” (RETRATO DO BRASIL, 1984: 3).

A retomada do crescimento e o salto modernizante que o país viveu entre 1967 e 1974, período do “milagre brasileiro”, não representou melhoria nas condições gerais de vida da população. Pelo contrário, acentuou cada vez mais as distâncias entre ricos e pobres, como destacou frei Leonardo Boff:

“Os números me interessam pela iniquidade humana que eles revelam: em 1960, os 60% mais pobres dividiam entre si 23,41% da renda nacional, enquanto os 5% mais ricos detinham 30,12%. Dez anos após, em 1970, os mais pobres passam a dividir 20,97% da renda nacional e os 5% mais ricos chegaram à cifra de 34,12%. Em 1980, os mesmos 60% mais pobres dividiam apenas 19,33% da renda, enquanto os 5% mais ricos concentravam 35,19% da riqueza nacional. Este processo de espoliação dos trabalhadores só é possível mediante relações sociais profundamente desiguais, vale dizer, injustas e exploradoras” (RETRATO DO BRASIL, 1984: 33).

O economista Joelmir Beting que reconhecidamente não se vincula à crítica ao regime militar, aponta a inflação acumulada, a partir de 1965, como a principal causa da elevada concentração de renda existente no Brasil. O acumulado do período dos governos militares, por exemplo, chega à exuberante cifra de 1.623.720,94% (um milhão, seiscentos e vinte e três mil, setecentos e vinte virgula

noventa e quatro por cento). De acordo com o economista, teve-se três moedas em circulação: a moeda forte, a moeda veloz e a moeda podre. A primeira era o dólar; a segunda era o cruzeiro protegido no banco e desfrutando de correção plena; e a terceira era o dinheiro na mão ou no bolso dos brasileiros de baixa renda, que segundo o IBGE somavam cerca de 52% da população. E conclui, “metade dos brasileiros tinha correção monetária; a outra metade, corrosão inflacionária” (BETING, 1996: 162).

Este contraste acentuou a ocorrência de protestos e atitudes de desespero, como saques, invasões de conjuntos habitacionais, quebra-quebra em estabelecimentos comerciais, aumento da violência urbana e do movimento de volta ao campo, com a invasão de terras ociosas.

O preço que a maioria da população de Santarém pagou pelos investimentos dos governos militares, não foi muito diferente do castigo imposto a todos os brasileiros pertencentes às camadas mais pobres, com o agravante de que a fase desenvolvimentista no município sequer foi suficiente para implantar um pólo gerador de empregos.

A fase desenvolvimentista que o município de Santarém viveu, na década de 70, gerou empregos localizados e momentâneos, enquanto duraram as obras realizadas pelo Governo Federal e, também, a extração do ouro alcançava elevados níveis de produção e de preço. Esses dois fatores, combinados, produziram o mito da bonança, da prosperidade e do progresso, que ajudam na compreensão do discurso saudosista em prol do regime militar.

Encerrada a década de 70, o município de Santarém entrou em uma situação de progressiva decadência econômica. Não somente por causa da diminuição dos investimentos federais e do encerramento das obras de infra-estrutura, como

também por conta da acentuada queda no preço do ouro nos mercados internacionais.

Conforme já destacado, mesmo não sendo produtor, Santarém era importante centro comercializador, para onde convergia grande parte da produção de ouro dos garimpos do Tapajós, cuja produção, inicialmente semimanual, atingiu volumes expressivos a partir da década de 70, com a introdução de processos de mecanização. A tabela apresentada a seguir fornece uma idéia do crescimento da produção de ouro na região do Tapajós:

Tabela 3
PRODUÇÃO DE OURO NO TAPAJÓS ⁴³

PERÍODO	VOLUME (t)
1958-60	2,4
1961-70	6,2
1971-80	13,1
1985	13,7

Fonte: Tabela adaptada a partir de dados apresentados na Revista Nosso Pará, nº 3, páginas 86-87

O preço internacional da onça⁴⁴ do ouro permaneceu praticamente estável no período 1958-72 (US\$ 40, em média), tendo uma elevação entre os anos de 1972-75 (atingindo US\$ 180), seguida de uma pequena queda em 1976, mas voltando a ter alta continuada, até atingir o ponto máximo em 1980, quando foi comercializado a US\$ 600, em média. A partir de 1980, o ouro teve queda vertiginosa até 1985, baixando para cerca de US\$ 300 (MATHIS, BRITO, BRÜSEKE, 1997: 45-48). Essa oscilação trouxe

⁴³ Esses números referem-se à produção oficial, que sempre ficou muito abaixo da real, em função do grande contrabando realizado com o suporte de inúmeras pistas clandestinas existentes na região, que constituem em alguns casos a única forma de acesso aos garimpos. Os números da produção oficial só começam a aproximar-se da produção real a partir de 1988, com a implantação do Programa CAMGA/TAPAJÓS (Controle de Atividade Garimpeira na Região do Tapajós). Mas nessa fase, a maior parte dos garimpos já estava com a produção quase esgotada ou em queda.

⁴⁴ Medida de peso inglesa, equivalente a 28,349 gramas.

consequências para a vida econômica e social de Santarém, dependente que era do comércio do ouro.

Naturalmente que isto também trouxe reflexos para outros setores, inclusive o educacional. A elevação no preço do ouro resultava em mais elevação nos preços praticados pelo comércio de gêneros alimentícios, assim como aluguéis e serviços em geral.

A cultura desenvolvida no interior dos garimpos, não admitia “pechinchar” pois isso era uma desmoralização, coisa para quem havia fracassado. Nas escolas, muitos alunos abandonavam o ano letivo para dedicar-se à atividade garimpeira e os que por alguma razão não o faziam “demonstravam claramente um desinteresse para com os estudos.”⁴⁵

Não se pode negar que os governos militares proporcionaram desenvolvimento e crescimento econômico ao país, principalmente nos setores de transportes, de energia e de comunicações. Mas esse desenvolvimento e crescimento foram convenientes aos grandes grupos empresariais e financeiros, longe de significar uma melhoria na distribuição da riqueza gerada graças ao sacrifício de toda a população.

Como “saldo econômico” do regime militar, pode ser apresentado o seguinte: em 1963 o Brasil tinha 76 milhões de habitantes, o Produto Interno Bruto (PIB) era de US\$ 78 bilhões e a renda *per capita* passava pouco de US\$ 1.000. Em 1985 a população brasileira chegava a 130 milhões, o PIB era de US\$ 270 bilhões e a renda *per capita* ultrapassava US\$ 2.000. A capacidade de geração de energia subiu de 6 MW para mais de 40 MW e a rede rodoviária federal pavimentada se elevou de pouco mais de 11 mil Km para cerca de 53 mil Km; os telefones instalados, que em 1963 eram 1,2

⁴⁵ Zilma Colares Batista. Professora. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

milhões, chegaram a mais de 10 milhões (SANTOS, 1994: B1).

Isto leva a refletir sobre uma questão relevante: a modernização e o crescimento econômico do país, da mesma forma que a expansão na oferta de escolarização, não significam automaticamente melhoria no nível de vida da população. Esse tipo de entendimento, dominante nos tecnocratas daquele período, ainda hoje é evidenciado, especialmente por quem não considera, na compreensão histórica da realidade, os vários interesses em jogo e as relações sociais antagônicas próprias da lógica de funcionamento do sistema capitalista.

Nesse sentido, aceitando-se que o desenvolvimento econômico deve ser apenas um meio para a obtenção de melhor convivência humana e maior bem-estar, o progresso da economia precisa ser julgado pelos seus resultados sociais. A simples ampliação de capacidade produtiva não pode ser sinônimo de desenvolvimento. O verdadeiro nível de vida da população não pode ser medido somente em termos de recursos materiais

Ao executar ações no sentido de possibilitar a expansão capitalista nas diversas regiões do país, o regime militar terminou também expandindo as contradições do sistema, criando possibilidades para o surgimento de algumas formas de reação e contestação.

No caso de Santarém, isso ocorreu notadamente após a fase desenvolvimentista, quando a maioria da população, saindo do campo em busca de trabalho na cidade, passou a conviver com a potencialização de problemas em vários setores (como saúde, habitação, transporte e educação).

As contradições presentes no discurso e na ação dos governos militares através do binômio Segurança e Desenvolvimento, se fizeram notar em todo o período,

mas foram administradas através do silêncio imposto pelo medo ou da repressão violenta aos que ousavam falar.

Isso, no entanto, não impediu que ao longo do período do regime militar tenham surgido várias formas de contestação, algumas delas alcançando considerável amplitude. Entre outros exemplos, citam-se: as greves do ABC paulista e a organização dos trabalhadores que daí decorreu, culminando na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), no final de 1983; a campanha das DIRETAS JÁ, que sacudiu o país principalmente nos quatro primeiros meses de 1984, em torno da emenda constitucional apresentada pelo deputado federal do PMDB, Dante de Oliveira, visando a restabelecer as eleições diretas para a Presidência da República.⁴⁶

2.5. Alguns episódios que retratam a repressão em Santarém

Cada região do país experimentou uma forma mais ou menos diferenciada de repressão, durante a ditadura militar instaurada em 1964. Essas diferenciações decorriam, em grande parte, do nível de organização e mobilização popular existente, provocando nos governos militares o receio da presença e/ou da infiltração comunista e subversiva. A investida contra essas organizações resultava em atos conflituosos, marcados por violência e arbitrariedades.

Santarém, no início dos anos 60, era um município que apresentava característica tipicamente rural: sem indústrias (salvo algumas fabriquetas, de no máximo 30 funcionários), o comércio formado por pequenas unidades (basicamente

⁴⁶ A emenda Dante de Oliveira foi derrotada no Congresso no dia 25 de abril, apesar de ter obtido 298 votos favoráveis. Houve somente 65 votos contra e 3 abstenções. Devido à ausência de 112 deputados do PDS e um da oposição, a emenda deixou de ser aprovada por falta de “quorum” parlamentar. Seriam necessários mais 22 votos para a soma exigida.

familiares) e o domínio político exercido pelos coronéis (grandes proprietários rurais) ou pelos comerciantes mais prósperos.

Era comum, mesmo na zona urbana, a ocorrência do sistema de trocas e a ajuda mútua entre vizinhos. Um tipo de cooperação baseado muito mais em princípios religiosos do que em decorrência de uma compreensão política da necessidade para tal, tendo em vista as condições de vida a que estavam submetidos.

Não havia organizações políticas de cunho popular em Santarém. Consequentemente, o regime militar não se preocupou em dismantelar tal tipo de organização. Isso aconteceu somente na década de 80, após a fase desenvolvimentista dos anos 70 ter criado as condições para que surgissem entidades que contestavam os governos federal, estadual e municipal.

Mas nem por isso a repressão deixou de existir em todo o período do regime militar. Apenas teve diferenciações na forma e no grau de intensidade. Por exemplo, ainda nos anos 60 (a partir de 1967), ocorreram algumas prisões arbitrárias, cujo papel era o de intimidação, assim como de tomada de depoimentos de algumas lideranças. O objetivo maior dos militares era detectar a presença de agentes considerados subversivos. O trecho de uma entrevista, destacado a seguir, confirma tal prática:

“Eu fui argüido quando já tinha saído da presidência da Associação dos Estudantes. Compareci num inquérito para depor, era lá no antigo aeroporto. A comissão de inquérito que vinha ficava localizada lá. O Arinos, eu, o seu Wilson Gonçalves que diziam que era comunista foi depor. Ele não era nada disso, era um idealista, achava bonito o movimento comunista e por isso foi chamado. Fiz um relatório, eles examinaram, mas não teve nada de mais. Eles queriam que a gente fosse bastante claro pra evitar se prejudicar, porque o papel deles era um papel saneador daquilo que iam implantar no

país. Era isso que eles diziam.”⁴⁷

Esse depoimento revela uma espécie de sondagem, fase preliminar de medidas mais repressivas. Como expressou outro entrevistado: “Os militares tinham um certo receio da esquerda tupaiu, uns intelectuais de nível médio que contestavam esse poder. A preocupação que eles tinham era neutralizar isso”⁴⁸

A maior investida no sentido de neutralizar a diminuta esquerda existente, foi a prisão de Deputado Estadual Benedicto Monteiro, que havia sido o responsável regional da Superintendência da Reforma Agrária e há muito visado pelos militares:

“Entre os candidatos a deputado, em 1962, figurava o dr. Benedicto Monteiro que era suspeito de ligações com o PC. Ele trabalhava não apenas a sua cidade interioriana de Alenquer, como particularmente a rodovia Belém-Brasília, recentemente aberta e para cujas margens viera, em massa, o imigrante sem terra do Nordeste, principalmente. Ele não sabia, ou não soube por muito tempo, que estava sendo acompanhado por nós. Ao seu encalço seguia pessoalmente o major Marques Curvo (...) em companhia de poucos auxiliares e, a pretexto de fazer ação social, levava filmes de 16 milímetros para passar nas povoações que então começavam a nuclear-se. Em seguida fazia a preleção anticomunista” (PASSARINHO, 1996: 158).

O depoimento transcrito a seguir demonstra o efeito desmoralizador que foi a prisão do Deputado Benedicto Monteiro, ocorrida na cidade vizinha de Alenquer.

“O meu pai sempre teve horror a comunista, e quando soube que o Bené ia passar preso por aqui, como ele era fotógrafo veio aqui pro aeroporto pra fotografar o Bené. Quando voltou pra casa disse que não tirou nenhuma fotografia porque nunca tinha visto um homem tão humilhado,

⁴⁷ Evandro Vasconcelos. Comerciante. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

⁴⁸ Éfrem Galvão, funcionário público aposentado e membro da Colônia de Pescadores Z-20. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

parecia um bicho acuado num canto, todo sujo, amarrado. O meu pai ficou horrorizado e depois disse pra mim: meu filho, quem prestasse atenção pra alguns militares eles tinham ódio no olhar.”⁴⁹

Em 1969, houve a expulsão de um padre, por ter oficiado a missa do dia 7 de setembro em trajes negros, simbolizando o luto pela morte da democracia brasileira. O “ato de rebeldia” foi agravado pelo fato do religioso ser estrangeiro.

Para LEROY (1991:50) a expulsão do padre Jaime Murray não foi tanto pelo gesto ousado da celebração, mas por apoiar a luta dos operários da tecelagem por seus direitos.

De qualquer forma, esse tipo de vigilância e punição terminava espalhando o medo e a insegurança, como ilustra este trecho de uma entrevista:

“... no campo da educação, mesmo uma pessoa ponderada e alheia à política devia ter cuidado, inclusive numa sala de aula. Porque não se sabia nunca quem era espião, quem não era. Tanto no corpo de alunos como no de professores. Alguma coisa que se dissesse podia dar no ouvido de quem tinha poder pra tomar uma decisão. A doutrina de segurança nacional acabava gerando insegurança.

Na missa de sétimo dia do falecimento do Veloso, o frei Vianeí me pediu algumas apreciações sobre o seu texto e eu disse que se fosse ele acrescentaria mais algumas coisas. A igreja estava cheia de militares. Quando foi um mês depois o tenente Pinheiro, que era da Aeronáutica, chegou com o frei Vianeí e disse: ‘o senhor tá de parabéns’. O frei Vianeí disse: ‘de parabéns porque?’ ‘O Senhor se lembra daquele sermão que o senhor fez na missa de sétimo dia do Veloso? Ele foi aprovado em Brasília. Foi gravado e mandado pra lá’. Caso contrário ele teria sido expulso, como o padre Jaime, da Igreja de São Sebastião.”⁵⁰

⁴⁹ Emir Bemerguy. Cirurgião-Dentista, Professor. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

⁵⁰ Idem.

A ação educativa desenvolvida pelo Movimento de Educação de Base (MEB) também foi alvo da investida dos conservadores aliados aos governos militares, uma vez que trazia um certo risco para a dominação política que estes grupos de educadores exerciam sobre a população rural. Segundo uma das coordenadoras do MEB em Santarém, “a pressão maior quem fazia era o Coronel Imbiriba, do Exército, sogro do Ubaldo Corrêa. Ele era católico da direta, e também da direita militar.”⁵¹

Depois, quando da presença do 8º BEC, o coronel Aldo Rangel, comandante da unidade, considerou que o Bispo D. Tiago Ryan acobertava práticas subversivas de alguns padres, que atuavam tentando organizar determinados setores da população. O coronel chamou o Bispo e o advertiu, gerando descontentamento e reação até dos mais conservadores da cidade, a ponto de ser produzido um abaixo-assinado contendo 32 mil assinaturas, como desagravo ao Bispo e solicitando das autoridades, (inclusive o Governador, a quem o documento foi entregue), a transferência imediata do comandante.

Em alguns casos, a repressão funcionou discretamente, como por exemplo, através da presença do capitão Dorneles, do Exército, durante as reuniões dos grupos de cursilhos da diocese, que reunia o maior grupo capaz de influir nas decisões políticas, dada a presença nesses encontros, de integrantes dos setores de maior poder econômico.

Outra forma “discreta” de intimidação eram os “convites” que algumas pessoas recebiam para prestar depoimentos, tanto na polícia federal quanto no 8º BEC, na medida em que passavam a “incomodar” as autoridades ligadas ao regime militar, como foi o caso de um padre que teve participação ativa nas manifestações públicas

⁵¹ Francisca do Rosário. Professora. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

ocorridas durante o regime militar em Santarém. Ele explica como conseguiu enfrentar a arguição à qual foi submetido:

“Eu creio que passei a incomodar quando eu vim pra Santarém em 76, trabalhando na Rádio, com um programa que tinha bastante influência no meio rural e na periferia da cidade. E, como até então eu não tinha sido pressionado, eu me sentia livre pra desenvolver o pensamento que tava crescendo na minha cabeça, a Teologia da Libertação (...)

Em 1978 eu fui chamado na Polícia Federal. É tão engraçado contar a história hoje, porque o diretor da Polícia Federal (que o escritório naquela altura era bem defronte da Rádio Rural) era um protestante. E o programa que eu tinha era um programa bíblico. De repente chegou um ofício, eu tenho guardado no meu arquivo lá pra quando eu morrer usarem pra minha canonização. O ofício não era intimando, era convidando o padre Edilberto para comparecer na Polícia Federal.

Naquela altura, receber um ofício deste era um susto. Eu tive um frio na espinha, chamei o advogado da Diocese, ninguém sabia porque, não tinha tido um motivo tão grave. Então fui lá, o diretor me recebeu bem, e ali ele me disse: ‘padre eu chamei você aqui porque você tem um programa de rádio, né’. Eu disse ‘tenho’. ‘E você sabe que seu programa é muito ouvido. Acontece que eu tenho recebido queixas contra o seu programa, porque você tem uma forma de falar da bíblia onde você fala muito em política, você fala muito de organização popular, e isso tem pessoas que tão incomodadas. Eu sei que você é um homem religioso e que você tenta fazer uma reflexão bíblica. Mas o problema não é você são as pessoas, que interpretam mal você’. Ai eu disse, ‘mas será? Olha, eu vejo tanta gente que gosta’. ‘Pois é, seu programa tem uma influencia muito grande, e então eu queria fazer uma sugestão a você: pra evitar problemas maiores, você me traz diariamente o *script* do seu programa, pra eu dar uma olhada, e não ter esse contratempo depois’.

Nessa altura o espírito santo me iluminou, e na minha astúcia eu disse: ‘mas diretor, vamos falar de igual pra igual. O senhor é um protestante, não é?’. ‘Sou’. ‘Então, você sabe que quando a gente reflete a bíblia, não escreve, Deus inspira a gente na hora e a gente vai falando aquilo que Deus quer. É ou não é?’. Ai ele riu, e disse, ‘é verdade padre. Acontece

que você tome pelo menos cuidado'. Nessa altura, eu não menti, eu apenas omiti a verdade, que é claro que eu fazia o *script* todo dia pra fazer o programa, mas eu disse pra ele que eu levava a bíblia e falava conforme Deus me inspirava. Eu fiz o jogo dele e ele então disse apenas que eu tivesse muito cuidado porque tava havendo críticas, e eu disse tá legal vou tomar meus cuidados. E voltei aliviado.”⁵²

Contudo, a maior repressão de natureza política que vitimou a população santarena durante grande parte do período militar, foi a impossibilidade de votar para escolher o Prefeito, desde que a cidade foi considerada como Área de Segurança Nacional.

Os efeitos desastrosos dessa forma de repressão foram inúmeros, principalmente o distanciamento da juventude das questões político-administrativas da cidade e a atitude dos prefeitos em não prestar contas de seus atos para a população, sentindo-se tão somente obrigados a corresponder aos interesses de quem os nomeava, ou os indicava.

O regime militar, instaurado em 1964, desestruturou, através da repressão ostensiva ou mesmo por mecanismos político-jurídico-administrativos, as organizações e movimentos ligados aos setores da sociedade que poderiam representar alguma ameaça aos propósitos presentes na ideologia de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Nos locais onde ainda não havia movimentos de contestação organizados, como era o caso de Santarém, impôs obstáculos para que pudessem surgir.

Sem ter o direito de votar para escolher o prefeito da cidade, a população de certa forma manifestava o descontentamento com a situação aplicando derrotas eleitorais aos candidatos apoiados pelos governos militares, para ocuparem os cargos do

⁵² Edilberto Sena. Padre Diocesano, integrante da ala progressista da Igreja Católica. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

Legislativo. Em 1970, por exemplo, foram eleitos 7 vereadores do MDB contra apenas 4 da ARENA. Entretanto, com o Executivo fortalecido e comandado pelas cúpulas militares, praticamente não havia espaço institucional para o exercício democrático da contestação e da negociação política.

Com o Legislativo enfraquecido, surgiram formas sutis de resistência, inclusive através do senso de humor. Na gestão do Interventor Federal, foi construída uma praça na qual foram erguidas três estátuas, representando os militares das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica). A presunção dos militares ocupantes do Executivo atingia uma tal exacerbação que o local foi denominado oficialmente “Praça dos Três Poderes”. Mas nunca foi reconhecida como tal pela população, que preferia chamá-la “Praça dos Três Patetas”, tanto que alguns anos depois as estátuas foram retiradas do local.

As mais importantes formas de contestação e resistência ao regime militar, que surgiram em Santarém, estão relacionados aos movimentos sociais que surgiram no final da década de 70, como será destacado no item a seguir.

2.6. As organizações sociais e algumas formas de contestação ao Regime Militar.

O período da ditadura militar, instalada em 1964, pode ser caracterizado em Santarém em três fases distintas. A *primeira* foi marcada por uma relativa ausência dos golpistas na vida política do município (1964-1968); a *segunda* pode-se considerar a partir do desfecho do caso Elias Pinto e a conseqüente decretação de área de Segurança Nacional, com a fase dos prefeitos nomeados, estendendo-se até o período de retomada dos discursos políticos de oposição (1969-1980); a *terceira* compreende os

últimos anos do regime militar, quando o PMDB chega ao Poder no Governo do Estado, provocando novas alterações no quadro conjuntural.

Passadas as duas primeiras fases, acentuou-se o número de organizações sociais e populares, sob a orientação dos setores progressistas da Igreja Católica, identificados com a Teologia da Libertação. Com a forte influência que a Igreja exercia nas comunidades, o trabalho daquelas organizações produziu efeitos consideráveis, principalmente no campo político. Essas organizações, todavia, dada a inspiração cristã, não se envolveram em ações de confronto direto e ostensivo ao regime militar, adotando como estratégia (tanto de conquista de novos membros como de entendimento da situação que o país vivia) um trabalho de natureza educativa, através da realização de encontros de estudos e formação de lideranças, trabalho que obteve grande aceitação nas comunidades.

A Igreja Católica já desenvolvia uma ação junto às populações rurais, voltada para o associativismo, o cooperativismo e mais acentuadamente para aumentar o nível de educação e de conscientização, através do trabalho desenvolvido pelo MEB e pela Rádio Rural. Naquele período (final dos anos 50 e início dos anos 60) a Igreja na Amazônia era fundamentalmente tradicional⁵³, com sua linha teológica centrada na ética cristã (que privilegia a caridade) e no ritual religioso de conformação espiritual do homem ao mundo que, mesmo sendo injusto, não pode ser mudado profundamente pelo homem, sendo essa uma tarefa que só pode ser feita por Deus.

A pregação enfatizava aos fiéis que eles seriam recompensados por sua atitude de resignação, numa vida futura. A base da atuação da Igreja, se processava

⁵³ Basta lembrar que o Arcebispo de Belém e responsável pela regional norte da CNBB, dom Alberto Ramos, foi um dos signatários do documento que, em 1963, condenava o trabalho da Ação Popular e da Juventude Católica Universitária, por estarem assumindo posições distanciadas do pensamento cristão autêntico.

através do trabalho de padres isolados, inseridos numa rede hierárquica sedimentada na obediência religiosa. Esta Igreja conservadora se coadunava perfeitamente com um mundo em que, se bem que houvesse pobreza, não estava ainda afetado pela miséria e pelo conflito (LOUREIRO, 1997: 160).

Após as conferências do Episcopado Latino-Americano, realizadas em Medellín/Colômbia, em 1968, e Puebla/México, em 1979, a Igreja Católica começou a definir uma nova trajetória, tendo como principal referência a Teologia da Libertação. Mesmo sob o controle dos tradicionais, vários grupos passaram a atuar considerando a importância da organização do povo nas chamadas comunidades de base, com vistas a uma tomada de posicionamento diante dos fatos concretos que afetam a dignidade e a integridade da pessoa humana, e não apenas preocupados com as mazelas que atingem o espírito.

O embrião desse trabalho, em Santarém, foi a Catequese Urbana. Esta teve início no ano de 1972, sob a orientação do franciscano Frei Miguel Grossi, voltada para a formação de lideranças em vários bairros da cidade. Para a divulgação das ações foi criado um jornalzinho denominado *Semeadores da Esperança*, que chegou a ter uma tiragem de 1200 exemplares, de circulação quinzenal, com o objetivo de “conscientizar o povo sobre a realidade, ligando a fé e a vida” (JOERIGHT, 1992: 21).

Como principais resultados da atuação mais engajada dos setores progressistas da igreja, cita-se o surgimento de várias associações de moradores, do movimento estudantil e a organização dos trabalhadores rurais, que resultou na conquista do sindicato da categoria, em 1980.

Os integrantes dos setores progressistas da igreja que articularam os diversos movimentos que tiveram um caráter de contestação ao regime militar, em

Santarém, procuraram atuar de forma educativa, por via informal, independente ou perifericamente ao sistema oficial de ensino.

Diante da interrupção do trabalho do MEB, após o quase total controle dele por parte do governo, a alternativa vislumbrada pelos integrantes do setor progressista da Igreja foi o fortalecimento da sociedade civil, através da organização de entidades sem uma vinculação direta ao aparelho governamental.

Por essa razão, investiram preferencialmente em alguns membros da imprensa (especialmente os que atuavam no setor de jornalismo), nas associações e organizações populares e nos sindicatos. Portanto, era um posicionamento diferenciado daquele expresso na ação do MEB, que poderia ser identificado como resultado de uma “perspectiva ingênua e idealista de se acreditar que, uma vez arrumadas as coisas na cabeça, essas idéias terão força de mudar o real” (SAVIANI, 1986: 174).

A educação informal, ou não institucionalizada, que passou a ser desenvolvida pelas organizações populares a partir do trabalho de acompanhamento e orientação da Catequese Urbana da Diocese, constituiu-se em importante instrumento para que uma parcela da população começasse a discutir formas alternativas na busca de soluções face aos problemas sociais que se intensificavam e que não eram resolvidos pelo poder público. Por outro lado, terminou tendo reflexos na própria educação formal, na medida em que vários professores e estudantes começaram a desenvolver, no interior das escolas, as idéias e proposições que eram discutidas nos grupos a que pertenciam.

No sentido de possibilitar um melhor entendimento de como ocorreu esse trabalho organizacional da sociedade civil, destacam-se a seguir a Associação dos Estudantes, a Associação dos Professores e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, por serem representativas como organizações que simbolizaram o descontentamento com os

governos militares, através de ações expressivas, que contaram com a participação e o apoio de considerável parcela da sociedade.

2.6.1. Associação dos estudantes e associação dos professores

No final da década de 70 surgiu o Movimento Estudantil de Santarém - MOES, a partir de um grupo de jovens, entre eles alguns seminaristas, que discutia formas de intervir na vida social e acreditava que a melhor maneira era através da ação junto a sindicatos e associações⁵⁴. Depois, surgiu o Grupo de Estudantes Pró-Associação, denominado GEPA, que tinha como meta a criação de uma entidade, com atuação definida prioritariamente no campo dos problemas inerentes à própria categoria.

Vinculado mais diretamente à estrutura formal da Igreja, através da pastoral da juventude, o GEPA surgiu como resultado das discussões feitas no Primeiro Congresso Jovem do Médio e Baixo Amazonas, realizado no Colégio Dom Amando em 1982, quando ficou deliberado que os grupos ligados à Pastoral da Juventude de Santarém teriam a incumbência de organizar a Associação dos Estudantes.

Tanto o MOES quanto o GEPA foram influenciados pela ala progressista da Igreja Católica, a qual abrigava diferenciações e divergências internas. Isso refletiu nas formas de ação que os dois grupos desenvolveram. Uma delas era expressa quanto aos métodos de organização da sociedade civil e quanto aos objetivos gerais no campo político. Por exemplo, com relação aos estudantes, uma fração (MOES) entendia que o movimento estudantil não podia ser separado da luta dos trabalhadores, enquanto que outra fração (GEPA) apostava mais na organização interna dos estudantes e para isso

não considerava necessária a participação em outras formas de luta.

Enquanto o MOES dedicou-se a realizar manifestações de rua (sendo o grupo pioneiro nesse tipo de atitude em Santarém durante o período militar) e incitar os estudantes para exigirem das autoridades o atendimento às necessidades imediatas (como giz, carteiras, bebedouros, etc.), o GEPA dedicou-se, prioritariamente, à conquista dos grêmios estudantis (Centros Cívicos) existentes nas escolas ou de sua organização, onde não existiam, como procedimento estratégico para a organização da entidade que pudesse reunir todos os estudantes. Outras formas de manifestação semelhantes àsquelas desenvolvidas pelo MOES, às vezes, eram realizadas, mas ocupando sempre um caráter secundário e com vistas a ampliar a participação dos estudantes em suas próprias organizações.

Da atuação divergente, por vezes até do confronto aberto entre os integrantes do MOES e do GEPA, foi reconstruída a Associação dos Estudantes de Santarém e, mais que isto, ganhou forma, mesmo que nos anos finais do regime militar, uma atitude de reação e enfrentamento ao que era imposto pelos governos.

A origem da Associação dos Estudantes de Santarém remonta ao início dos anos 50, quando era integrada basicamente por alunos das escolas secundárias particulares e com uma atividade de caráter predominantemente sócio-cultural. A atividade política era apenas no sentido de reprodução e nunca de contestação ao modelo político:

“Nós tínhamos tribunal, fazíamos eleição, tínhamos o congresso, composto de deputados e senadores, o presidente era como se fosse o presidente da república. Funcionávamos dentro do colégio, quando havia qualquer aberração contra o aluno nós questionávamos, nós trabalhávamos

⁵⁴ A maioria destes jovens teve atuação decisiva na fundação do Partido dos Trabalhadores em Santarém.

em defesa do estudante. Fazíamos movimento financeiro, rainha do estudante, quermesse, arrecadávamos fundos para manter o estudante que não podia pagar.”⁵⁵

Sobre o posicionamento da associação nos anos que antecederam o golpe de 64 e no período imediatamente posterior, ao contrário de algumas entidades congêneres ativamente envolvidas no processo político e em atividades de contestação aos militares, o dirigente da entidade estudantil santarena declarou: “nós não fizemos nada disso. Inclusive nós lemos um manifesto pedindo à população, ao estudante, que não participasse desses movimentos sem que eles fossem totalmente esclarecidos.”⁵⁶

Mesmo tendo essa característica, a Associação dos Estudantes não escapou da vigilância dos militares e os membros da diretoria tiveram que depor em um inquérito militar. Este teve muito mais a função preventiva e de intimidação que de repressão, tanto que obteve o efeito naquele sentido. O medo desenvolvido nas lideranças, juntamente com as medidas adotadas visando o enfraquecimento das organizações estudantis, em geral, acabou inviabilizando a continuidade da associação estudantil existente em Santarém.

A Associação só foi reativada legalmente em 1985, quando aconteceu uma concorrida disputa entre duas chapas, uma delas encabeçada pelo estudante Donaldo Pedroso, membro do GEPA, e a outra pelo estudante Oti Silva Santos, Vereador líder do PMDB, que naquela altura já era governo no Estado.

Apesar do apoio expressivo que recebeu de diretores de escolas e da 5ª

⁵⁵ Evandro Vasconcelos, Presidente da Associação dos Estudantes, em 1957 e membro da diretoria em 1964. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

⁵⁶ Idem.

Divisão Regional de Educação⁵⁷, Oti Santos foi derrotado nas urnas, garantindo ao GEPA a direção e o controle da entidade estudantil.

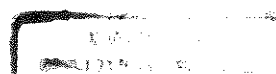
A reconstrução da entidade dos estudantes através do MOES e principalmente do GEPA, trouxe consigo a marca dos novos tempos. A perspectiva já não era do tipo sócio-cultural, mas de uma luta política, inclusive de questionamento da estrutura da sociedade.

Essa mudança de orientação devia-se tanto a fatores externos quanto internos. No plano interno refletia, como já assinalou-se, as mudanças que se processaram desde os anos 60, quando a população migrou do campo para a cidade e aumentou a pressão por escolas, forçando os governos militares a ampliarem as ofertas educacionais.

A associação seria necessariamente composta tendo em vista esta nova realidade. As novas lideranças eram filhos de trabalhadores, freqüentadores dos círculos de debates organizados pela ala progressista da Igreja Católica, no auge da Teologia da Libertação, e dispostos a mudar o mundo através não só do discurso, mas também pelo engajamento nas organizações da sociedade civil.

O MOES organizava os estudantes a partir dos bairros, em vários núcleos onde eram feitas as discussões e tirados os encaminhamentos. Quando iam para as escolas, já tinham uma missão preestabelecida. O GEPA, por sua vez, além da organização dos estudantes nos grupos de jovens existentes em vários bairros, também atuava junto aos grêmios escolares e mesmo no interior das escolas através, por exemplo, das aulas de religião.

⁵⁷ Através de um Ofício circular (nº 13/84), Oti Santos era apresentado aos diretores das escolas da rede estadual. A então diretora da 5ª Divisão Regional de Educação, Professora Ivete Soares, solicitava que “sejam-lhe concedidas as facilidades necessárias aos seus objetivos”. A outra chapa não mereceu semelhante tratamento.



Orientados por essas duas entidades, os estudantes (na maioria freqüentando o 2º grau ou as últimas séries do 1º grau, em escolas públicas) realizavam pichações com palavras de ordem contra a ditadura, exigindo eleições diretas e a “anistia ampla, geral e irrestrita”. Também se envolveram em lutas por eleições diretas para escolha de diretores de escolas, pela concessão da meia passagem ao estudante e, quando da presença do Presidente João Batista Figueiredo, em Santarém, fizeram uma grande manifestação de repúdio ao governo. Os maiores confrontos, porém, foram com o governo do Estado, a partir de 82, quando o candidato do PMDB, Jáder Barbalho, venceu as eleições.

Como o PMDB era portador de um discurso veemente de combate ao governo militar, os estudantes entenderam que era o momento de cobrar a colocação em prática das promessas de campanha e intensificaram as manifestações, reforçando a luta dos professores por salários e melhores condições de trabalho. Ao mesmo tempo, reforçavam a mobilização interna rumo a conquista da democratização no ensino. Foi um período de intensa atividade política para os estudantes, uma vez que já havia articulações com entidades congêneres no plano estadual e nacional, inclusive com a UNE.

Na avaliação de um membro do MOES, esse período foi de um grande aprendizado, o que faltou para os estudantes da fase imediatamente anterior

“Nós tivemos um período em que os estudantes conseguiram fazer algumas ações expressivas. E as pessoas que participaram desse movimento aprenderam muito, tanto ou mais do que aprenderam nas escolas. Portanto, a gente nota que nesse período dos militares, os estudantes não tiveram oportunidade dessas discussões. E se nós tivéssemos discussões acumuladas nós poderíamos ter crescido muito mais. Então essa falta de discussão e de

debate fez um grande mal para as pessoas.⁵⁸

A entidade que congregava a categoria profissional dos professores de Santarém, inicialmente denominada Associação dos Profissionais do Ensino Primário e Secundário, foi criada em 1962. Diferentemente do que ocorreu com a Associação dos Estudantes, permaneceu funcionando ao longo do regime militar.

Somente a partir dos anos 80, porém, aquela entidade passou a desenvolver um trabalho que vinculava as necessidades da categoria a um plano mais geral, articulado com a luta pela democratização do país.

Essa mudança deveu-se, em grande parte, à organização de uma entidade estadual, a Federação dos Profissionais da Educação Pública do Estado do Pará - FEPEPP (que veio depois a ser filiada à Central Única dos Trabalhadores, quando esta foi criada em 1983). Em consequência da nova postura da entidade, ela se tornou de grande importância, reforçando a ação dos estudantes, na mobilização e na organização da sociedade em busca de direitos políticos.

Desde que foi fundada, a Associação dos Professores, embora se apresentasse como uma entidade representativa da categoria, na prática constituía-se de um simples agrupamento formal que buscava tomar parte na conformação social existente, com características mais próximas de entidades do tipo Associação Comercial, Rotary Club e Lions Clube, do que com os Sindicatos e outras associações profissionais.

Não havia uma articulação com entidades congêneres, uma vez que o

⁵⁸Laurimar Figueira. Estudante do 2º grau que nos anos 80 integrava o MOES. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

discurso predominante entre os dirigentes e a maioria dos associados era o de que a categoria dos professores não era igual a dos demais trabalhadores. Sequer o termo trabalhador era admitido, quanto mais o envolvimento em lutas do tipo greve ou manifestações de rua. Isso era totalmente impensável, considerado como sendo coisa vulgar e baixa, indigna da participação de um educador.

Resultado de uma série de acontecimentos, foi aumentando o número de professores dispostos a ter outro comportamento e a quebrar antigos preconceitos. Entre esses acontecimentos podem ser mencionados: a proliferação de organizações populares sob o incentivo da ala progressista da Igreja Católica (associações de moradores, clubes de jovens, entre outros); as campanhas contra a carestia; o fortalecimento do discurso oposicionista e a vitória do PMDB para o Governo do Estado; a própria expansão do sistema de ensino e o conseqüente aumento na identificação das mazelas presentes na escola pública; o ingresso de novos profissionais na educação, alguns cursando o nível superior ou já tendo curso universitário completo; o início da atuação do Partido dos Trabalhadores no município e o trabalho que seus filiados começaram a desenvolver junto às categorias profissionais.

Fator importante na nova tomada de posicionamento da categoria, foi a ação desenvolvida por professores que eram ligados ao setor progressista da Igreja. Merece destaque a atuação dos professores Adelino Ferranti e Edil Batista Salomão que, entre outros, deram início ao trabalho de convencimento junto aos professores, de que eles também eram trabalhadores e, como tal, sofriam os efeitos da política econômica e social do governo e, por isso, tinham obrigação moral e ética de se contrapor, reagir e denunciar, saindo daquele estado de omissão e de submissão.

Despertado o espírito de solidariedade e a disposição para lutar por

direitos, os professores realizaram em 1982 as primeiras manifestações de rua, exigindo melhores salários e condições de trabalho. Aos poucos, levantavam bandeiras contendo reivindicações mais amplas, extrapolando o campo educacional.

Embora integrantes das escolas públicas e particulares fossem filiados à Associação dos Professores de Santarém, foram os professores das escolas públicas da rede estadual que, a princípio, assumiram uma postura mais combativa. Essa característica já havia ficado patente quando professores da Escola Álvaro Adolfo da Silveira ensaiaram uma greve, em 1980, descontentes com o irrisório aumento salarial concedido pelo Governador Alacid da Silva Nunes.

A reação da diretora do estabelecimento, Nely Pereira de Souza, expressa a forma como os ocupantes dos cargos de confiança, em geral, se portavam diante do descontentamento dos professores. Para a diretora da Escola Álvaro Adolfo

“o aumento não era o que se esperava, mas o que se há de fazer? O que nos resta é aceitá-lo e continuar a trabalhar. Quem não estiver contente só resta uma alternativa: pedir demissão” (PROFESSORES NÃO GOSTARAM..., 1980: 4).

Contrariando esse tipo de raciocínio, os professores continuaram a mobilização e as discussões, objetivando ampliar a luta por melhorias de salários e de condições de trabalho. A atuação da FEPPEP, como já destacada, foi prestimosa e decisiva nesse processo. Mesmo assim, tardou para que os professores em Santarém conseguissem reunir força suficiente para fazer a primeira greve, fato que só aconteceu em agosto de 1985.

Esta greve, embora sendo dos professores da rede estadual, contou com a adesão de um grande número de professores da rede municipal que atuavam na zona

urbana de Santarém. A greve havia sido deflagrada em Belém, capital do Estado, na primeira semana do mês de abril. No dia 20 de junho os professores em Santarém realizaram uma passeata pelas principais ruas, culminando com um ato público na Praça Felipe Betendorf. Em assembléia geral realizada na Escola São Francisco, no dia 03 de agosto, os professores decidiram aderir a greve que já durava 4 meses na capital do Estado. O movimento foi encerrado uma semana depois, mediante acordo no qual o Governador Jáder Barbalho assumiu o compromisso de reajustar os salários em 80%.

2.6.2. Sindicato dos trabalhadores rurais

A dispersão e o isolamento impostos por atividades extrativas (borracha e castanha-do-pará, por exemplo), por muitas décadas não propiciaram o desenvolvimento de organizações de trabalhadores rurais. Mesmo quando essa forma de economia fracassou e deu lugar à ocupação mais permanente da terra, através de atividades agrícolas e da pecuária, não houve o estabelecimento de organizações de proteção aos trabalhadores.

As relações sociais e de trabalho não mostravam claramente sinais de tensão. O grande proprietário rural ou comerciante era patrão e ao mesmo tempo compadre e “amigo” do lavrador, do pescador, dos pequenos proprietários e arrendatários de terras, enfim, de todos que habitavam na comunidade.

O golpe de 1964 produziu alterações nesse quadro de relativa estabilidade, na medida em que os governos buscaram atrair grandes capitais produtivos para a Amazônia. A região foi colocada na mira dos investidores, através de campanhas nacionais que incentivavam o estabelecimento de pólos agropecuários e minerais, com o

propósito de ocupar os espaços vazios e promover o desenvolvimento econômico, integrando a Amazônia ao território nacional.

“... as populações rurais pobres são despertadas, em poucos anos, para uma situação histórica que se opõe a elas duplamente - a rápida substituição das relações anteriores de vida e trabalho por novas e antagônicas; e, superpondo-se a esta - uma ditadura militar que altera o sistema de relações políticas e jurídicas vigentes, de forma abrupta e que se instituiu sob o primado da violência. Levando-se em conta esses fatores, pode-se considerar que a reação dos homens do campo aqui, não foi retardada, mas ao contrário disso, foi mesmo até rápida, consideradas as circunstâncias” (LOUREIRO, 1997: 163).

A abertura de estradas como a Transamazônica e a Santarém-Cuiabá, foi decisiva para o aguçamento das relações sociais e o surgimento (ou aprofundamento) de conflitos no campo. Ao longo dessas rodovias foram instaladas diversas agrovilas, para onde se deslocaram levas de migrantes do nordeste, do centro e do sul do país, esperançosos de conseguirem se firmar como proprietários rurais.

Com o fracasso da colonização pretendida, devido a não continuidade das obras e a quase impossibilidade de escoamento da produção, aliado à quase total falta de assistência (incluindo saúde e educação), muitos desses migrantes engrossaram o movimento de contestação ao regime militar, especialmente via Partido dos Trabalhadores e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Criado em 04 de dezembro de 1973, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém foi, durante os primeiros cinco anos, dirigido por proprietários rurais e teve como objetivo a prestação de assistência médica e odontológica aos trabalhadores rurais. A primeira eleição para escolha da diretoria deu-se em 1975, com chapa única encabeçada pelo próprio presidente, Geraldo Araújo.

Na eleição seguinte, ocorrida em 1977, surgiu uma chapa de oposição denominada Corrente Sindical Lavradores Unidos, que contou com a participação de ex-seminaristas, como Geraldo Pastana, e o apoio de vários catequistas que atuavam em comunidades do interior. Mesmo assim, a chapa de oposição foi derrotada.

Os integrantes da Corrente Sindical continuaram o trabalho de articulação e conseguiram vencer a eleição seguinte, realizada em 1980. Começava a mudança de orientação política, com o sindicato sendo dirigido pelos próprios trabalhadores rurais, ainda que sob a orientação de lideranças externas.

Como já havia sido iniciado um trabalho de educação sindical, a nova diretoria empenhou-se na ampliação do número de associados, organizando várias delegacias sindicais nas comunidades, onde eram travadas discussões como a da luta pela propriedade da terra, do financiamento para produção e do direito de assistência social para todos os trabalhadores do campo. O efeito foi surpreendente. Dois anos depois de empossada a diretoria, o número de associados passou de cerca de 800 (oitocentos) para mais de 5.000 (cinco mil).

Em 1985 o número de sócios estava em torno de 15 mil, levando o Sindicato (apelidado de *Lamparina*) a ser conhecido nacionalmente e passando a ser a principal referência de organização sindical e símbolo da vitória na *luta contra os patrões* (expressão utilizada como estímulo para novas ações em outras entidades).

Desde que o Sindicato passou a ser controlado pelos trabalhadores, enfrentou sérios problemas com os órgãos governamentais, como o ocorrido em decorrência da eleição para a diretoria da entidade, realizada em 1983.

Os antigos dirigentes queriam voltar a ter o controle do Sindicato. Disputaram a eleição e foram derrotados obtendo apenas 336 votos contra 3.316 que

recebeu Avelino Ganzer, da Corrente Sindical. A chapa derrotada alegou irregularidade e pediu a intervenção do governo no sindicato. O fato resultou em um episódio no qual cerca de mil e quinhentos lavradores cercaram a sede do sindicato, enfrentaram a polícia e impediram que acontecesse a intervenção, garantindo a posse da diretoria eleita, seis meses após a realização do pleito.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais conseguiu aglutinar as principais insatisfações sentidas pelos moradores da zona rural. Tanto daqueles que haviam se deslocado para a cidade em busca de emprego e de escola para os filhos, mas tiveram de retornar ao campo, quase sempre por não conseguirem nem uma coisa nem outra, bem como dos novos parceiros, muitos deles migrantes, originários do sul do país, que fixaram residência ao longo das rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, estimulados que foram pelo Programa de Integração Nacional, mas deixados à própria sorte quando do fim do “milagre” brasileiro e o conseqüente fim de investimentos naqueles projetos.

Além do apoio que houve por parte do setor progressista da Igreja, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém contou, em sua estruturação inicial, com a ajuda da FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). A partir de 1981, os membros da Corrente Sindical Lavradores Unidos ingressaram no PT, iniciando uma relação muito forte entre o sindicato e o partido, resultando em problemas para ambos. Para a entidade de classe porque começou a perder a confiança de muitos trabalhadores rurais que não simpatizavam com o PT e ainda porque seus principais dirigentes passaram a atuar mais no partido que no sindicato. Quanto ao PT, dada a presença maciça dos membros da corrente sindical na direção, assumiu uma forte característica rural, chegando a rejeitar a filiação de profissionais liberais sob a alegação

de serem “pequeno-burgueses”.

Entre os sindicatos, destacou-se somente o dos trabalhadores rurais, para exemplificar as formas organizadas de resistência, pois foi o único que conseguiu desenvolver uma atividade mais autônoma e de luta, desatrelando-se do controle governamental. Os demais, talvez pelo medo ou pela subserviência, durante todo o período do regime militar, permaneceram no exercício das funções burocráticas ou pseudo-representativas, podendo ser vistos como uma espécie de extensão dos órgãos oficiais. Basicamente atuavam no encaminhamento a serviços como, por exemplo, de aposentadoria.

Utilizando-se da linguagem da época, pode-se dizer que eram sindicatos “pelegos” porque não correspondiam à representação que deles era esperada e, por vezes, até exigida pelos seus representados e pela sociedade. Aparentemente omissos, algumas vezes desempenhavam um papel importante de denúncia, a serviço do governo e tendo por alvo predileto os líderes que despontavam e logo eram identificados como sendo “comunistas”, “subversivos”, “baderneiros”.

Exemplo dessa atitude dos sindicatos pelegos, pode ser fornecido através de trecho de dois documentos enviados ao então Governador Jarbas Gonçalves Passarinho. O primeiro documento, foi enviado pelo Presidente da Associação Comercial de Santarém, em 18.11.1981, e expressa a preocupação dos membros daquela entidade, com o trabalho das organizações de caráter popular:

“Aproveitamos a oportunidade para alertar V. Excia, quanto a atuação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, que orientados pela ala progressista da Igreja Católica, vem explorando o motivo acima exposto [a não liberação de recursos do PROAGRO para beneficiar agricultores prejudicados pela estiagem] para denegrir a imagem do Governo Federal, taxando seus líderes de promesseiros e mentirosos” (CARTA

072/81 - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, fls 2)

O segundo documento, enviado em 26 de julho de 1982, foi assinado conjuntamente pelos presidentes da Associação Comercial e do Sindicato Rural (patronal) de Santarém. Além do aspecto de delação, fica evidente a defesa dos interesses econômicos por parte dos signatários do documento, ao afirmarem que:

“... sentimos de perto a nos prejudicar, o movimento que vêm desenvolvendo a ala progressista da Igreja Católica, MEB e FASE, com apoio da Rádio Rural, reunindo semanalmente em Emaús-Santarém, líderes e catequistas da região, num trabalho incessante e contínuo de denegrir a imagem do Governo e jogando as classes trabalhadoras contra a patronal” (OFÍCIO 282/79 - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, fls 1 e 2)

Esses trechos parecem bastante expressivos para demonstrar a subserviência e o conservadorismo presentes, tanto no plano individual como também em alguns segmentos organizados da sociedade santarena. Por outro lado, as organizações sociais e populares destacadas neste item, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, a Associação dos Estudantes e a Associação dos Professores, pela organização e combatividade que conseguiram imprimir como entidades representativas, constituem demonstrações inequívocas de que era possível reagir aos governos militares.

CAPÍTULO 3

A EDUCAÇÃO SOB O DOMÍNIO DOS GOVERNOS MILITARES

Entende-se que a Doutrina de Segurança Nacional constituiu-se elemento chave na formulação das ações dos governos militares pós 1964. Junto a outros fatores, a educação representava um importante instrumento para que fossem atingidos determinados fins, possibilitando a disseminação dos valores morais e a ampliação do número de trabalhadores para atender às exigências do esperado desenvolvimento econômico.

De alguma forma, a expansão na oferta de ensino resultaria em benefícios ao sistema capitalista, como por exemplo através do crescimento da produtividade e da formação de quadros que exerceriam o principal papel na racionalização da produção e na criação de novas formas de trabalho economizadoras de mão-de-obra (RODRIGUES, 1987: 108).

Era imprescindível ao Estado, portanto, assumir efetivamente a educação, uma vez que ela estava inserida na grande meta de segurança e desenvolvimento. Essa tarefa deveria ser assumida de maneira generalizada, atingindo todas as regiões do país. Cumpria, assim, o papel de difusora de uma propaganda positiva da preocupação do

governo para com a população, neutralizando ou diminuindo a intensidade de outros possíveis descontentamentos, inclusive nos locais que potencialmente apresentavam maiores condições de resistência.

O termo *educação* remete a várias idéias, que podem adquirir sentidos complementares ou diferenciados. Não se busca neste trabalho conceituar ou estabelecer comparações entre as diversas formas de educação. Interessa, todavia, chamar a atenção para o fato de que, no cotidiano, quando se fala em educação quase sempre se reporta à escola, ao *sistema de ensino*. Mesmo ao referir-se à “pessoa educada”, em geral, pensa-se na instituição de ensino e no seu produto, reforçando a posição valorativa que a educação escolar formal, assumiu ao longo dos tempos, sobre as outras formas de educação.

Ainda é através da educação escolar formal que alguns conseguem acesso às credenciais (certificados, diplomas) que oportunizam o ingresso em determinadas posições ocupacionais no mercado de trabalho. Por essa razão, a educação formal é objeto de maior apreciação neste capítulo. Por outro lado, não se está desconsiderando a importância da educação informal e da educação semi-formal⁵⁹, porque essas duas modalidades possuem um peso considerável no que diz respeito à mudança de comportamento político da população.

⁵⁹ O entendimento aqui expresso é o de que a educação informal está presente em inúmeras atividades realizadas fora do sistema educacional institucionalizado e a educação semi-formal, compreende uma combinação das outras duas formas, por isso mesmo, às vezes ela é sistematizada e financiada com recursos públicos.

3.1. Novas concepções educacionais como estratégia do Estado de Segurança Nacional.

O desenvolvimento científico e tecnológico era considerado pelos governos militares como importante fator no progresso geral da nação e, inclusive, no tocante à distribuição de renda, como aparece nos textos dos programas econômicos do período, destacados a seguir:

“... na sociedade moderna, o poder de competir entre as nações e de acelerar o crescimento depende cada vez mais da aplicação do conhecimento. Ou seja, do progresso tecnológico em sentido amplo - abrangendo a educação, a pesquisa, a inovação - pela sua crescente capacidade de transformar e tornar mais eficientes os demais fatores de produção, representados pela mão-de-obra, o capital, os recursos naturais. Daí estarem as disparidades de renda entre as nações cada vez mais condicionadas pelo chamado hiato tecnológico, ou seja, as disparidades crescentes de progresso na área científica e tecnológica” (BRASIL, 1970-B: 5).

“Ciência e tecnologia, no atual estágio da sociedade brasileira, representa uma força motora, o conduto, por excelência, da idéia de progresso e modernização” (BRASIL, 1974: 135).

Um reflexo dessa preocupação foi o impulso dado à pós-graduação e à pesquisa, especialmente na área tecnológica.⁶⁰ Isso fazia parte da estratégia governamental de superar a situação de quase completa dependência tecnológica. Todo o esforço era direcionado no sentido de que a ciência e a tecnologia pudessem se

⁶⁰ Os estudos a nível de pós-graduação no Brasil, foram impulsionados com a criação de entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em 1948, o Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e a então Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambos em 1951. Mas foi somente a partir dos anos 60 e especialmente nos anos 70, que tiveram um substancial crescimento. Segundo SPAGNOLO e GÜNTHER (1986: 1644) “Em 1969 havia 135 cursos de pós-graduação que passaram para 462 em 1972, 764 em 1976, e 974 em 1979”.

converter em instrumentos de aperfeiçoamento do modelo econômico adotado.

Considerando-se que a indústria moderna “faz da ciência uma força produtiva independente de trabalho, recrutando-a para servir ao capital” (MARX, 1975: 414), é possível entender melhor porque a pesquisa científica, notadamente aquela diretamente vinculada aos interesses do setor produtivo, ganhou importância como um meio de ampliar ainda mais a acumulação capitalista.

Nesse processo, a ciência é usada para aprofundar a separação entre o saber e o trabalhador, uma vez que, com o aperfeiçoamento das máquinas, um número reduzido de trabalhadores é suficiente para operá-las, enquanto a maioria vai figurar como desqualificada (no sentido de não possuir o conhecimento para a execução de determinadas tarefas). Isso dá garantias ao capitalista da existência de grande quantidade de pessoas dispostas a submeter-se ao trabalho assalariado, da forma como ele é oferecido.

Sem que o trabalhador detenha um saber específico referente a uma determinada atividade concreta, e não podendo competir com a produção em larga escala proveniente das máquinas e do processo industrial, vê-se obrigado não somente a vender sua força de trabalho, mas a tornar-se versátil na execução de tarefas simplificadas pela tecnologia.

Assim, a tecnologia embutida nas máquinas longe de corrigir as disparidades de renda, conforme queriam fazer crer os tecnocratas e os governos militares, significa na verdade, um eficiente meio para aumentar a taxa de mais-valia nas mãos do capitalista. A maquinaria, assim como qualquer outro desenvolvimento da força produtiva do trabalho, “tem por fim baratear as mercadorias, encurtar as partes do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo, para ampliar a outra parte

que dá gratuitamente ao capitalista” (MARX, 1975: 424).

Com o impulso dado ao desenvolvimento tecnológico, também passou a haver um interesse crescente pela adoção da chamada “gerência científica”, inclusive na escola, a partir da fragmentação e especialização do trabalho educacional, espelhando-se no modelo desenvolvido por Frederick Winslow Taylor, nas últimas décadas do século XIX e que significava, como destaca BRAVERMAN (1977: 82), “um empenho no sentido de aplicar os métodos da ciência aos problemas complexos e crescentes do controle de trabalho nas empresas capitalistas”.

A adoção do modelo taylorista correspondia à proposta tecnocrática que havia se estabelecido no país e que colocava a técnica acima de tudo, e acreditava no poder inabalável do planejamento. Isso em parte ajuda a compreender a grande quantidade de normas, regulamentos e planos que foram elaborados naquele período, inclusive na educação.

O modelo taylorista também é de grande importância para o entendimento da concepção tecnicista, que predominou ao longo dos governos militares, estabelecendo uma rígida hierarquia no sistema de ensino (diretor, supervisor, professor e aluno) e automatizando o trabalho pedagógico.

A concepção tecnicista, portanto, estava impregnada, segundo SAVIANI (1984: 15) “do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade”. O citado autor, estabelecendo um comparativo entre as pedagogias tradicional, da escola nova e a tecnicista, faz as seguintes observações:

“Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor que era, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório;

se na pedagogia nova a iniciativa desloca-se para o aluno, situando-se o nervo da ação interpessoal, intersubjetiva - na pedagogia tecnicista, o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando professor e aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo converte-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção” (SAVIANI, 1984: 16-17).

A teoria do capital humano, que também exerceu considerável influência na formulação das políticas educacionais, teve seu instrumental “originalmente desenvolvido para avaliar a rentabilidade dos gastos empresariais em treinamento profissional e, depois, mecanicamente transposto para a educação em geral” (SALM, 1980: 21). Esta teoria alega que o nível educacional representa uma taxa de retorno na produtividade, daí, quem tivesse mais educação formal teria um melhor salário, de forma que “o homem é considerado como parte do capital e, portanto, convertido em recurso humano para a produção” (XAVIER, RIBEIRO e NORONHA, 1994: 219).

Esse tipo de raciocínio foi largamente utilizado para reforçar os argumentos desenvolvimentistas e manter, sob certo controle, a luta por emprego e melhores salários, que passam a ser explicados como sendo resultado direto do maior grau de qualificação dos “recursos humanos”, via processo escolar. Dessa maneira, à medida em que a população é levada a crer que o drama do desemprego resulta do despreparo técnico para o exercício das atividades que a modernização exige, a luta da classe trabalhadora tende a deslocar-se, ou pelo menos é em parte desviada, para a reivindicação por mais escolas e maior grau de qualificação profissional.

Dessa forma, a questão de fundo, que é sem dúvida a exploração

capitalista, que tem raízes e extensões mais profundas, fica reduzida a um nível individual e simplista, no qual a escolarização ganha uma importância maior do que efetivamente tem. A escola, inclusive, passa a ser identificada como sendo um local que prepara mão-de-obra e da qual o sistema produtivo depende para sustentar-se.

Como analisa, porém, SALM, essa concepção educacional não elimina as contradições capitalistas. Sobre a relação entre educação e produção, assim ele analisa:

“... A suposta dependência das empresas face a um sistema educacional que se expande sem cessar vai contra a lógica da evolução capitalista. A história do mercado de trabalho é outra. É a história de como o capital vai se libertando dos entraves que o trabalho possa lhe trazer. Se é tão lido e repetido que ‘a produção capitalista é produção e reprodução das relações de produção especificamente capitalistas’, por que a insistência em procurar no sistema educacional o *locus* onde o capital vai buscar a reprodução de sua força de trabalho? Essa visão é de fato intrigante. O capital, que libertou-se das limitações impostas pelo tamanho da população, que internalizou suas fontes de financiamento resolvendo também os problemas da mobilidade desses recursos, que controla seus mercados, que regula e orienta o fluxo das inovações tecnológicas, enfim, o capital que vai dominando (e destruindo) a própria natureza, dependeria dessa instituição pesada chamada escola para resolver seus problemas com a força de trabalho! Se a finalidade da produção capitalista é a reprodução e ampliação das relações capitalistas de produção, é no seio da produção mesma que devemos buscar a formação das qualificações requeridas e não numa instituição à margem como é a escola” (SALM, 1980: 25).

Em face das influências anteriormente apontadas, os problemas educacionais, sob a ótica oficial, eram considerados e tratados do ponto de vista técnico. Os dirigentes educacionais atuavam muito mais como gerentes, encarregados do controle e avaliação de um processo burocrático. Quanto ao professor, era levado a enfatizar os meios, os procedimentos, as técnicas. Entre os dois, o supervisor quase

sempre exercia o papel de vigilante da aplicação dos procedimentos técnicos e burocráticos. Pouco ou nada refletiam sobre o fim da educação. Foi um período em que predominou a ausência de questionamentos nas salas de aula, servindo coerentemente aos propósitos políticos e econômicos, orientados pela Doutrina de Segurança Nacional.

A investida dos governos militares, no sentido de produzir modificações na legislação educacional, foi notada inicialmente com maior intensidade no ensino superior, uma vez que, dentro da estratégia desenvolvimentista, era necessária a formação de uma elite técnico-burocrática qualificada (LEITÃO, 1995: 3).

Na medida em que vários setores da sociedade desejavam a modernização da universidade, o Estado Militar tomou para si essa tarefa, evidentemente fazendo as modificações que atendiam a seus interesses. Assim, produziu uma modernização que “acabou por ser traduzida como racionalidade, eficiência e produtividade como valores absolutos a serem alcançados, por meio da alteração da estrutura interna da própria Universidade” (LEITÃO, 1995: 6).

Mediante uma série de acordos⁶¹ e convênios entre o governo brasileiro, através do Ministério da Educação e Cultura, com agências internacionais, notadamente a USAID (United States Agency for International Development), as questões educacionais brasileiras sofreram influências de consultores estrangeiros, como Rudolf Atcon e de figuras de extrema confiança e afinidade com os altos escalões militares, como o grupo constituinte da famosa Comissão Meira Mattos.⁶²

⁶¹ Sobre estes acordos, ver ROMANELLI, 1993: 212-213

⁶² Constituída em 1967, no governo Costa e Silva, a Comissão era composta por cinco membros e presidida pelo general-de-brigada, Meira Mattos, pertencente ao corpo permanente da Escola Superior de Guerra. Os outros integrantes eram o coronel-aviador Waldir de Vasconcelos (secretário geral do Conselho de Segurança Nacional), o promotor de justiça Affonso Carlos Agapito da Veiga e dois professores: Jorge Boaventura de Souza e Hélio de Souza Gomes (GERMANO, 1994: 127).

Os acordos MEC-USAID foram objeto de muitas denúncias e intensa campanha de reação por parte dos estudantes e professores, que não aceitavam a concessão de considerável responsabilidade na organização do sistema universitário brasileiro, a um grupo de planejadores educacionais americanos que encaravam a educação superior como parte e parcela do processo de desenvolvimento econômico “como fonte de uma força altamente capaz - ‘recursos humanos’ segundo sua expressão favorita - para a indústria” (GOERTZEL, 1967: 137).

O ex-ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em livro que publicou recentemente, contestou as denúncias de que foram alvo os acordos MEC-USAID.

“Dizia-se que esse acordo serviria para subordinarmo-nos aos americanos e visava a privatizar as universidades públicas. Não foi sem grande surpresa que, ao estudar o assunto, verifiquei que o acordo jamais fora concretizado, pois o ministro Tarso Dutra nunca nomeou a representação brasileira, na parceria. Gastaram-se muito piche, muita cal, envenenando a consciência nacionalista dos estudantes, à toa” (PASSARINHO, 1996: 370).

Entretanto, mesmo negando importância à questão, contradiz-se quando destaca a existência de resultados do acordo MEC-USAID.

“O Acordo fora, de fato, assinado em junho de 1965, mas não passou da fase de análise da educação superior no Brasil e nos Estados Unidos. Não teve prosseguimento no Governo Costa e Silva. Das suas recomendações surgiram a autonomia das universidades e o papel normativo do Conselho Federal de Educação” (PASSARINHO, 1996: 371)

Muito embora as influências externas tenham sido significativas sobre as modificações realizadas na educação brasileira pelos governos militares, não é possível atribuir-se a elas funções determinantes. Assim, por exemplo, a Reforma Universitária,

representou:

“uma incorporação desfigurada de experiências e demandas anteriores, acrescida das recomendações privatistas de Atcon, dos assessores da Usaid e de outras comissões - como a comissão Meira Mattos - criadas para analisar e propor modificações do ensino superior brasileiro” (GERMANO, 1994: 123).

Para o presente estudo, as modificações processadas no ensino superior são apresentadas apenas no sentido de ilustrar a investida dos governos militares sobre a educação. Pela inexistência de cursos superiores em Santarém, a reforma universitária praticamente não teve repercussão nem constituiu objeto de preocupação para professores e estudantes, ao contrário da reforma decorrente da Lei 5.692/71.

Depois de ter introduzido modificações no ensino superior, através da Lei 5540/68, aprovada poucos dias antes do AI-5, e de ter colocado em camisa de força o movimento estudantil e a organização docente, o governo militar, no final dos anos 60 e início dos 70, investiu sobre os demais níveis do sistema educacional.

Aquele era exatamente o período em que os opositores ao regime enfrentavam o auge da repressão armada, ao passo que o governo ganhava credibilidade e apoio de vários setores da sociedade em função do êxito obtido na política econômica e no enfrentamento de ações mais ousadas de grupos de esquerda (como assaltos a bancos, seqüestros e atentados). Para comandar as reformas apropriadamente, estava à frente do Ministério da Educação e Cultura o Coronel do Exército Jarbas Gonçalves Passarinho.

A Lei 5.692/71, teve uma tramitação relâmpago no Congresso (30 dias), se comparada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4.024/61), que

demorou 13 anos. Ademais, foi aprovada por unanimidade e sem vetos por parte do Presidente da República.

De certa maneira, a Reforma contemplava os interesses e as reivindicações de educadores, além de agradar à hierarquia católica (com a preservação do espaço para o ensino religioso) e à iniciativa privada (através do apoio técnico e financeiro). Não houve espaço para a atuação de grupos de pressão e, até os partidários da escola pública, que poderiam oferecer resistência, “estavam desarticulados e mesmo destroçados, incorporados a outras formas de lutas, com vistas à derrubada do Regime ou, ainda, aderiram à Reforma” (GERMANO, 1994: 161).

O ex-ministro Jarbas Passarinho afirma que jamais “um projeto foi tão debatido pela sociedade antes de transformar-se em mensagem ao Congresso Nacional” (PASSARINHO, 1996: 400). Para justificar esse argumento, explica que a proposta estava pronta desde 1970, mas por se tratar de ano de eleições, sugeriu ao Presidente Médici que só a enviasse ao Congresso no ano seguinte. Enquanto isso, o projeto foi submetido à apreciação dos Conselhos Estaduais de Educação e, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, foi realizada a primeira experimentação.

Naturalmente que o “debate” ao qual se refere Passarinho não é o mesmo que corresponde às necessidades e interesses das entidades representativas e organizações sociais como, por exemplo, de educadores e estudantes.

Os ideólogos militares identificaram claramente a importância que a educação poderia assumir, de maneira que cabia ao Estado, obrigatoriamente e sob pena de ser a principal vítima na hipótese de descaso, proporcionar um sistema de escolarização mínimo, mas eficiente, capaz de integrar toda a Nação em uma grande onda de civismo e patriotismo. Os militares já estariam, nos quartéis, *abrigados e livres*

de más influências, o mesmo não acontecendo com o elemento civil, desprotegido e, portanto, vulnerável a toda espécie de influência prejudicial.

A formação educacional dos militares, tal qual a educação oferecida aos civis, é impregnada de valores da classe dominante, com o agravante, no caso militar, do exagerado autoritarismo. Ademais,

“A pedagogia castrense “valoriza sobremaneira a obediência, a disciplina, a hierarquia e a ausência de situações conflituosas ou incertas [de maneira que] ameaças de punição, sua prática e a vigilância são uma constante, assim como é clara a aversão em utilizar procedimentos de consulta e persuasão” (LUDWIG, 1992: 185 a 188).

Um texto de 1958, escrito pelo general Aurélio de Lyra Tavares (nomeado Ministro do Exército no Governo Médici), já revelava a preocupação que o Estado devia ter para com a educação, como elemento essencial de conquista e de garantia da Segurança Nacional:

“A Educação é fator de Segurança Nacional. A História das Nações demonstra que o povo é, sem dúvida, o elemento estimulador de todas as atividades do Estado e a essência mesma da sua capacidade de realizar, de progredir e de afirmar-se no meio internacional... É evidente que a segurança da coletividade, em cujo espírito repousa, em última análise, a própria Segurança Nacional, fundamentalmente reside na mentalidade do cidadão, no seu grau de aptidão física, moral e cultural, para contribuir nos destinos de sua Pátria e para preservá-la da influência negativa dos antagonismos de todos os tipos, que podem ameaçar a coesão da comunidade nacional, de que é célula viva, mas também os próprios interesses fundamentais da sua livre sobrevivência e dos seus destinos soberanos. A compreensão desse papel, a capacidade para desempenhá-lo e o discernimento dos seus deveres para com a coletividade, o cidadão só as adquire pela Educação, que cumpre ao Estado difundir e orientar, em concordância com os interesses e os objetivos nacionais” (UMA POLÍTICA

DE... ,1968:43).

Em períodos de exceção, como foi o dos anos 1964-85, fica ainda mais evidente o caráter ideológico que a escola pode assumir. A política educacional oficial:

“... não se restringe à tentativa de influenciar negativamente, identificando esta ação através de medidas de despolitização da educação... mas também positivamente, através de atividades, cujo objetivo é o alinhamento doutrinário de grupos... considerados importantes” (MONTARROYOS, 1982: 65).

Por outro lado, contraditoriamente, esta ação propiciou o desenvolvimento de várias formas de resistência ao regime militar.

Como os estudos desenvolvidos pelos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional apontavam a educação como um elemento importante na ameaçadora guerra revolucionária, desenvolveu-se toda uma estratégia para fazer frente àquela ameaça. Como assinala um oficial militar, autor de um livro de Estudo de Problemas Brasileiros:

“Quanto estudamos Guerra Revolucionária, verificamos em seus modos de atuação - atividades construtivas - sua *infiltração* em partidos políticos, câmaras e assembleias legislativas, poder judiciário, órgãos governamentais, sindicatos de classe, órgãos de divulgação, sistema educacional e forças armadas. Entre essas organizações, duas são as preferidas; órgãos de divulgação e sistema educacional, pelo efeito em cadeia que proporcionam na divulgação de ideologias para a conquista do poder.

Dá a necessidade de se montar um sistema educacional baseado em conceitos cuidadosamente elaborados de educação e cultura. O materialismo, o agnosticismo, o marxismo e outras ideologias têm penetrado facilmente nos sistemas educacionais do Ocidente e produzido grande número de sociólogos de esquerda, que vêm inundando nossas escolas de trabalhos e livros que tentam encaminhar a cultura e a educação para um

caminho onde o fator espírito não tem mais lugar (CAMARGO, 1979: 170).

O controle sobre o que era lido dava-se de várias formas, indo desde a censura até a distribuição gratuita de livros didáticos para as escolas oficiais, nos quais estavam presentes uma série de conceitos capazes de introjetar no pensamento dos leitores alguns dos princípios elaborados em nome da segurança e do desenvolvimento.

Para garantir que chegassem a todos os estudantes os conceitos validados pelos militares, o Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969, instituiu em caráter obrigatório, como disciplina e também como prática educativa, a Educação Moral e Cívica, nas escolas de todos os graus e modalidades dos sistemas de ensino do País. Nos estabelecimentos de grau médio, deveria ainda ser ministrada a disciplina Organização Social e Política Brasileira – OSPB - e no sistema de ensino superior, inclusive na pós-graduação, seria realizada sob a forma de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB - (BRASIL, 1970-A: 41-42).

Visando garantir o cumprimento do estabelecido nos objetivos e bases filosóficas da disciplina Educação Moral e Cívica, os professores passavam por um “treinamento” e, aqueles que iriam lecionar em turmas do curso secundário e superior, deveriam ter seus nomes aprovados, mediante consulta ao órgão centralizador de informações, o SNI.

As disciplinas Educação Moral e Cívica, OSPB e EPB, através de seus conteúdos, serviram de ponte de transmissão da Doutrina de Segurança Nacional para a sociedade brasileira. Embora não seja objeto deste trabalho identificar o alcance dos ensinamentos dessas disciplinas (que com certeza mereceria mais tempo de pesquisa e até mesmo um estudo particularizado), acredita-se que exerceram muita influência na formação educacional do povo brasileiro.

Basta lembrar que, via de regra, os livros didáticos (muitos deles distribuídos gratuitamente pelos governos militares), não só faziam apologia ao regime como condenavam veementemente as teorias consideradas alheias ao cristianismo e à democracia, como por exemplo o marxismo. Verificando-se os livros didáticos daquelas disciplinas⁶³, constata-se que a Doutrina de Segurança Nacional fornecia a base de argumentação e sustentação teórica de todo o conteúdo que era transmitido aos alunos.

O enfoque dado ao conceito de segurança nacional, identificando-o, por exemplo, com a polarização decorrente da guerra fria, conduzia para o entendimento de que a segurança nacional fosse encarada como uma função precípua do Estado e como responsabilidade de todos os cidadãos.

“As finalidades da educação moral e cívica representavam uma sólida fusão do pensamento reacionário, do catolicismo conservador e da doutrina de segurança nacional, conforme era concebida pela Escola Superior de Guerra...

(...)

Na prática, a disciplina Educação Moral e Cívica foi lugar de emprego preferencial para padres, freiras e militares, estes nos cursos superiores. No entanto, alguns professores conseguiram, à custa de artimanhas, contornar os programas oficiais e desenvolver uma atitude crítica. Infelizmente, seu número foi pequeno, não só por causa das perseguições que lhes eram movidas, como também pelo grande número de candidatos dispostos a veicular todo aquele conteúdo de ‘amoral e cinismo’, como a sadia resistência dos alunos batizou a nova disciplina” (CUNHA, 1991: 360-362).

⁶³ Por tratar-se de um recurso apenas no sentido de enriquecer a análise aqui presente, procedeu-se à leitura após escolha entre alguns livros que foram adotados nas escolas de Santarém: **Estudo de problemas brasileiros**, do Ten. Cel. Prof. Enjolas José de Castro Camargo; **Subsídios para as aulas e fundamentos de educação moral e cívica**, da Profa. Tereza Pacheco Rodrigues Velho; **Brasil: passado e presente – estudo de problemas brasileiros**, de Osmar Salles de Figueiredo; **OSP**: Organização Social e Política do Brasil, de Francisco Maria Pires Teixeira.

Antes de nos reportarmos às repercussões que as novas concepções de ensino e a legislação educacional dos governos militares produziram em Santarém, será dada sequência à apresentação do quadro evolutivo da educação no âmbito local, destacando-se as atividades desenvolvidas sob a influência da Igreja Católica. Em seguida, serão apresentados, de acordo com algumas temáticas selecionadas, as formas em que a política educacional dos governos militares se manifestou em Santarém.

3.2. A educação em Santarém, na década de 1960

Conforme já demonstrado no capítulo 2, o golpe de 1964 não correspondeu a uma modificação imediata na vida política, econômica e social do município de Santarém.

A presença dos governos militares, tanto no plano federal como no estadual, foi sendo sentida gradativamente, acentuando-se com o ato de afastamento do prefeito Elias Pinto e chegando ao ápice com a instalação da interventoria federal e o posterior decreto que colocou o município como área de interesse da segurança nacional.

Conseqüentemente, a educação também experimentou este processo lento e gradual de interferência. Dessa forma, ao longo da década de 60, os acontecimentos na área educacional podem ser vistos como continuidade de uma tendência que vinha sendo manifestada já a partir dos anos finais da década anterior, quando teve início a produção de ouro nos garimpos do Tapajós, gerando transformações no comércio e nas relações sociais e de trabalho em toda a região.

A prosperidade do comércio, de pequenas indústrias e o incremento de

atividades no setor de serviços, proporcionados pela garimpagem, aliados a outros fatores relacionados ao aperfeiçoamento da produção, transformaram rapidamente o quadro populacional do município de Santarém.

A alteração da composição populacional, decorrente daqueles fatores econômicos trazia, sem dúvida, novas necessidades e ao mesmo tempo forçava o poder público a buscar soluções, mesmo que precárias.

A escola passou a ser uma das novas necessidades, uma vez que as famílias, vindo do campo, procuravam uma ocupação para os filhos, antes destinados à lavoura. A escola, portanto, representava não apenas uma promessa de futuro melhor, mas também um espaço, considerado pelos pais como adequado para manter as crianças em atividade e sob vigilância, embora isso representasse uma despesa a mais, tanto no que diz respeito aos materiais escolares, como ao pagamento das taxas que eram estipuladas e cobradas a título de contribuição, através das denominadas caixas escolares.

Presente na legislação brasileira desde o Império, a gratuidade no ensino primário foi reafirmada nas Constituições republicanas. A de 1934, inclusive, em seu artigo 150, item b, já apontava para uma tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário. A Constituição de 1937, porém, deu margem para a cobrança de taxas, ao estabelecer em seu artigo 130, o seguinte teor:

“O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigido aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar, escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar” (CAMPOS e CARVALHO: 1991, 25).

A Constituição de 1946 afastou do ensino primário oficial a possibilidade de cobrança, inclusive para o ensino oficial ulterior ao primário, desde que fosse provada a falta ou insuficiência de recursos (Art. 168, inciso II). Na prática, porém, prevaleceu o texto da Carta de 1937. O pagamento da Caixa Escolar, por alunos e professores, foi regulamentado nas escolas da rede estadual do Pará, através de uma portaria publicada em 1965, nos seguintes termos:

“Art. 14 - No ato da matrícula o estudante do estabelecimento deve contribuir para a CAIXA ESCOLAR, com a importância correspondente a TRÊS POR CENTO do salário mínimo vigente na região, se é do ensino médio e MEIO POR CENTO, se é do ensino primário.

Parágrafo Único - O estudante transferido deverá pagar CINCO POR CENTO da transferência se é do ensino médio e UM POR CENTO se é do ensino primário.

Art. 15 - Os professores devem contribuir mensalmente para a CAIXA ESCOLAR com a importância nunca inferior a UM POR CENTO do salário mínimo vigente se é do ensino médio e MEIO POR CENTO se é do ensino primário.

Art. 16 - Estão isentos de contribuição para a CAIXA ESCOLAR, os alunos comprovadamente pobres, a critério da Diretora da CAIXA” (REGULAMENTO DAS CAIXAS ESCOLARES..., 1965: 2)

Mesmo os alunos que se encontravam na situação de isenção quase sempre faziam um esforço para efetuar o pagamento, evitando o constrangimento de ter que comprovar a própria pobreza.

Como não havia um repasse sistemático de recursos para as escolas públicas, a direção era levada a fazer outras cobranças, além da taxa que recebia no ato da matrícula.

Era comum a adoção de uma espécie de “carnê” para contribuições

mensais, além de outras formas de arrecadação que foram se disseminando, tais como: bingos, rifas, quermesses juninas, etc.⁶⁴

Essas práticas, no entanto, não impediam que as camadas pobres da população procurassem a escola, porque não havia outra alternativa. Acompanhando-se os noticiários divulgados pela imprensa local, notou-se já na década de 60, um grande aumento da demanda por escolas em Santarém, e também um significativo aumento no atendimento escolar (tabela 4)⁶⁵ por parte da rede pública oficial (estadual e municipal).

Tabela 4

**EXPANSÃO DO ENSINO DA REDE PÚBLICA OFICIAL
NA ZONA URBANA DE SANTARÉM (1960-1970)**

Ano	Modalidades de Ensino	N.º de Alunos Matriculados	População Do município	População urbana	% de atendimento (pop. urbana)
1960	Primário e Ginásial	1.868	92.144	24.498	7,62
1970	Primário e Ginásial	9.601	135.215	51.009	18,82

Fonte: Tabela elaborada com base em registros do Serviço de Estatística da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) e Setor de Estatística da Prefeitura Municipal de Santarém.

O aumento do atendimento escolar por parte da rede pública ao longo da década de 1960, não conseguiu acompanhar a demanda gerada com o intenso processo de migração da população rural para a área urbana e as novas necessidades que surgiram.

⁶⁴ A cobrança da CAIXA ESCOLAR continuou nas escolas primárias, mesmo após a efetivação da Lei 5.692/71, que estabelecia em seu artigo 44, a gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, dos 7 aos 14 anos.

⁶⁵ Não foi possível a elaboração de uma tabela contendo maior volume de dados uma vez que não há registros estatísticos na Secretaria Municipal de Educação e mesmo em órgãos de ensino do Estado que possam servir para um demonstrativo completo do crescimento na oferta do ensino em Santarém, através de uma série histórica, considerando-se as redes pública e particular e as zonas rural e urbana.

No ano de 1969, chegava a 1200 o número de alunos matriculados, somente no ensino primário, sem que houvesse salas de aula para atendê-los. Essa situação foi resolvida de forma paliativa, através da redistribuição de alunos e a criação do turno intermediário.

A pressão por vagas no ensino não se restringia ao primário, sendo que, no mesmo ano, cerca de mil alunos haviam feito a inscrição para o Exame de Admissão ao Ginásio, para um total de 700 vagas oferecidas nos únicos dois estabelecimentos oficiais (Álvaro Adolfo e Rodrigues dos Santos) que ministravam aquela modalidade de ensino.

Além do problema de falta de vagas, havia também o da falta de professores, principalmente para o ensino médio. O Curso Normal, visando a formação de professoras primárias, iniciado em 1939, ficou restrito até 1960 ao Colégio Santa Clara. Depois, passou a ser ofertado no Ginásio Normal São Raimundo Nonato, e mais tarde, no Colégio Álvaro Adolfo (os dois primeiros de caráter confessional e o último pertencente ao Estado).

3.3. A fase desenvolvimentista em Santarém e os reflexos para a educação

Após a intervenção federal e com a presença dos prefeitos nomeados, o Governo Federal teve uma maior preocupação em mostrar sinais de desenvolvimento em Santarém. A partir de investimentos constantes efetuados em boa parte da década de 70, intensificou-se o processo em que o grande capital passou a ser investido tanto no setor primário, para modernizá-lo, quanto nos setores secundário e terciário.

O período de maior pressão por vagas na rede pública de ensino ao longo

dos governos militares em Santarém coincide com a fase do milagre econômico brasileiro, quando foram executadas uma série de obras de infra-estrutura na cidade, proporcionando acentuada geração de empregos e atraindo grande número de pessoas, principalmente das cidades circunvizinhas.

O atendimento escolar, que já era deficitário, agravou-se, exigindo por vezes a adoção de medidas emergenciais. Havia, por exemplo, uma estimativa de que para o ano de 1973 pelo menos 3.800 alunos de 3ª e 4ª séries ficariam fora das escolas por falta de vagas. Em dezembro de 1972 foi criada uma comissão envolvendo representantes do Campus Avançado da Universidade Federal de Santa Catarina, 5ª Divisão de Ensino e Diretores de Estabelecimentos, na tentativa de solicitar das autoridades, principalmente na área estadual e federal, medidas mais eficientes, como a construção de novas escolas.

O Governo do Estado, a fim de amenizar o problema dos excedentes que estavam na faixa etária considerada de obrigatoriedade de atendimento pelo Poder Público, comprava vagas em escolas particulares. Em 1973, graças a essa alternativa, foram atendidos 200 excedentes, nos Colégios Santa Clara e Instituto Batista.

O grande aumento populacional registrado na cidade de Santarém, que em 1960 contava com 24.498 habitantes e em 1970 somava 51.009 habitantes, não encontrou o equivalente crescimento na rede de ensino, apesar de que na década de 70 foram construídas escolas estaduais de médio e grande porte, como: Almirante Soares Dutra, José de Alencar, Richard Hennington e Plácido de Castro (com média de 12 salas de aula).

Na década de 70, intensificou-se a inversão populacional da zona rural para a zona urbana. Em 1960, do total de 92.144 habitantes do município de Santarém,

apenas 24.498 residiam na zona urbana. No início dos anos 80, do total de 191.950 habitantes, 80.293 formavam a população rural enquanto a população urbana contava 111.657 habitantes (Tabela 5). O novo quadro populacional gerava novas demandas por serviços públicos como educação, saúde, transportes, saneamento.

Tabela 5
POPULAÇÃO DE SANTARÉM - ANOS 1960, 1970 e 1980

Ano	Pop. Urbana (Cidade)	Pop. Rural	Pop. Total do Município	% pop. urbana	% pop. rural
1960	24.498	67.646	92.144	26,59	73,41
1970	51.009	84.206	135.215	37,72	62,28
1980	111.657	80.293	191.950	58,17	41,83

Fontes: Censo Demográfico de 1960. IBGE, Série Regional, página 248. Censo Demográfico de 1970. IBGE, Série Regional, páginas 197 a 201. Censo Demográfico IBGE, Dados Distritais - PARÁ, páginas 10 e 11.

Levantamentos feitos por equipes do Projeto Rondon (ligados à Universidade Federal de Santa Catarina), no período 1978-79, em um dos bairros mais populosos da periferia da cidade (Bairro do Aeroporto), revelaram que a mortalidade infantil era de duzentos em cada grupo de mil crianças na faixa de zero a um ano de idade; 40% da população era analfabeta, um terço das crianças estava fora das escolas e apenas 9% dos alunos tinham acesso ao 2º grau (SAÚDE E EDUCAÇÃO..., 1981:2).

No que diz respeito ao número de alunos atendidos na zona urbana do município de Santarém, pelo sistema de ensino integrado pelas redes pública e particular, houve a seguinte situação evolutiva entre os anos de 1960 e 1980.

Tabela 6

EXPANSÃO DO ENSINO NA ZONA URBANA DE SANTARÉM: 1960-1980

Ano	Modalidades de Ensino ⁶⁶	N.º de Alunos Matriculados			Pop. Urbana	% da pop. urbana na escola
		Rede Pública	Rede Particular	Total		
1960	Primário e Ginásial	1.868 (45%)	2.308 (55%)	4.176	24.498	17,05
1980	1º Grau (1ª a 8ª Série)	21.209 (71%)	8.677 (29%)	29.886	111.657	27,76

Fonte: Tabela elaborada com base nos dados fornecidos pelo Serviço de Estatística da Secretaria de Estado de Educação do Pará (SEDUC) e Setor de Estatística da Secretaria Municipal de Educação.

Nota-se que, em 1960, a maioria dos alunos matriculados na zona urbana do município de Santarém (55%) encontrava-se na rede particular, que era formada basicamente por escolas confessionais, pertencentes a ordens religiosas da Igreja Católica. Os números referentes ao ano de 1980 indicam a presença de 71% do total dos estudantes da zona urbana em escolas públicas.

O ano de 1980 representa o ápice do período desenvolvimentista de Santarém e, por essa razão, constituiu importante indicador da situação educacional. A tabela a seguir apresenta informações quanto ao número de escolas existentes na zona urbana e na zona rural, com seus respectivos números de salas de aula, alunos e professores. Além disso, apresenta a distribuição das escolas por rede de ensino.

Tabela 7

SITUAÇÃO DA REDE DE ENSINO EM SANTARÉM - ANO 1980

MODALIDADE	CATEGORIA	Nº DE ESCOLAS		Nº DE SALAS		Nº. DE ALUNOS		Nº. DE PROF.	
		urbano	rural	urbano	rural	urbano	rural	urbano	rural
Pré 1º Grau	Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-
	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-
	Particular	5				2.021		-	-
1º Grau	Estadual	21	33			16.701	2.617	-	-
	Municipal	19	233	51	362	4.508	14.512	463	205
	Particular	5		123		8.677		121	
2º Grau	Estadual	1		21		2.442		36	
	Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-
	Particular	2	-	11	-	1.367	-	11	-
TOTAL		53	266	206	362	35.716	17.129	631	205

Fonte: Secretaria Estadual de Planejamento/Prefeitura Municipal de Santarém. Perfil Urbano, 1981.

⁶⁶ Considerando as modificações decorrentes da Lei 5.692/71, para estabelecer um parâmetro comparativo com o período precedente, utilizou-se a equivalência entre os antigos *curso primário e ginásial* com o ensino de *1º Grau*.

De acordo com os dados apresentados, nota-se que o ensino particular, já em 1980, se fazia mais presente no pré-escolar e no 2º grau, níveis de escolaridade que, diferentemente do primeiro grau, são marcados por uma mais acentuada presença de alunos provenientes das classes que têm um melhor padrão econômico.

A reforma do ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5.692/71), também contribuiu para a expansão do ensino, na medida em que, ao juntar os antigos cursos primário e ginásio, eliminou artificialmente um fator de estrangulamento na passagem de uma modalidade para outra, que ocorria através dos exames de admissão ao ginásio, e possibilitou a um maior número de estudantes prosseguirem nos estudos durante mais alguns anos, resultando no aumento da pressão por mais escolas.

Para o atendimento da demanda, foi necessária a ampliação no número de escolas. Mas a ampliação e o atendimento feitos não foi suficiente e nem adequado, gerando uma série de problemas como: excedentes, perda da qualidade do ensino pelo aumento do número de professores sem preparo para o exercício do magistério, escolas improvisadas, criação e expansão do turno intermediário.

A Lei 5.692/71 foi adotada em Santarém a partir de 1972 (1º grau) e de 1974 (2º grau). Entretanto, não chegou a ser objeto de uma discussão com os profissionais envolvidos no ensino, a fim de que pudesse ser minimamente entendida. Levando-se em conta a precariedade nos sistemas de comunicações, a difusão e efetivação da reforma do ensino aconteceram de forma muito lenta.

Para agravar o quadro, o baixo número de pessoas habilitadas para o exercício do magistério e a ausência de uma equipe de apoio técnico, praticamente inviabilizavam uma discussão sobre o conteúdo da lei.

Uma equipe formada pelas professoras Irene Mota, Olga Martins,

Risoneide Idaia e Terezinha Rodrigues chegou a ir a Belo Horizonte (MG) participar de um treinamento sobre a implantação da Lei 5.692/71, mas não conseguiu repassar as informações de forma a atingir o conjunto dos professores. Houve apenas um curso para as supervisoras de ensino, com duração de duas semanas, no período de 7 a 19 de junho de 1971 (antes mesmo que a Lei fosse aprovada), nas dependências da Escola São Francisco, curso este ministrado pelas professoras Maria Nemésia, Nely Bastos e Dulcilei da Cunha, enviadas pela Secretaria de Estado de Educação do Pará (JS, Edição 1502, de 26.06.71).

A instalação da 5ª Divisão Regional de Ensino de Santarém, em 1971, apesar da coincidência com o ano da aprovação da reforma do ensino, pouco contribuiu para que as mudanças previstas na lei pudessem ser assimiladas pelos professores. Até mesmo entre os dirigentes de escolas e os funcionários técnicos, havia mais dúvidas do que entendimento quanto ao texto da lei. Uma das maiores confusões foi quanto ao processo de avaliação e rendimento escolar, com a introdução dos estudos de recuperação e do percentual a ser distribuído entre a chamada avaliação quantitativa e a qualitativa.

Diretores e professores que atuaram na época revelam que, logo após a implantação da reforma, predominou o entendimento de que não poderia mais haver reprovação, sendo que a aprovação passou a acontecer de forma automática. Somente no ano seguinte, iniciaram-se os estudos de recuperação.

A avaliação resultou em outro grande problema de interpretação, por causa das modalidades qualitativas e quantitativa. Criou-se uma discussão sobre os percentuais a serem aplicados em cada um dos casos, dentro do entendimento de que tudo deveria ser medido e atribuído notas, inclusive fatores totalmente subjetivos como

promover o combate ao analfabetismo.⁶⁷

A criação do MEB e da Rádio Rural podem ser vistos, no plano local, como integrados no grande objetivo delineado a partir do início dos anos 60, para que “a população adulta tomasse parte ativa na vida política do país” (RIBEIRO, 1993: 171).

Em 1964, o bispo diocesano de Santarém, D. Tiago Ryan, participou de um encontro nacional de bispos com o propósito de desenvolver um trabalho na área de educação, similar ao que estava sendo realizado no nordeste. Contatou com um grupo de educadores ligados à Igreja e fundou o MEB em 23 de janeiro de 1965, organizando uma equipe sob a coordenação da professora Francisca do Rosário.

Como o bispo já havia conseguido a autorização, em 1960, para o funcionamento de uma emissora de rádio para auxiliar nas tarefas pastorais da prelazia, mas ainda não iniciara as atividades, aliou os dois fatores e a 25 de julho de 1964 foi inaugurada a Rádio Emissora de Educação Rural de Santarém, com dois terços da programação destinados às atividades do MEB, que funcionava no mesmo prédio. O MEB e a Rádio Rural, representaram de certa forma uma continuidade do trabalho realizado durante a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

⁶⁷ Algumas ações realizadas no nordeste podem ser consideradas precursoras do MEB, como as campanhas de educação de adultos através de escolas radiofônicas no Sistema Rádio Educativo Nacional - SIRENA, criadas pelo MEC em 1958 e atingindo em 1960, 47 emissoras. Em 20 de setembro de 1958, por iniciativa do bispo auxiliar de Natal (RN), D. Eugênio Sales, foi ministrada a primeira aula radiofônica através da Emissora de Educação Rural de Natal e, no ano seguinte, teve início o ciclo de escolas radiofônicas do nordeste, ampliando-se depois para a região norte. Em 1960 realizou-se em Aracaju o 1º Encontro de Educação de Base, promovido pela Representação Nacional de Emissoras Católicas - RENECA. Após contatos com o Presidente Jânio Quadros, a CNBB integrou os sistemas de aulas radiofônicas e, através do Decreto n.º 50.370, de 21.03.1961, era criado o MEB, para coordenar e executar todo o trabalho de educação realizado através do sistema de radiodifusão no país (GABLER, ALMEIDA e MAGALHÃES FILHO, 1996: 15-18).

As ações iniciais do MEB compreendiam: alfabetização de adultos, e eventualmente, de crianças; assessoramento a monitores e lideranças comunitárias; campanhas de saúde, melhoria sanitária, aproveitamento alimentar; e cursos de curta duração, com ênfase no aprimoramento das atividades profissionais do homem rural.

A direção local da Igreja sentia a necessidade de ampliar seus mecanismos de informação e de educação, fazendo-se mais presente nas diversas regiões do município, como estratégia para conter o avanço de outras denominações religiosas (GABLER, ALMEIDA e MAGALHÃES FILHO, 1996: 56)

Logo no primeiro ano de atividades foram atendidas 36 comunidades, envolvendo 1.036 alunos. No início dos anos 70 já eram atingidas 318 comunidades e o número de alunos ultrapassava dois mil (com a ampliação da potência da Rádio, as transmissões de aulas radiofônicas atingiam também os municípios de Monte Alegre, Prainha e Alenquer).

Tendo no rádio um poderoso instrumento estratégico disseminador de opinião e ampliador das ações planejadas, um meio mas não um fim no trabalho educativo, o MEB alcançou grande êxito junto à população rural. Desempenhou com notável competência a tarefa de alfabetização até por volta de 1970, quando começou a enfrentar sérias dificuldades financeiras.⁶⁸

A campanha de alfabetização, a instalação da Rádio Rural e do MEB, somadas às mudanças econômicas e demográficas, também constituem importante elemento para que se compreenda o aumento da demanda por escolas, por parte da

⁶⁸A CNBB, tendo que barganhar mais verbas junto ao Governo Federal, perdeu ainda mais a autonomia na gestão do MEB, já bastante limitada desde o golpe de 64. Com a redução de recursos obtidos de financiamentos estrangeiros, a CNBB solicitou e obteve apoio do Governo Federal para o MEB, mas teve que afastar toda a diretoria nacional, de maneira que a nova diretoria passou a ser integrada por pessoas cuja atuação era fortemente controlada pelo MEC, tendo à frente o Ministro Jarbas Passarinho.

população, tanto na cidade quanto no interior do município.

O trabalho dos supervisores⁶⁹, consistia em um levantamento do número de analfabetos, seguido de uma reunião de esclarecimento da proposta, escolha de um monitor (que deveria pertencer à comunidade e estar disposto a trabalhar sem remuneração). Somente após essas etapas, era dado início às atividades educacionais.

Algumas despesas os próprios participantes arcavam, como por exemplo a compra de pilhas para o rádio, querosene para o lampião ou lamparina e mesmo para a compra de materiais e equipamentos (como quadro negro, giz, pote para água, etc.). Os locais utilizados para os encontros, adaptados como sala de aula, geralmente eram os barracões anexos às igrejas.

As aulas, através do rádio, eram complementadas com as discussões grupais orientadas pelo monitor e que duravam cerca de uma hora, em torno das palavras geradoras, com a utilização da metodologia de Paulo Freire.

Os monitores eram responsáveis pela condução dos debates e, para isso, recebiam treinamentos, em que se familiarizavam mais com a metodologia e passavam a desenvolver uma ação questionadora e organizacional da comunidade. Em alguns casos, eram perseguidos por políticos, que se sentiam desprestigiados ou mesmo ameaçados diante da nova forma de pensar a relação entre governante/ governado, favor/obrigação, que era incutida através dos programas educativos levados ao ar pela Rádio Rural e nas discussões do grupo com os monitores.

O trabalho do MEB foi sendo gradualmente desativado, com o escasseamento de recursos provenientes do convênio com o Governo Federal. A

⁶⁹ Denominação que recebia aquele que desenvolvia o trabalho de educação de base nas comunidades rurais.

mudança de orientação nacional quanto à metodologia e à sistemática de trabalho resultou na perda de identidade do MEB, enquanto processo alternativo de educação popular. Por outro lado, o programa de alfabetização do governo - o MOBREAL - recebia todo o apoio necessário para ser efetivado.

Enquanto a década de 60 caracterizou-se pela expansão das atividades do MEB, os anos 70 corresponderam ao apogeu e ao declínio. Nos dois primeiros anos, foi o período áureo em termos quantitativos, bem como na maior articulação entre supervisores, monitores e lideranças comunitárias; mas a partir de 1973 iniciava-se o período de declínio.

Um dos grandes feitos do MEB foi o despertar para o processo de escolarização, não só dos adultos, mas também dos filhos deles.

Mesmo com grandes dificuldades, uma vez que as aulas eram à noite após um dia de exaustiva jornada de trabalho, muitos alunos foram alfabetizados, num período médio de 6 a 12 meses.⁷⁰

Quando da instalação da escola do distrito de Mojuí dos Campos, os egressos do MEB que foram submetidos ao exame classificatório, na maioria, foram aprovados para a 2ª série do 1º grau, sendo que alguns conseguiram aprovação para a 4ª série.

O trabalho do MEB em Santarém durante a década de 60 basicamente não foi alvo de repressão por parte do regime militar, porque não houve uma contestação mais direta ao regime, dado o nível de politização dos integrantes da equipe, assim como a orientação religiosa no sentido de evitar manifestações passíveis

⁷⁰ Não há registros estatísticos para que se possa apresentar dados mais precisos, uma vez que toda a documentação referente ao MEB, em Santarém, foi queimada no início dos anos 70 por um sociólogo que assumiu a coordenação local.

de confronto.

Mas o prosseguimento das atividades e a radicalização de alguns monitores e supervisores, que se lançaram em trabalhos mais conseqüentes de organização e luta por direitos (inclusive em questões agrárias), levou os setores mais influentes no campo político e econômico local, apoiados no fato de o município estar sob a condição de área de Segurança Nacional, a desenvolverem formas de retaliação às atividades da Rádio Rural, principal veículo de difusão das ações do MEB.

Pela necessidade de faturamento, dado ser uma emissora de natureza comercial, a programação foi sendo substancialmente alterada e o MEB perdendo espaço, até que as aulas radiofônicas foram encerradas e o processo de educação de base desmontado em seus alicerces.

A primeira coordenadora do MEB, Francisca do Rosário, cita o caso de um monitor que, angustiado diante das descobertas que fazia nas discussões do grupo, afirmou que “a maior raiva dele foi ter conhecido o MEB. Isso porque ele viu tanta coisa e não podia fazer nada, e se achava frustrado de ter aprendido a despertar para a realidade e na prática não poder empregar nada daquilo.”⁷¹

Quando o MEB atingia o auge de seus trabalhos em Santarém, em 1970, o Interventor Federal no município, capitão Elmano de Moura Melo, constituiu a Comissão Municipal do MOBREAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização, o programa criado pelo Governo Federal através da Lei nº 5.370, de 15 de dezembro de 1967 e que deveria, conforme WEREBE (1994: 228-229), propiciar-lhe as bases eleitorais, uma vez que saber escrever o nome era condição legal para que alguém pudesse atingir o conceito de cidadão, evidentemente que limitado ao fato de tornar-se

⁷¹ Francisca do Rosário. Professora, Enfermeira e Ex-Coordenadora do MEB em Santarém.

um eleitor.

Mas não havia somente o interesse político na criação do MOBRAL, também estava presente o interesse econômico.

“Se antes de 1964, por exemplo, o que motivava vários grupos a descobrirem meios de alfabetizar a população adulta era a convicção de que a alfabetização era um instrumento indispensável, mesmo que não suficiente, à participação ativa na vida política do país, após 1964, com o Mobral, é feita a vinculação imediata da alfabetização com a ‘participação’ na vida econômica’ ” (RIBEIRO, 1993: 192).

Essa vinculação ao econômico pode ser melhor entendida ao se considerar que uma pessoa alfabetizada apresenta um maior potencial de consumo (pode adquirir livros, revistas e uma série de materiais ligados ao processo de leitura e escrita, por exemplo) e também de produtividade, pois torna-se melhor capacitada no uso de certos equipamentos indispensáveis no processo de evolução tecnológica.

Isso também ajuda no entendimento da vultosa soma de recursos que o programa oficial de alfabetização passou a dispor. “Em 1974, a verba total do Mobral correspondia a 28% dos recursos da União, a mesma atribuída para os oito anos de ensino de primeiro grau”, conforme estudos realizados por Castro & Franco” (WEREBE, 1994: 230).

Ao longo do período de atuação do MOBRAL em Santarém, os resultados não indicam um trabalho eficiente do ponto de vista das necessidades da clientela atendida (Tabela 8). A exemplo do que ocorreu em âmbito nacional, os resultados alcançados não justificaram os gastos que foram efetuados com o programa e, muito menos, o desmanche que provocou no trabalho do MEB.

Tabela 8
MOBRAL - ALUNOS CONVENIADOS E ALFABETIZADOS: 1970 A 1976

ANO	SITUAÇÃO DO ALUNO	
	CONVENIADO	ALFABETIZADO
1970	733	254
1971	-	-
1972	415	303
1973	5.912	2.416
1974	2.000	743
1975	1.784	1025
1976	2.700	875
TOTAL	13.544	5.616

Fonte: Anuário Estatístico do Pará (1978: 281). IDESP/Belém-PA.

Mesmo não conseguindo alfabetizar sequer a metade dos alunos que ingressavam no programa, o MOBRAL continuou atuando e recebendo verbas públicas através do Governo Federal. Em 1978 contava com um total de 67 postos: 14 na zona urbana, com 300 alunos, e 53 na zona rural, com 1.200 alunos, abrigando um total de 163 alfabetizadores.

Em 1982, foi realizado treinamento para 38 monitores atuarem no ensino pré-escolar, cujas aulas iniciaram em 17 de maio, atendendo 1.050 crianças. O Mobral passava então a oferecer os seguintes programas: alfabetização de adultos, educação integrada (com equivalência de 1ª a 4ª série), educação para o trabalho, ação cultural e educação pré-escolar. Em 1985 havia 48 classes na zona rural e 7 na zona urbana, onde atuavam 55 alfabetizadores, atendendo a 1200 alunos.

Os dados, embora não correspondam a todo o período de atuação do MOBRAL em Santarém, permitem que se diga que o programa de alfabetização do governo resultou em um grande fracasso, não se diferenciando do que aconteceu em âmbito nacional. Como mostra Luiz Antônio Cunha:

“... os dados estatísticos escondiam as elevadíssimas taxas de evasão, e os métodos pedagógicos eram inadequados aos analfabetos visados. Apenas 15% dos alunos do MOBRAL chegavam ao fim do curso de alfabetização, e

a quantidade deles que regrediam ao estado anterior era muito alta, qualquer que fosse o método de estimativa” (CUNHA, 1991: 284).

Apesar disso, foi grande o número dos que obtiveram “diploma” de alfabetizado fornecido pelo MOBRAL, pois os monitores eram pagos em função do número de alfabetizados que apresentavam.

Mesmo com todas as críticas (especialmente quando da abertura política realizada pelos últimos governos militares e a conseqüente volta do exílio de vários educadores), o MOBRAL sobreviveu até o advento da Nova República, inicialmente passando a ser denominado Fundação Educar, até que foi extinto em 1990.

3.5. O ensino “profissionalizante”

A preocupação genérica, embora ainda tímida, com o binômio educação-trabalho, pode ser notada já na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961) que, em seu artigo primeiro, propunha como objetivo o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos.

A Lei 5.692/71 foi mais além - embora resultando em fracasso - ao tentar incorporar o binômio educação-trabalho desde as primeiras séries do 1º grau, culminando na obrigatoriedade de profissionalização no ensino de 2º grau.

Uma vez que as determinações contidas na Lei deveriam ser aplicadas em todo o território nacional, o impacto da novidade ganhou dimensões diferenciadas nas regiões, conforme o desenvolvimento industrial em que se encontravam. Em

Santarém, devido a instalação de algumas pequenas indústrias, a proposta de profissionalização foi recebida inicialmente com entusiasmo, como expressam as notícias publicadas nos jornais da época.

No ensino de 1º grau, a Escola Plácido de Castro constituiu o modelo mais acabado da intenção de ensino profissionalizante em Santarém. A escola resultou da ação desenvolvida pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEM, criado pelo Decreto n.º 63.914, de 26.12.68, quando da gestão Tarso Dutra no MEC, mediante convênio com duração prevista para 15 anos (até 1982) com a USAID.

Na época o ensino médio abrangia dois ciclos: o ginásio e o colégio. O PREMEM ficou responsável pelo ginásio, enquanto que o PRODEM (Programa de Desenvolvimento do Ensino Médio), atuava com o ensino colegial. Os dois fundiram-se na sigla PREMEM, que inicialmente atendeu aos Estados da Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, com a meta de construir até o ano de 1972 um total de 272 ginásios dotados de salas de aulas comuns, laboratórios, duas oficinas (para artes industriais e técnicas agrícolas) e salas ambiente (para técnicas comerciais e educação para o lar). Depois, expandiu-se para outros Estados. No Pará, foi instituído no ano de 1971.

O PREMEM visava à preparação de recursos humanos para as áreas básicas vocacionais (artes industriais, técnicas agrícolas, técnicas comerciais e educação para o lar) oferecidas nas escolas do programa. No Pará, inicialmente foi estruturado o Centro de Educação Técnica da Amazônia - CETEAM (abrangendo toda a Amazônia Legal), de onde saiu a primeira turma formada no final de 1971. O passo seguinte foi a instalação dos ginásios (em Belém, Altamira e Santarém), com o objetivo de sondar as aptidões dos alunos e orientá-los para o trabalho imediato ou para cursar o 2º grau

técnico na área de maior afinidade.

A Escola Plácido de Castro, inaugurada a 8 de março de 1974, iniciou suas atividades com turmas de 5ª a 8ª séries, tendo alunos oriundos de vários bairros da cidade e professores trabalhando 8 horas em regime de dedicação exclusiva, contratados após participarem em Belém, de um curso equivalente a licenciatura curta, realizado através de convênio entre a Universidade Federal do Pará e o Ministério da Educação e Cultura.

Nos estabelecimentos de ensino sob a orientação do PREMEX, como a Escola Plácido de Castro, na 5ª e 6ª séries eram oferecidas as quatro disciplinas vocacionais e nas séries seguintes (7ª e 8ª) os alunos faziam a opção por uma delas.

A escola dispunha de equipamentos e pessoal qualificado, ao contrário das outras não pertencentes ao projeto, mas que também precisavam oferecer aquelas disciplinas. Mesmo assim, não escapou do fracasso, sentido principalmente após a Lei 7.044/82, que reformulou o currículo, extinguindo as artes práticas e modificando a idéia de qualificação para tão somente a preparação para o trabalho. A maioria dos equipamentos se deteriorou por falta de recursos para a manutenção, ou entrou em completo estado de obsolescência diante das inovações tecnológicas.

O exemplo da Escola Plácido de Castro é ilustrativo quanto ao problema causado pela pretendida profissionalização contida na reforma do ensino, que sequer conseguiu sobreviver em uma escola preparada para aquela finalidade. A descontinuidade do trabalho demonstra o resultado desastroso de uma determinação legal que não encontrava suporte pedagógico, instrumental e nem mesmo recursos humanos em condições de desenvolver as novas modalidades de ensino criadas, especialmente a partir das últimas séries do 1º grau.

Semelhante problema também ocorreu no ensino de 2º grau. Em Santarém, por longos anos, a Escola Estadual Prof. Álvaro Adolfo da Silveira ⁷² constituiu-se no único estabelecimento público que oferecia aquela modalidade de ensino (oferecendo os cursos Técnicos em Magistério, Saúde, Comércio e Construção Civil).

Somente em 1981 foi inaugurada a Escola Felisbelo Jaguar Sussuarana (com os cursos Técnicos de Administração e de Contabilidade) e, em 1984, a Escola Rodrigues dos Santos, que já oferecia o 1º grau, também passava a ser de 2º grau, com o Curso Técnico em Contabilidade.

Além dessas escolas públicas, todas pertencentes à rede estadual de ensino, os outros estabelecimentos que ofereciam o ensino de 2º grau eram particulares confessionais (Dom Amando e Santa Clara), e não implantaram cursos técnicos, mantendo o caráter propedêutico do antigo Curso Secundário.

O pronunciamento de um Vereador do PDS, revelava a descrença para com o aprendizado dos alunos do ensino de 2º grau, nas escolas públicas em Santarém, ao afirmar: “Os alunos que concluem o segundo grau, nos estabelecimentos da rede oficial, não sabem sequer fazer uma redação de média qualidade” (ENSINO DE SEGUNDO GRAU... 1984: 3).

⁷² As aulas do Álvaro Adolfo tiveram início antes mesmo da construção do prédio, a 01.05.1962, nas dependências do Grupo Escolar Frei Ambrósio, onde era ofertado o ensino secundário (sendo a primeira escola pública em Santarém nesse ramo de ensino). Quando do golpe militar, a construção estava paralisada e o Governador nomeado, Coronel Jarbas Passarinho, assumiu como compromisso e bandeira política em prol do regime militar, a conclusão das obras. Em 1966, no governo Alacid Nunes, a escola passou a funcionar em dependências próprias. Foi ampliada em 1969, passando a atender um total de 3 mil alunos.

Uma das conseqüências desastrosas da reforma do ensino, instituída pela Lei 5.692/71, foi a de ter praticamente aniquilado com as velhas escolas técnicas, algumas até com bom desempenho, à medida em que as igualou a outras que nem sequer tinham condições para funcionar, assim como ao transformar a formação do magistério em simples habilitação de 2º grau.

Os problemas foram de tal ordem que, no início da década de 80, as autoridades educacionais foram obrigadas a alterar a legislação, desistindo da profissionalização obrigatória a que estavam submetendo as escolas de grau médio. Através da Lei 7.044/82 foi substituída a expressão *qualificação para o trabalho* por uma outra de natureza mais amena: *preparação para o trabalho*, apresentada como alternativa para que as escolas tivessem uma maior abertura quanto à formação geral do aluno.

Para a professora Rosilda Wanghan, que até 1975 acumulou a função de diretora da 5ª Divisão Regional de Ensino e Coordenadora do Setor de Educação da Prefeitura Municipal, a reforma sequer foi implantada em Santarém, pois “ninguém saiu profissional em nada.”⁷³ Esse tipo de entendimento, além de revelar o fracasso da reforma, revela também que havia uma expectativa positiva quanto a ela, de maneira que o motivo pelo qual ninguém se profissionalizou foi atribuído ao fato de a reforma não ter sido adequadamente implantada.

A distância entre o desejado e o realizado pode-se compreender na medida em que se identificam os propósitos da reforma 5.692/71: “selecionar apenas os mais capazes para a Universidade, dar ocupação aos menos capazes e, ao mesmo tempo, conter a demanda de educação superior em limites mais estreitos” (ROMANELLI,

⁷³ Rosilda Wanghon. Professora. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

1993: 235).

Sem que as escolas públicas pudessem atender adequadamente a anunciada profissionalização, restava àqueles que eram incentivados a buscar um melhor preparo para o exercício imediato de uma profissão, ou mesmo aprimoramento nas atividades que já exerciam, freqüentar as instituições que podiam melhor atendê-los, tais como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial -SENAI, o Serviço Social da Indústria -SESI e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial -SENAC.

Essas entidades, voltadas para o atendimento dos empregados nos setores de indústria, comércio e serviços, foram instaladas em Santarém como decorrência do impulso desenvolvimentista da década de 70. Primeiro foi o Serviço SESI (1973), depois o SENAI (1975) e, por último, o SENAC (1979).

O surgimento dessas instituições no Brasil deu-se na década de 40. Visando preparar a mão-de-obra que a expansão industrial exigia, o governo recorreu à criação de um sistema de ensino paralelo ao sistema oficial, organizado em convênio com as indústrias e através de seu órgão máximo de representação - A Confederação Nacional das Indústrias. O Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, criava, então, o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários, mais tarde Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), destinado a organizar e administrar escolas de aprendizagem industrial em todo o país. Através do Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, era criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comércio. O Serviço Social da Indústria (SESI), foi criado nacionalmente pelo Conselho Nacional da Indústria, em 01.06.1946 (ROMANELLI, 1993: 166).

Essas três instituições, desde que foram instaladas em Santarém,

passaram a ter uma atuação permanente no campo da educação. O SESI organizou uma escola de 1º grau (1ª a 4ª séries), passando depois a atender também o pré-escolar. O SENAI, desenvolvendo cursos de qualificação profissional (com duração de 4 semestres, totalizando 1600 horas, nas especialidades de: mecânica geral, eletricidade geral e marcenaria/carpintaria, atendendo a faixa etária de 14 a 16 anos), e cursos de aperfeiçoamento profissional (com duração de 100 a 200 horas, destinados a adultos). O SENAC com diversos cursos de curta duração, voltados para o aprimoramento do desempenho das atividades dos comerciários.

Até o final do primeiro semestre de 1985 o SENAI havia atendido a um total de 2.338 alunos. Quanto ao SENAC, atendeu até o ano de 1985 um total de 4.517 usuários, em cursos destinados ao treinamento de habilidades, aperfeiçoamento técnico-profissional e orientação-formação de mão-de-obra para o setor de comércio e serviços.

3.6. O ensino superior

Essa modalidade de ensino foi extremamente deficitária em Santarém ao longo dos governos militares. O que houve foi somente a oferta de cursos destinados à formação de professores, mas de forma descontínua e insuficiente para atender às necessidades existentes.

Em dezembro de 1970, o Reitor da UFPA, Aloysio da Costa Chaves⁷⁴, instalou em Santarém, na Escola Álvaro Adolfo, um núcleo de ensino ligado ao Centro de Educação do Campus do Guamá, localizado em Belém.

⁷⁴ Aloysio Chaves, posteriormente, veio a ser Governador do Estado do Pará (1975-1979), eleito pela Assembleia Legislativa, mediante indicação da ARENA.

Foi a primeira experiência de interiorização da UFPA, cuja atuação era circunscrita à capital do Estado. No núcleo de Santarém passaram a funcionar, durante as férias escolares, cursos de licenciatura curta, com o objetivo de preparar os professores das matérias: Português, Matemática, Geografia, História, Ciências e Didática Geral.

Os cursos eram oferecidos apenas em períodos intervalares e exclusivos para quem já atuava na rede de ensino. Para fazer a inscrição, era necessário o candidato apresentar uma declaração do órgão local da SEDUC, constando a disciplina que lecionava ou a função técnica que exercia. Ingressaram nestas primeiras turmas, 123 alunos (sendo 23 do sexo masculino e 100 do sexo feminino).

As dificuldades para o estudante iam desde a ausência de biblioteca e de uma mínima infra-estrutura, até o fato de que as aulas eram realizadas durante a época das férias e em seguida os professores retornavam ao trabalho, sem nenhum período de descanso. Isso afastava novos pretendentes aos cursos, tanto que no ano seguinte, das 120 vagas que a Universidade ofereceu, apenas 67 candidatos inscreveram-se, sendo que destes, 4 solicitaram transferência para a capital do Estado.

O Núcleo de Educação de Santarém funcionou até o ano de 1976, quando foram formadas as primeiras turmas e somente em 1980 foi reaberto, com a oferta do curso de pedagogia, habilitação em supervisão escolar (licenciatura curta), e a licenciatura plena para as turmas que haviam concluído a licenciatura curta em 1976.

Além desses cursos que funcionaram de forma descontínua, a Universidade Federal do Pará, através de um convênio com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e a Prefeitura Municipal de Santarém, instalou o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, no ano de 1983, sendo o primeiro

a ter funcionamento em período regular e para o qual ofereceu 135 vagas, mas que também não teve continuidade. Os 83 concluintes (em 1987) foram os únicos alunos formados através do citado convênio.

Sem a existência de um projeto sistematizado e no qual fosse levado em conta as peculiaridades da região, a educação superior implementada em Santarém na década de 70 e durante boa parte dos anos 80, ficou à mercê da “boa vontade” dos dirigentes da UFPA e eventualmente dos governos estadual e municipal mais afinados com àquelas iniciativas.

O fracasso que ficou exposto através da baixa demanda pelos cursos de licenciatura ofertados na década de 70, ao invés de servir como indicativo para que fossem apuradas as verdadeiras causas do problema, resultou no arrefecimento da oferta, sob a alegação de que os estudantes santarenos não manifestavam interesse por estudos superiores e nem havia ainda número suficiente que justificasse a continuidade do investimento naquele setor.

O Ensino Superior Público só veio a se firmar em Santarém, a partir de 1987, com o Projeto de Interiorização da UFPA, quando esta instituição passou a oferecer de forma contínua e regular, através do Campus Universitário de Santarém, diversos cursos de graduação, inicialmente voltados exclusivamente para a formação de professores com licenciatura plena.

Quanto ao Ensino Superior Privado, o início deu-se em janeiro de 1985, com a instalação dos cursos de Administração e Ciências Contábeis no Instituto Santareno de Ensino Superior – ISES. Estes ampliaram-se em 1990, com os cursos de enfermagem e ciências biológicas através da Associação Superior do Médio Amazonas - AESMA. A junção das duas instituições deu origem às Faculdades Integradas do

Tapajós - FIT, em 1992.

Sem que recebessem maiores pressões, quer dos oficiais militares, quer dos segmentos políticos e econômicos mais influentes da cidade, muito embora houvesse um reclamo popular pela instalação de uma universidade ou de algum curso de nível superior, os governos militares, tanto na esfera federal quanto na estadual, não colocaram essa questão na agenda de realizações para o município de Santarém.

3.7. A educação em Santarém, no período 1969-1985: algumas reflexões a partir de dados quantitativos⁷⁵

As estatísticas educacionais de Santarém revelam uma significativa expansão no atendimento escolar público a partir da década de 1960. Também revelam uma crescente defasagem entre o atendimento e a demanda.

Este descompasso fica bastante evidenciado no *déficit* de atendimento escolar dentro da faixa etária prevista, no ano de 1985, em todas as modalidades de ensino.

A situação mais caótica era a do segundo grau, no qual o *déficit* chegava a praticamente 90%. A tabela 9 fornece a dimensão da problemática do atendimento escolar em Santarém, gerada a partir da acentuada procura por escolas, verificada notadamente após os anos 60. Demonstra, também, a ineficiência dos governos em atender a demanda.

⁷⁵ Devido à impossibilidade (pela ausência de estatísticas educacionais completas) de apresentar um quadro geral da educação no período, foram organizadas algumas tabelas, a partir das informações obtidas junto a diversas fontes consultadas.

Tabela 9

SANTARÉM - ATENDIMENTO ESCOLAR: 1985

nível de ensino	população escolarizável na faixa etária	mat. inicial na faixa etária	mat. inicial fora da faixa etária	total de matrículas	% taxa de atendimento (na faixa etária) ⁷⁶	déficit %
pré	15.140	1.566	1.384	2.950	10,04	89,66
1 grau	55.454	48.388	8.745	57.133	87,26	12,74
2 grau	27.450	3.052	1.895	4.947	11,12	88,88
TOTAL	98.044	53.006	12.024	65.030	54,06	45,94

Fonte: Estatísticas Educacionais do Pará (1985-1990). SEDUC/IDESP. Belém-1989, páginas 35/36.

Ao se considerar a faixa etária da obrigatoriedade de atendimento escolar por parte do poder público (7 aos 14 anos), pode-se afirmar que em 1985 os filhos das famílias mais pobres mal conseguiram ingressar no ensino fundamental. A necessidade de atuar no mercado de trabalho e os custos com o ensino são alguns dos fatores responsáveis pela pouca presença dos integrantes das camadas populares no sistema educacional.

Um estudo realizado por VALENTE (1990) em escolas da rede pública no município de Santarém, no ano de 1980, demonstra a ocorrência de níveis elevados de insucesso escolar, tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Os índices de insucesso (tais como repetência e evasão), atestam que os freqüentadores dessas escolas reúnem poucas condições de atingir estudos mais elevados.

⁷⁶ Faixa etária correspondente: pré (5-6 anos); 1 grau (7-14 anos); 2 grau (15-19 anos).

Tabela 10
INSUCESSO ESCOLAR NO ENSINO DE 1º GRAU NA REDE PÚBLICA -
SANTARÉM: 1980
(em números percentuais)

ZONA REGIÃO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	1ª a 4ª SÉRIE			5ª a 8ª SÉRIE		
	TAXA DE EVASÃO IMEDIATA	TAXA DE REPROVAÇÃO	INSUCESSO	TAXA DE EVASÃO IMEDIATA	TAXA DE REPROVAÇÃO	INSUCESSO
ZONA URBANA	12,50	25,39	37,89	16,48	42,39	58,87
ZONA RURAL	12,86	20,60	33,46	18,30	35,61	53,91
Arapuins *	5,28	26,50	31,78			
Arapixuna *	7,77	15,52	23,29			
Colônia	15,92	22,52	38,44	18,30	35,61	53,91
Lago Grande	10,54	13,43	23,97			
Tapajós	8,50	23,84	32,34			
Várzea *	15,05	16,46	31,51			

Fonte: Adaptada de VALENTE, 1990. Anexo: Tabelas 35 e 37.

Obs. 1: Nas localidades indicadas por asterisco (*) havia somente escolas municipais.

Obs. 2: O ensino de 5ª a 8ª série, em 1980, era ofertado somente na zona urbana do município, com exceção da região da Colônia, onde havia a 5ª série. Somente a partir do ano de 1985 que o ensino de 5ª a 8ª séries começou a ser difundido no interior do município.

Essa situação de exclusão que atingiu enorme contingente de alunos pobres (o chamado fracasso escolar), é sintomática do funcionamento precário das escolas, nas quais era comum a ocorrência de classes multisseriadas; falta de materiais elementares como giz, lousa e carteiras; baixa remuneração e acentuada presença de professores leigos.

Mas esses e outros problemas, eram tratados como se o sistema oficial de ensino não tivesse nenhuma responsabilidade para com eles. Não raras vezes professores, estudantes e até os pais eram responsabilizados diretamente pelo fracasso educacional. Quando as estatísticas começavam a incomodar e a atrapalhar os discursos políticos, eram providenciadas “soluções” para ocultar ou dissimular os números indesejáveis.

Como havia um crescente aumento no número de estudantes fora de sala de aula, principalmente a partir da quinta série, assim como um elevado índice de

evasão e repetência, era preciso fazer frente àquela situação, que de alguma forma comprometia a imagem dos governos. Em meados da década de 80, foi adotada uma “solução” que produzia melhores resultados, pelo menos nos índices estatísticos: o ensino supletivo. Essa modalidade de ensino, rapidamente, se disseminou na rede estadual de ensino (conforme se observa na tabela 11) e depois na rede municipal.

Com a junção de duas séries para serem cursadas no mesmo ano, ficava garantido o atendimento a um maior número de alunos, sem que fosse necessária a construção de novas salas de aula. Os conteúdos, condensados e repassados sem muita profundidade, também contribuíam para aumentar os índices de aprovação, pois o sistema de apuração do resultado final nessa modalidade era diferente do ensino regular. Para que o aluno fosse aprovado no supletivo bastava que tivesse uma média simples de 5,0 pontos ao longo do ano.

Tabela 11
EXPANSÃO DO ENSINO SUPLETIVO EM SANTARÉM - ESCOLAS DA REDE ESTADUAL

UNIDADE ESCOLAR	1982	1983	1984	1985
Almirante Soares Dutra	x		x	x
Barão do Tapajós		x	x	x
Belo de Carvalho		x	x	x
Ezeriel Mônico de Matos			x	x
Frei Ambrósio	x	x	x	x
Frei Othmar	x	x	x	x
José de Alencar	x	x	x	x
Madre Imaculada	x	x	x	x
Moraes Sarmento	x	x	x	x
Maria Uchôa Marques				x
Nossa Senhora Aparecida	x	x	x	x
Plácido de Castro			x	x
Pedro Alvares Cabral			x	x
Richard Henmington			x	x

Fonte: Núcleo Avançado de Estudo Supletivo (NAES)

Houve muita variação quanto aos recursos destinados à educação, pela Prefeitura Municipal, no período em que Santarém esteve na condição de área de

interesse da Segurança Nacional⁷⁷. Os prefeitos nomeados não adotavam uma política uniforme de aplicação dos recursos públicos e praticamente não eram fiscalizados pelo Legislativo, muito menos pela população.

Assim, enquanto Everaldo Martins (1971-1974) gastou com educação em média 20% do orçamento municipal, Paulo Lisboa (1975-1978) ampliou um pouco esse percentual nos dois primeiros anos de governo (22%), mas diminuiu para 15,86% em 1978, último ano de sua administração. Os maiores índices foram aplicados pelo Prefeito Antônio Guerreiro (1978-1981), atingindo 35,04% em 1980.

Ronan Liberal, o último prefeito nomeado pelo Governo Federal, destinou 28,51% do orçamento anual do município para o setor de educação, no período em que esteve à frente da Prefeitura (1981-1985).

Embora o percentual destinado para a educação não sirva para identificar a forma como foi efetivamente aplicado, nota-se que somente no ano de 1980 o percentual foi significativo. Nos demais anos, esteve próximo ou mesmo abaixo do que já recomendava a Constituição de 1946 (nunca menos de 20% dos recursos provenientes dos impostos arrecadados no município).

O volume de recursos que oficialmente aparecem como destinados à educação, conforme consta nos Orçamentos da Prefeitura Municipal de Santarém no período 1970-1985, assim como o montante que foi destinado ao setor educacional por parte do Governo do Estado, não significa necessariamente que tenham chegado ao destino final, muito menos que a aplicação tenha sido efetuada na solução dos problemas mais prementes.

⁷⁷A reforma constitucional de 1969 proibiu qualquer vinculação entre receita de impostos e despesa (a vinculação só seria reintroduzida no texto constitucional em dezembro de 1983, através da Emenda Calmon, que foi regulamentada somente em 1985). Assim, os prefeitos ficavam à vontade para distribuir a receita do município entre os vários setores da administração.

É costume dos governos atribuir como despesas diretas para com a educação, desde a construção de escolas até a melhoria efetuada em vias públicas que ficam localizadas próximas ao estabelecimento de ensino. Termina sendo muito pouco o que é efetivamente gasto no sentido da melhoria da qualidade do ensino, incluindo-se a compra de material didático até mesmo de material de expediente para que as escolas possam funcionar normalmente.

Quando o município de Santarém deixou de ser área de interesse da segurança nacional, praticamente cessaram os investimentos federais. O governo estadual (eleito em 1982) e municipal (eleito em 1984), ambos do PMDB, ao assumirem os mandatos, respectivamente em 1983 e 1985, tiveram que administrar um sistema público de ensino que, embora não atendendo às necessidades da população, era suficientemente grande para comportar problemas de vários níveis, tais como:

- insuficiência e precariedade dos prédios escolares para atender à demanda;
- carência de equipamentos e material didático;
- insuficiência e dificuldade na distribuição da merenda escolar;
- elevado índice de professores leigos, de repetência e evasão de alunos;

Em suma, os planos, projetos, e a realização da política educacional ao longo do período em que o município de Santarém esteve na condição de área de interesse da segurança nacional, vistos a partir de dados quantitativos, podem impressionar à primeira vista pela grandeza que representam se comparados com as décadas anteriores. Contudo, a partir do entendimento das transformações econômicas e sociais do município, nota-se que foi um crescimento irrisório, portanto, incapaz de assegurar a escolarização com a mesma intensidade com que foram assegurados os benefícios ao grande capital.

3.8. O legado dos governos militares para a educação em Santarém

Além dos mecanismos de controle sobre a população, sob o Estado de Segurança Nacional, outros meios serviram de maneira aberta ou velada para assegurar ao regime militar uma sustentação ideológica, como por exemplo a educação oficial ministrada nos estabelecimentos públicos e também na rede privada.

Pode parecer exagerado afirmar que a escola possua todo este poder, mas é inegável que ela representa um espaço privilegiado para o surgimento, discussão e divulgação de idéias e conhecimentos. Contudo, tradicionalmente, ela tem uma característica acentuada de reprodução e não de criação; por isso mesmo, termina pesando mais o caráter de mantenedora dos papéis sociais, difundidos em um determinado momento histórico, porque o “produto final” vai depender, em grande parte, das injunções conjunturais e ideológicas e dos fatores econômicos que estejam orientando a política educacional.

Em conformidade com a ideologia contida na DSN desenvolvida pela ESG, a partir da definição de um inimigo interno a ser derrotado na guerra permanente contra o comunismo, durante os governos militares assistiu-se ao aperfeiçoamento dos métodos repressivos. Como essa ideologia servia de fio condutor para a ação dos militares, a educação institucionalizada foi ajustada aos novos rumos do país, distanciando-se ainda mais dos problemas sociais que afligiam a maioria da população e convertendo-se em meio para o atingimento dos objetivos propagados na Doutrina de Segurança Nacional.

Conforme já destacado, disciplinas como Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudo de Problemas Brasileiros, foram

especialmente introduzidas nos currículos escolares para auxiliar na inculcação ideológica oficial, enaltecendo os feitos dos governos militares e fazendo a propaganda de um tipo de democracia compatível com a situação vigente. Ao mesmo tempo em que pregavam o civismo, o amor à Pátria e o respeito às autoridades, apresentavam as Forças Armadas como parte dos grandes princípios e aspirações da humanidade, figurando ao lado de outros como Pátria, Deus, Democracia, Propriedade e Família.

De um modo geral, o conteúdo ministrado nos estabelecimentos de ensino era impregnado de valores e informações que faziam a apologia ao regime militar. Pouca crítica a esse conteúdo era feita, uma vez que direta ou indiretamente sofria o rigoroso controle dos órgãos de censura, assim como eram censuradas as publicações de livros didáticos e outras obras de natureza reflexiva, bem como as músicas e peças teatrais cujo conteúdo expressava algum indício que pudesse ser entendido como ofensivo ao regime.

Ao longo deste capítulo, destacou-se algumas formas em que a educação, através da escola, contribuiu para alimentar os discursos favoráveis aos governos militares em Santarém, onde o incipiente nível de organização e resistência tornava o terreno mais fértil para a aceitação da ideologia desenvolvimentista e anti-comunista.

Um artigo escrito por um aluno do curso colegial do Dom Amando, em 1967, revela a característica conservadora de sua formação, ao afirmar que “Certas leituras devem ser vetadas de modo terminante porque o jovem ainda não tem capacidade de resistir as más influências contidas nas publicações que lhe chegam as mãos” (CASTRO: 1967: 2).

Esse tipo de entendimento era bem ao estilo do discurso oficial, justificando a censura imposta a publicações, músicas, peças teatrais e outras formas de

manifestação do pensamento que pudessem aguçar a crítica e o debate.

Também era comum a realização de palestras e comemorações relativas ao dia 31 de março de 64, especialmente no âmbito das escolas. Quando não resultava de iniciativas dos próprios estabelecimentos, era “recomendada” pelos órgãos oficiais de ensino, como consta da Portaria nº 195/70, da Fundação Educacional do Estado do Pará, sob a alegação de despertar no educando “o culto à Pátria”.

Da mesma forma, os desfiles comemorativos à Semana da Pátria, no mês de setembro, revestiam-se de um caráter cívico-militar, com predomínio da exaltação do papel das Forças Armadas no desenvolvimento do país e na manutenção da ordem. As escolas geralmente apresentavam crianças trajando uniformes militares e portando faixas com dizeres que expressavam um sentimento de aprovação ao regime militar.

É certo que em alguns casos esse tipo de atitude revelava até uma maneira de dizer que não fazia parte de grupos de oposição, evidenciando uma outra forma de controle que se estabeleceu, que foi o medo, originado de ações reais ou presumíveis.

Um dos casos relatados por pessoas entrevistadas, foi o da diretora da Escola São José, irmã Firmina, que havia chegado a Santarém praticamente fugida do nordeste, pois teve informações de que seu nome já constava da lista dos que iam ser torturados.

“Para passar uma outra impressão, mobilizava a escola toda em atividades cívicas ao longo do mês de setembro. Ainda era produzido um relatório “pra saber que aqui a gente respeitava mesmo, era muito medo.”⁷⁸

⁷⁸ Rita Shade Buchale. Professora. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

Nos arquivos da secretaria da Escola Álvaro Adolfo encontra-se o Ofício n.º 53/70, de 27.04.1970, expedido pelo diretor daquele estabelecimento de ensino e dirigido ao representante regional do SNI, solicitando informações quanto à existência de algum impedimento para os professores que lecionariam a disciplina Educação Moral e Cívica.⁷⁹

A resposta foi dada através do Ofício de n.º 109, expedido pelo Gen. R/1 Mário Aldo Couto da Gama, Chefe do NABE/SNI, no qual informava Nada Consta, portanto, dando o aval para que os professores pudessem lecionar a disciplina. O Ofício citado, além do carimbo CONFIDENCIAL, possuía um outro onde constava “O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTE DOCUMENTO (Art. 62-Dec. n.º 60.417/67 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)”. Somente após a resposta fornecida pelo SNI, o diretor da escola, através de outro ofício (n.º 140/70, em 26/08/70), dirigia-se ao Inspetor Seccional do Ensino Secundário de Belém para solicitar a habilitação dos professores.

Consta também um encaminhamento a título de informação, feito pelo diretor daquele estabelecimento de ensino, para a Delegacia da Polícia Federal em Santarém, “sobre o derrame de panfletos em uma das turmas” ocorrido na noite de 03.06.74 e tendo como responsável o aluno Oti da Silva Santos, da 3ª série do Curso Colegial (Ciências Humanas).

No documento (Ofício n.º 57/74) era explicado que fora adotada como medida preliminar, o afastamento do aluno até um pronunciamento da Fundação Educacional do Estado do Pará, órgão a que estava subordinado o estabelecimento, e

⁷⁹ A consulta, feita pelo diretor Francisco de Assis Gonçalves Pereira, era referente aos professores: Antônio Santos Pereira, Eneide Pereira Machado, Onésima Pereira de Barros, Rosa Maria Alves de Luna, e o próprio diretor da escola.

que esperava “após a devida análise do panfleto... [a Polícia Federal] orientar esta direção das medidas punitivas cabíveis ao aluno”.

Todas as formas de vigilância contra quaisquer tentativas de “subversão”, exerceram uma influência muito forte na formação, especialmente da juventude, impedida do livre exercício da contestação e do debate em torno das questões políticas. Conforme o entendimento dos militares, constituíam atos subversivos as manifestações de natureza política que não estivessem devidamente sintonizadas com os “objetivos nacionais”.

As conseqüências, embora possam ter sido maiores na fase mais dura do regime militar, não se limitaram àquele período. Elas permanecem de alguma forma presentes até hoje, principalmente no discurso saudosista dos que não conseguem ou não querem compreender o preço que foi pago pelo desenvolvimento gerado após o golpe de 1964. Como declarou um dos entrevistados,

“A Segurança Nacional, essa doutrina que ainda hoje tá na cabeça de muito militar e na cabeça de muito civil, ela foi tão forte, tão dura, que eu fico triste quando ainda eu ouço civis, gente simples e alguns de melhores condições de vida, elogiarem e terem saudades do tempo dos militares. E pra mim isso é fruto de uma doutrinação. Quer dizer, ela teve seus efeitos, que ainda dura até hoje.”⁸⁰

No que pese o crescimento do número de escolas e de alunos atendidos pelo sistema oficial de ensino, o regime militar (através do Governo Federal, governo Estadual e Prefeitos Nomeados) deixou como marca uma série de problemas. Uma matéria publicada em 1978, em um jornal de circulação local, revela que já naquela altura a situação do ensino em Santarém estava bastante crítica.

⁸⁰ Edilberto Sena. Padre Diocesano. Entrevista realizada em Santarém, junho de 1997.

“Se a situação da educação no Brasil é precária, em Santarém ela é desastrosa. Nunca se comentou e se constatou, como hoje, o baixo nível do ensino ministrado em nossas escolas, com destaque para as escolas públicas. As causas são muitas, porém, existe uma delas que é determinante - é a questão salarial dos professores.

Quando as oportunidades de emprego na cidade eram infinitamente mais reduzidas, ainda havia nos colégios professores de razoável e até respeitável preparo para o magistério. Com o tempo, as coisas foram mudando, a inflação cada vez mais acelerada a corroer os salários.

Bancos foram chegando com suas agências, empresas foram se instalando, concursos públicos foram se abrindo. E os mestres foram deixando as salas de aula por novos e melhor remunerados empregos.

A título de exemplo, antes da inauguração do novo aeroporto, abriu-se um concurso para administrador, com promessa salarial de seis mil cruzeiros. Exigia-se curso superior. Das dezenas de candidatos que se apresentaram, mais de 95 por cento constituía-se de professores com licenciatura curta, ávidos por largar os colégios. Isso leva a crer que aqueles que ainda não conseguiram um emprego melhor somente dão aulas por extrema necessidade. Não é, assim, por acaso, que os colégios estão repletos de pessoas sem a devida qualificação para o magistério, boa parte desses professores mal tendo concluído o curso médio. Quem perde? Os estudantes, a sociedade de modo geral cujo futuro não pode ser grandioso, se a geração atual está recebendo uma educação desqualificada.

Mas a questão salarial não resume todos os problemas do magistério. Há também a maneira como o Estado, tradicionalmente, trata os professores lotados na rede pública. A questão é antiga e a insegurança dela resultante tem levado muito bom mestre a largar a sala de aula ante a incerteza do dia de amanhã. Os professores do Estado vivem uma situação funcional inteiramente indefinida, pois, trabalhando para o Estado, não são funcionários públicos, e como trabalham para o Estado, muitos não têm carteira profissional assinada, não sendo, portanto, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho. Eles não têm direito à assistência do INPS e o IPASEP, cuja sede fica na capital, é inatingível para os mestres e suas famílias. Na verdade, os professores, que deveriam ser os guias dos adolescentes e da juventude, não passam de uma classe marginalizada dentro da sociedade.

Essa indefinição, CLT ou Estatuto do Funcionário Público, já motivou vários processos na Justiça do Trabalho. Timidamente, alguns mestres já recorreram e, sem exceção, todos ganharam a parada. Mas pagaram pela ousadia, sendo demitidos pelo governo do Estado. Num estrabismo aparentemente proposital, a Secretaria de Educação e a Fundação Educacional do Pará não cessam a lenga-lenga contra os mestres, afirmando ora que eles são CLT, ora que são estatutários. E os argumentos na Justiça do Trabalho são sempre os mesmos e os professores que recorreram sempre ganharam. Mas a regra das reclamações não tende a generalizar-se, pelo medo da demissão, compreensível num local onde as oportunidades de emprego são escassas. Então, os mestres preferem submeterem-se à exploração à possibilidade de vir a passar fome” (PROFESSORES: MEDO DA DEMISSÃO... 1978: 6).

Nota-se que são apontados vários problemas que afetavam o ensino, além da indefinição profissional a que estavam submetidos os professores do Estado. A matéria chama a atenção para o caso da desqualificação para o exercício do magistério, resultado da não oferta de cursos voltados para a formação de docentes em condições de atender o número de alunos que crescia a cada ano.

As alternativas encontradas para contornar problemas como esse eram sempre paliativas, como por exemplo a contratação de quem ainda estava cursando o 2º grau, para lecionar naquela modalidade de ensino.

Um documento entregue ao Governador Jäder Barbalho (em 1983), pelo movimento estudantil, dá a dimensão da herança deixada pelos governos militares no tocante à rede pública estadual de ensino em Santarém. Também fornece outros elementos para que se possa ter uma compreensão dos problemas mais comuns que eram sentidos pelos estudantes. O documento constava de vários pontos, sendo que na primeira parte eram apresentados os problemas e no final eram exigidas soluções para eles.

“1) Comercialização do ensino, usado como meio lucrativo. ‘A direção e os professores de várias escolas obrigam-nos a comprar livros, farda e outros materiais caros nas livrarias e lojas dificultando o acesso dos estudantes à escola’. A exigência é rígida de materiais escolares.

2) O conteúdo ‘é completamente desvinculado da realidade’ em que vivemos. Esse fato dificulta a assimilação do que é transmitido por não interessar aos estudantes;

3) Os estudantes que concluem o 1 grau ‘não têm condições de continuar os estudos’ de segundo grau por absoluta falta de vagas nas escolas de segundo grau existentes em Santarém, ficam distantes da periferia;

4) Dos estudantes que gostariam de estudar no período noturno é exigido carteira profissional assinada ‘como se tivesse emprego para todos’. Por causa disso muitos estudantes ficam impedidos de freqüentar as escolas no período da noite.

5) A ‘Zona rural é escassa de escolas de 1 e 2 graus’ o que impossibilita os jovens de continuarem seus estudos. Os trabalhadores rurais que pretendiam ver seus filhos estudando ‘são obrigados a abandonar seus trabalhos na terra e emigrar para a cidade’, aumentando o número de desempregados e a marginalização;

6) Há falta de professores ‘mais capacitados para ensinar’;

7) Os estudantes ‘são impedidos de se organizar livremente e fazer suas reivindicações’. Quando tentam se organizar são ameaçados de suspensão, transferência, etc...

8) As escolas e colégios “não oferecem condições adequadas para se estudar: falta bebedouros, sanitários funcionando, carteiras, as salas são escuras e sem ventilação;

9) Nas escolas de 1 grau ‘a merenda escolar deveria ser gratuita’. no entanto os alunos são forçados a pagar para terem a merenda;

10) Nas escolas de 2 grau, ‘há cantinas particulares’, favorecidas pelo colégio que exploram os estudantes com seus produtos;

11) Os professores ‘não explicam bem suas disciplinas’, criando cursos particulares, extorquindo dinheiro de seus alunos que deveriam ter direito ao ensino gratuito;

12) Falta de universidades com cursos diversos;

13) Colégios de 2 grau ‘com cursos incompletos’;

14) Falta de diálogo entre ‘corpo discente e docente’ (especialmente entre direção e aluno);

15) Os alunos não conhecem os regimentos internos dos colégios, sendo impedido de saberem seus direitos e deveres;

16) Há cursos de professores em período de aulas;

17) Matrícula do ensino de 2 grau com preço caríssimo.

Diante disso os estudantes de Santarém exigem as seguintes providências:

1) Universidade com cursos completos;

2) Mais escolas de 1º e 2º graus com acesso ao campo profissional;

3) Eliminação da exigência de carteira assinada para aluno do turno noturno;

4) Colégios com condições saudáveis como: carteira para sentar, bebedouros, sanitários, sala com ventilação e iluminação;

5) Que as matrículas nas escolas e colégios sejam mais baratas;

6) que haja participação dos alunos nas decisões internas dos colégios” (ESTUDANTES AVISTAM-SE..., 1983: 3)..

Não houve uma resposta formal do Governo do Estado ao documento que foi entregue pelos estudantes, mas algumas medidas que foram tomadas nos anos subseqüentes, demonstram que as reivindicações não só chegaram ao conhecimento das autoridades educacionais, como conseguiram gerar respostas no sentido da melhoria do ensino.

Uma das reclamações dos estudantes era quanto ao velho problema da cobrança de taxas nas escolas públicas. A situação havia chegado a um ponto abusivo em alguns estabelecimentos de ensino, mesmo que fosse justificada pela necessidade para fazer face às despesas.

Para sufocar a repercussão negativa que as cobranças estavam causando, a diretora da divisão regional de ensino, Professora Ivete Soares, determinou através do Ofício Circular nº 16, de 09 de abril de 1984, a proibição de uma série de práticas que

havia se tornado quase rotineiras nas escolas da rede estadual, entre as quais: cobrança de taxa social; solicitação de dinheiro para confecção de provas mimeografadas; promoção de bingos, rifas e outros meios similares para arrecadar dinheiro dos estudantes. A medida determinava também o fim da exigência obrigatória de uniforme para alunos de 1ª a 8ª série.

Esse ato proibitivo reflete pelo menos duas questões: o desenvolvimento, no meio estudantil, de uma atitude de contestação e não aceitação do que era imposto e somado a isso, o agravamento da situação financeira das famílias, não suportando mais arcar com tantas despesas.

Por outro lado, a proibição das cobranças representou um duro golpe para as administrações escolares uma vez que não foi estabelecida nenhuma forma de repasse de verba para suprir as despesas necessárias. Isso terminou fazendo com que as escolas desenvolvessem formas alternativas de angariar recursos, à custa dos estudantes. Geralmente isto acontecia através de promoções de cunho extra-escolar ou através da solicitação de materiais de limpeza e de consumo, assim como de expediente, a título de “contribuição espontânea”, geralmente no ato da matrícula.

Nas escolas da rede municipal o quadro não era diferente, por vezes até pior, considerando-se as dificuldades de mobilização dos estudantes das séries iniciais, no encaminhamento de questões que assumem ar de complexidade e exigem lutas por vezes acirradas.

Quando o município de Santarém voltou à condição de normalidade política, o quadro educacional apresentava *déficit* no atendimento escolar dentro da faixa etária prevista, em todas as modalidades de ensino (conforme destacado na tabela 9). Além do insuficiente desempenho dos governos militares na área da educação, o governo do PMDB instalado em 1983, praticamente nada realizou no sentido de

melhorar o atendimento escolar na rede pública de ensino em Santarém. O *déficit* existente em cada modalidade de ensino revela claramente o legado dos governos militares para a sociedade e educação no município que ao longo de 15 anos esteve na condição de área de interesse da segurança nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito central deste trabalho foi de promover um resgate da história da sociedade e da educação em Santarém durante o período em que o município foi área de segurança nacional (1969-1984).

A reconstrução da história, a partir da descrição dos acontecimentos, com base em fontes documentais e entrevistas, permitiu demonstrar que o estágio em que se encontrava o desenvolvimento econômico, em Santarém, no início dos anos 60, não exigia a absorção de grande parcela de trabalhadores em atividades urbanas.

A maioria da população, ainda concentrada em pequenas comunidades na zona rural, na qualidade de pequeno produtor, arrendatário ou meeiro, não sentia de forma direta os efeitos da relação capitalista-trabalhador assalariado. Esse fator, somado às dificuldades de comunicação e de transporte, tornava muito difícil a mobilização e a participação popular em torno de questões políticas e sociais mais amplas. Por outro lado, aumentava a influência dos “coronéis” e políticos conservadores, os quais se encarregavam de disseminar o medo do comunismo nas localidades sob seus domínios.

Isso ajuda a compreender porque o golpe de 1964 tenha sido motivo de comemoração e porque os governos militares e seus aliados, no contexto local e

regional, praticamente não tenham enfrentado resistências, mesmo permanecendo tanto tempo no controle do poder.

De certa forma, também ajuda a entender porque, ao longo de toda a trama que resultou no afastamento do Prefeito Elias Pinto, nomeação do Interventor Federal e inclusão do município de Santarém como área de interesse da segurança nacional, a população tenha apresentado um comportamento que demonstra isentar os governos militares de envolvimento direto nos fatos acima apontados.

O trabalho demonstra que a inclusão de Santarém na condição de área de interesse da segurança nacional relacionava-se com a necessidade estratégica dos governos militares em exercer um maior controle sobre a região. Isso aconteceu basicamente através de quatro modalidades: 1) Política (nomeação de Prefeitos); 2) Econômica (realização de obras); 3) Repressiva (que teve um caráter preventivo, com a presença da 8ª BEC e do 3º BPM) e 4) Educacional, com o aumento do controle ideológico exercido através da educação institucionalizada.

Integrados aos interesses do capital, os governos (federal e estadual) propiciaram uma fase de desenvolvimento no município de Santarém, ao longo da década de 70. Foi colocada em prática uma série de projetos que correspondiam aos interesses do capital. Tais projetos (entre os quais estradas, aeroporto, hidrelétrica e porto) representavam a utilização de recursos públicos na implantação de uma infraestrutura indispensável para o funcionamento de indústrias e o escoamento da produção. Por também atender aos interesses do empresariado local e garantir a geração de empregos, foram bem recebidos pela expressiva maioria da população.

Com o fim do “milagre brasileiro”, porém, a presença do Governo Federal foi sendo esvaziada, porque já não eram tão fortes os apelos em nome da

Segurança Nacional, que justificassem investimentos de grande porte em localidades que não representavam mais a ameaça subversiva tão temida nas décadas de 60 e 70.

O saldo do desenvolvimentismo dos anos 70 para a educação no município de Santarém, no que pese a construção de várias escolas, foi a ampliação de problemas como reprovação, evasão e má qualidade do ensino, evidenciada principalmente com o fracasso da proposta de profissionalização do 2º grau.

É inegável que houve ampliação na oferta de vagas, mas em contrapartida nunca foi tão evidente o número dos que ficaram fora da escola. Isso porque, diferentemente das décadas anteriores, havia uma expectativa criada na população quanto à capacidade de a escola promover mudanças, tanto na sociedade quanto no indivíduo, incluindo-se a sua ascensão social e garantia de sucesso profissional.

No início dos anos 80, no contexto de mais uma reforma partidária e das dissidências regionais entre governistas e oposição, em busca de voto, os candidatos “inundaram” a imaginação dos habitantes/eleitores da cidade com discursos da retomada ou mesmo da continuidade do desenvolvimento ocorrido na década anterior. Todos, independentemente do fato de pertencer ao partido da situação ou da oposição ao governo militar, centraram os discursos nessa temática. Entende-se que com isso houve um reforço da visão positiva já presente no conjunto da população quanto aos benefícios que a ditadura havia trazido para Santarém.

Os discursos, mesmo dos que se colocavam em oposição ao regime militar, pouco contribuíram para esclarecer sobre aquele desenvolvimentismo centralizado, sem a participação e a fiscalização da sociedade. Os governos militares ainda hoje são considerados por uma expressiva parcela da população, como os que

mais se preocuparam com o desenvolvimento da região. Esse desenvolvimento trouxe, em contrapartida, uma explosão de problemas sociais resultantes do acentuado aumento populacional da cidade e a ausência de um planejamento político, visando à criação de infra estrutura e meios para suportar tal crescimento.

Todavia, foi o “progresso” dos anos 70 que propiciou o surgimento e a proliferação de grupos organizados, especialmente de estudantes e trabalhadores, os quais sob a influência da ala progressista da Igreja Católica, desenvolveram formas de oposição, contestação e resistência aos governos federal, estadual e municipal.

Ressalte-se que os movimentos sociais e populares que surgiram em Santarém, não contaram em sua fase inicial com lideranças políticas. Na verdade, praticamente não podiam contar com essa possibilidade. Desde a cassação do mandato de Elias Pinto, ainda não havia surgido outra figura capaz de aglutinar em sua volta tantos descontentes.

A ausência de eleição para Prefeito e, conseqüentemente, a ausência de debate em torno de projetos políticos para a administração do município por quinze anos, explica em parte o não surgimento de novas lideranças e, até mesmo, a anulação crescente das lideranças já existentes. Ao ser restabelecido o voto para escolha do Chefe do Executivo municipal, havia poucas alternativas. O processo de discussão e participação política praticamente teve que ser construído do ponto inicial.

O fato de o Prefeito ser nomeado, correspondendo prioritariamente à confiança do Presidente da República e do Governador do Estado, e não à confiança e a aprovação do povo através do voto, resultou em uma desconfiança, por parte da população, quanto à capacidade de o gestor local liderar iniciativas que pudessem melhor corresponder às necessidades do município.

Pela obediência que o prefeito assumia perante aquelas esferas do Poder, terminava constituindo-se um mero executor de ordens. Assim, durante quinze anos, a população conviveu com a ausência de uma autoridade autêntica e representativa no âmbito do executivo municipal.

No que pese o fato dos Prefeitos de Santarém, de 1969 a 1984, terem sido nomeados pelo Presidente da República e pelo Governador do Estado, não significou que todos eles tenham gozado de prestígio junto aos ocupantes daqueles cargos, mesmo que a Prefeitura tenha sido contemplada com significativa transferência de recursos. O crescente desgaste perante a população, por parte dos prefeitos nomeados e de quem os indicava e os nomeava, ia aos poucos fornecendo os elementos para a saturação daquele modelo.

A campanha eleitoral de 1982, que resultou na vitória do candidato do PMDB para o governo do Estado, também foi significativa para o aguçamento das manifestações organizadas. No entanto, outra vez os ataques foram desviados do alvo principal, uma vez que o governo estadual, cada vez em maior grau, passou a assumir o ônus da situação, sendo responsabilizado pelo agravamento dos problemas.

As reivindicações terminaram sendo canalizadas para o governo estadual, que passou a ser cobrado no sentido de resolver todos os problemas lentamente construídos ao longo de mais de duas décadas (sem contar com a parcela de culpa de outros governos anteriores aos militares).

Estradas e energia elétrica passaram a ser as grandes reivindicações, inclusive pela massa desprovida de qualquer possibilidade de extração de vantagens com esse tipo de melhoria, mas sob influência daqueles que seriam beneficiados com tais investimentos. As justificativas visando conquistar o apoio da população,

apontavam o desemprego, o alto custo de vida, as deficiências no campo da saúde e da instrução, como sendo causados pela ausência de condições para instalação de indústrias e crescimento do comércio.

Nos anos que se seguiram ao golpe de 1964, a sociedade brasileira foi sufocada por um Estado autoritário, razão pela qual exigia a democratização. Os governos militares quando sentiram que era inevitável ceder, conduziram a abertura *lenta, gradual e segura*. Os anos finais do regime militar demonstraram que se processou a “redução da intervenção do Estado - uma liberalização - e não um aumento do controle do povo sobre o Estado - uma democratização” (MORAES, 1987: 22-23).

É inegável que nesse processo tenha ocorrido o fortalecimento da sociedade civil, contudo, não o suficiente para garantir uma maior participação dela na vida política do país. A luta por democracia e participação foi, de certa forma, reduzida à conquista do direito do voto. Daí resultou o entendimento de que através de eleições se resolveriam todos os problemas.

As conseqüências são visíveis ainda hoje, quando se nota que a discussão em torno de questões polêmicas como privatização e cortes no orçamento, atingindo setores tais como saúde e educação, fica restrita a poucos segmentos. O conjunto dos eleitores demonstra entender que sua obrigação foi consumada no momento em que exerceu o direito do voto.

Acompanhando-se o que ocorreu em Santarém, ao longo do período em que esteve na condição de área de interesse da segurança nacional, e no qual sentiram-se mais fortemente as ações governamentais embasadas na concepção ideológica da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, pode-se afirmar que:

- A “preocupação” para com a educação, apesar do discurso oficial e das intenções

expressas na legislação educacional, não visava a uma melhoria generalizada na qualidade do processo ensino-aprendizagem e sim, a ampliar a base do sistema educacional. Ao realizar essa ampliação, o Estado terminou por produzir pressão de demanda sobre os demais níveis (médio e superior), abrindo caminho para a expansão da rede privada de estabelecimentos de ensino.

- O aumento da escolaridade obrigatória para 8 anos e do número de matrículas pode ser visto como um importante componente das “grandezas” que a estratégia desenvolvimentista recomendava ao país; ao mesmo tempo, o crescimento vertiginoso do sistema de ensino, público e privado, não poderia acontecer de forma a sair do controle das autoridades governamentais. Daí a necessidade da adoção de medidas de repressão, tanto de ponto de vista preventivo (censura, proibições diversas, ameaças e disseminação do medo) como punitivo (suspensão de direitos, prisões, torturas e outras formas de violência).

Espera-se que este trabalho tenha fornecido elementos para uma melhor compreensão da sociedade e da educação efetivada pelos governos militares em Santarém, no período em que o município esteve na condição de área de interesse da Segurança Nacional. Tem-se consciência de que, por tratar-se de um período recente na história brasileira e, principalmente, por ter sido um período de exceção, muita coisa ainda está obscurecida e à espera de novos estudos a partir de fontes ainda não tornadas disponíveis.

Não seria possível neste trabalho dar conta de todo o conjunto de relações sociais inerentes a tão vasto período. No entanto, procurou-se apresentar subsídios para novas investigações, o que é perfeitamente compreensível e até esperado de uma produção de caráter científico.

Algumas temáticas podem ser aprofundadas, como por exemplo: num plano mais geral, a relação entre a doutrina de segurança nacional e a educação; a influência das disciplinas Educação Moral e Cívica, OSPB e Estudos de Problemas Brasileiros na formação ideológica da população. No plano local, as políticas educacionais e o financiamento que foi direcionado para a educação, considerando-se o volume de recursos e a efetiva aplicação, bem como os resultados que foram alcançados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Ana Valdez. **Segurança nacional:** lei n.º 6. 620/78 - antecedentes, comparações, histórico. BRASÍLIA: Congresso. Senado Federal. Subsecretaria de Edições Técnicas, 1980.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis (RJ): Vozes, 1984.
- AVISO. **Jornal de Santarém.** Edição 1.334, de 24.03.1968, p.01.
- BARROS, Edgard Luiz de. **Os governos militares.** 5 ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- BARROSO, Wilson. DAMASCENO, Alberto. SILVEIRA, Neudalino. **Canhões, terços e letras: poder e educação no Grão-Pará.** Belém: Universidade Federal do Pará, 1993. (Mimeo).
- BETING, Joelmir. Os párias do quatrilhão. In: **Revista VEJA.** Edição número 1476, ano 29, número 52, 25 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 866. Diário Oficial da União de 12.09.1969: Declara de interesse da segurança nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea "b", da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências. Brasília: **Legislação Federal.**
- _____. Decreto-Lei n. 2.183. Diário Oficial da União de 24.12.1984: Descaracteriza como de interesse da segurança nacional os municípios que especifica. Brasília: **Legislação Federal.**
- _____. Ministério da Educação e Cultura. **Educação moral e cívica nos três níveis de ensino como disciplina obrigatória:** prescrições sobre currículos, programas básicos. Editado pelo INEP, em colaboração com a Comissão Nacional de Moral e Civismo. Brasília: MEC, fev. 1970-A.

- _____. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. **Metas e bases para ação do governo** (síntese). Brasília: Ministério do Planejamento, set. 1970-B.
- _____. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. IPEA - Instituto de Planejamento Econômico e Social. **Documento n.º 5: Região do Tapajós - Belterra - Santarém**. Brasília: IPEA, agosto de 1973.
- _____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. **I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 1971.
- _____. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília: Ministério do Planejamento, 1974.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- CALMON, Pedro. **Espírito da sociedade colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- CAMARGO, Enjolras José de Castro. **Estudo de problemas brasileiros**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1979.
- CAMPOS, Maria Regina Machado de. CARVALHO, Maria Aparecida de. **A educação nas constituições brasileiras: 1934, 1937, 1946, 1969, 1988**. Campinas (SP): Pontes, 1991.
- CASTRO, Júlio César Imbiriba de. A importância da boa leitura. **Jornal de Santarém**, Edição 1.273, de 14.01.1967, p. 2.
- CONVENÇÃO DA ARENA. **Jornal de Santarém**. Edição 1.260, 03.10.1966, p. 3.
- CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, estado e democracia no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991.
- CUNHA, Luiz Antônio. GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 7 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 3 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.
- DUTRA, Manuel. Tribo sem cacique. **Jornal de Santarém**. 26.11.1979, p. 2.
- ENSINO DE 2º GRAU É DEFICIENTE. **Jornal de Santarém**. 22.09.1984, p.3.
- ESTUDANTES AVISTAM-SE COM O GOVERNADOR E APONTAM MUITAS FALHAS NO SETOR EDUCACIONAL. **Jornal de Santarém**. 02.07.1983, p. 3.
- FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém: momentos históricos**. 4 ed. Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1996.

FONSECA, Wilson. **A educação em Santarém: breve notícia histórica.** Santarém: UFPA, 1995.

GABLER, Aurenice Araújo. ALMEIDA, Francisco Edson. MAGALHÃES FILHO, Lauro. **MEB - vinte anos em Santarém: suas contribuições na emancipação do homem.** Universidade Federal do Pará. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como exigência parcial para graduação em Pedagogia. Campus Universitário de Santarém, 1996.

GERMANO, José Willington. **Estado militar e educação no Brasil (1964-1985).** 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GOERTZEL, Ted. MEC-USAID: ideologia norte-americana na educação brasileira. **In: Revista Civilização Brasileira**, Ano III, n.º 14. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, jul. 1967.

HENN, Célia Maria de Andrade. COELHO, Wiliam José. BENTES, João Elias Brasil et al. **Administração pública no município de Santarém: transição da década de 70 para os anos 90.** Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Monografia final do curso de especialização em planejamento do desenvolvimento regional. Campus Universitário de Santarém, 1997 (disquete).

IANNI, Octávio. As estratégias de desenvolvimento. **In: Toledo, Caio Navarro de (Org). 1964 Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo.** Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. CENSO DEMOGRÁFICO DE 1960: Acre, Amazonas, Pará. VII recenseamento geral do Brasil. Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1968. V. 1, tomo II, 2ª parte.

CENSO DEMOGRÁFICO DO PARÁ. VIII Recenseamento Geral do Brasil, 1970. Série Regional. Rio de Janeiro: IBGE, 1970. V. I, Tomo IV.

CENSO DEMOGRÁFICO DE 1980. Dados distritais Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1980. V. I, Tomo III, N.º 4, 1980.

JOERIGHT, Frei Gregório. catequese urbana. **In: Anuário da Diocese de Santarém.** edição comemorativa. Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1992.

LEITÃO, Leny. **A política educacional do ensino superior e o regime autoritário: a configuração do ensino superior em São Paulo.** **In: Revista Trajetos.** V. 2, n.º 3. p. 1 a 13. Campinas (SP): Faculdade de Educação da Unicamp, abr. de 1995.

LEROY, Jean Pierre. **Uma chama na Amazônia.** Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

LOCATELLI, Cleomar. SILVA, Arinalda Freitas da. **O papel educativo da rádio emissora de educação rural de Santarém no período militar (de 64 a 74).** TCC, pedagogia. UFPA-Campus de Santarém, 1997.

- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Estado, bandidos e heróis: utopia e luta na Amazônia**. Belém (PA): Cejup, 1997.
- LUDWIG, Antonio Carlos. **A formação do oficial brasileiro e a transição democrática**. Tese de doutoramento. UNICAMP, 1992.
- MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MARTINS, Roberto R. **Segurança nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. 3 ed. Tradução de Reginaldo Sant'anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MATHIS, Armin. BRITO, Daniel Chaves de. BRÜSEKE, Franz Josef. **Riqueza volátil: a mineração de ouro na Amazônia**. Belém (PA): CEJUP, 1997.
- MELO FILHO, Murilo. **O progresso brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1974.
- MONTARROYOS. Joseide Gomes. **Educação de adultos como doutrinação: fundamentos e métodos da doutrina de 'segurança e desenvolvimento' do Brasil, através das atividades da escola superior de guerra e sua associação de diplomados**. Recife: Editora Universitária, 1982.
- MORAES, João Quartim de. Autonomia militar e construção da potência. In: **As forças armadas no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.
- _____. O colapso da resistência militar ao golpe de 64. In: **Toledo, Caio Navarro de (Org). 1964: Visões críticas do golpe - democracia e reformas no populismo**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1997.
- NÃO HÁ MOTIVO PARA PROTESTO OU EXPLORAÇÃO. **Jornal de Santarém**. Edição 1.340 de 11.05.1968, p. 02.
- NOSSO PARÁ. Número 3. Belém (PA): Editora Ver, 1996.
- NOVELA SANTARENA. **Jornal de Santarém**. Edição 1.317, de 25.11.1967, p.02.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia**. Tese de Livre Docência. UNICAMP, 1993.
- PAIVA, José Maria de. **Colonização e catequese**. São Paulo: Cortêz/Autores Associados, 1982.
- PARÁ, Gov. do Estado. Secretaria Estadual de Planejamento. **Perfil do Município de Santarém: perfil urbano 1981**. V. 1. Belém (PA): SEPLAN, 1981.
- _____. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. IDESP - Instituto de

- Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Pará. **Estatísticas Educacionais do Pará - 1985-1990: Atendimento Escolar.** Belém(PA): IDESP, 1989.
- PASSARINHO, Jarbas. Carta aberta ao sr. governador do estado. **O Liberal.** 30/01/1981, p. 1.
- _____. **Um híbrido fértil.** 3 ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.
- PASSEATA PRÓ-VITÓRIA DEMOCRÁTICA. **Jornal de Santarém.** Edição 1.139, de 23.05.64, p.1.
- PEREIRA, Mauricio Broinizi. **O complexo industrial-militar brasileiro: o projeto Brasil potência e os programas de construção da autonomia tecnológica e estratégica das forças armadas (1964-1994).** Tese de Doutorado USP. 1996
- PRADO JÚNIOR, Caio. **A evolução política do Brasil e outros estudos.** 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- PROCLAMAÇÃO AO POVO SANTARENO. **Jornal de Santarém.** Edição 1.464, de 03.10.1970, p. 1, 2 e 3.
- PROF^a. NEMÉSIA LIDEROU EQUIPE DE PROFESSORES. **Jornal de Santarém.** Edição 1.502, de 26.06.1971, p. 1 e 4.
- PROFESSORES: MEDO DA DEMISSÃO IMPEDE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. **Jornal do Baixo Amazonas.** 09 a 15 de dezembro de 1978, p. 6.
- PROFESSORES NÃO GOSTARAM DO AUMENTO. **Jornal de Santarém.** 30.03.1980, p. 4.
- QUEM TE VIU... QUE TE VÊ. **Programa da Festa de Nossa Senhora da Conceição.** Santarém: Gráfica e Editora Tiagão, 1972.
- REGULAMENTO DAS CAIXAS ESCOLARES NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO ESTADO. **Jornal de Santarém.** Edição 1.184, de 03.04.1965, p. 2.
- REIS, Arthur César Ferreira. **Santarém: seu desenvolvimento histórico.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- RETRATO DO BRASIL (Da Monarquia ao Estado Militar). Volume IV. Depoimentos. São Paulo: Editora Política, 1984.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 13 ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1993.
- RODRIGUES, Denise de Souza Simões. Introdução ao estudo da história da economia paraense. In: **Revista Nosso Pará.** Número 3. Belém (PA): 1995. p. 6 a 13.

- RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento econômico**. 3 ed. . São Paulo: Cortêz/Autores Associados, 1987.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 15 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.
- SALM, Cláudio. **Escola e trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SANFELICE, José Luis. **Movimento estudantil: a UNE na resistência ao golpe de 1964**. Tese de Doutorado. PUC - São Paulo, Centro de Educação, 1985.
- SANTANA, Antonio Cordeiro de. A economia paraense nos últimos 25 anos. In: Revista Nosso Pará. Número 3. Belém (PA): 1995. p. 74 a 89.
- SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**: Santarém. Belém: Imprensa Oficial do Estado, 1971.
- SANTOS, Mário Vitor. Regime militar de 64 modernizou economia e esmagou liberdades. In: **Folha de São Paulo**, 27 de mar de 1994, parte B-1. Caderno Especial: 30 anos depois.
- SAÚDE E EDUCAÇÃO SÃO PROBLEMAS EM SANTARÉM. **Jornal de Santarém**. 13.06.1981, p. 2.
- SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 3 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.
- _____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 8 ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- SINGER, Paul. As contradições do milagre. In: **Estudos CEBRAP 6**. São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1973.
- _____. O significado do conflito distributivo no golpe de 64. In: **Toledo, Caio Navarro de (Org). 1964 Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Campinas (SP) Editora da UNICAMP, 1997.
- SILVA, Golbery do Couto e. **Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1981.
- SPAGNOLO, Fernando. GÜNTHER, Harmut. 20 anos de pós-graduação: o que fazem nossos mestres e doutores? Uma visão crítica. In: **Revista SBPC**, V. 38, n.º 10, out. 1986.
- TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). **1964 Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Artigo: a democracia populista golpeada. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 1997.

UM SONHO FRANCÊS NA FLORESTA TROPICAL. Revista Nosso Pará. Número 1. Belém (PA): Editora Ver, 1996. p. 64-72.

UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL PARA A AMAZÔNIA: estudo especial da equipe da ESG. **Folha de São Paulo**. Suplemento Especial. Série Realidade Brasileira: Amazônia (n.º 1). São Paulo, 28.04.1968. p. 43-45.

VALENTE, Edna Fátima Barros. (Coord.) **O ensino público de 1º e 2º graus no município de Santarém no Estado do Pará**. Santarém: UFPA-INEP, 1990. (Mimeo).

XAVIER, Maria Elizabete. RIBEIRO, Maria Luisa e NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil: 30 anos depois**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AGUIAR, José Marcelo de. **Coletânea da legislação federal de ensino: da reforma Benjamim Constant à reforma Darcy Ribeiro, 1891 a 1997**. V. 2. Belo Horizonte: Editora Lâncer, 1997.
- ALMEIDA, Iara Maria. CAMPOS, Ana Maria. SAMPAIO, Maria das Dores. **Fontes jornalísticas para o estudo da história da educação em Santarém: 1970 a 1979**. Universidade Federal do Pará. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como exigência parcial para graduação em Pedagogia. Campus Universitário de Santarém, 1996.
- ALVES, Gilberto Luiz. Universal e singular: em discussão a abordagem científica do regional. In: **Anais do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "história, Sociedade e Educação no Brasil"**. Campinas: Faculdade de Educação - UNICAMP, 1996.
- BICUDO, Hélio. **Segurança Nacional ou submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. **Programa de ação econômica do governo 1964-1966 (síntese)**. Documentos EPEA n.º 1. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, nov. 1964.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil 1930-1983**. 14 ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BRUM. Argemiro Jacob. **Democracia e partidos políticos no Brasil**. Coleção Ciências Sociais. Rio Grande do Sul: Unijuí, 1988.
- CARNEIRO, José Queiróz. **O pessedismo e o baratismo no Pará**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAM, 1991.
- CARVALHO, Edinete Maria. BATISTA, José Orlando Gambôa. SANTOS FILHO, Raimundo Edmilson. **A produtividade escolar no ensino supletivo no 1º grau**. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA, 1987.
- COLARES, Maria Lília. MIRANDA, Denise. **SENAC em Santarém: o ensino profissionalizante em questão**. Universidade Federal do Pará. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como exigência parcial para graduação em Pedagogia. Campus Universitário de Santarém, 1996.
- COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina**. Tradução de A. Veiga Filho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- DEBRUN, Michel M. Os dois níveis da ideologia militar. In: **OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org.) Militares: pensamento e ação política**. p. 189-195.

- DUTRA, Manuel. Tribo sem cacique. In: **Jornal Folha do Baixo Amazonas**. Santarém, Edição de 24. 01. 81, p. 3.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **À sombra dos carvalhos: militares e civis na formação e consolidação da escola superior de guerra**. Dissertação de Mestrado. UNESP, 1994.
- FURTADO, Celso. **Brasil: a construção interrompida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- GURGEL, José Alfredo Amaral. **Segurança e democracia**. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.
- HORTA, José Silveira Baia. A educação no congresso constituinte de 1966-67. In: FÁVERO, Osmar. **A educação nas constituintes brasileiras: 1823-1988**. Campinas (SP): Autores Associados, 1996.
- IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- INÁCIO FILHO, Geraldo. **Ordens do dia e educação política: da construção à materialização da representação coletiva**. Tese de Doutorado. UNICAMP, 1997. mimeo
- LAPA, José Roberto do Amaral. **História e historiografia: Brasil pós-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2 ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- LIMA, Gen. Afonso Augusto de Albuquerque. A participação do ministério do interior no desenvolvimento e na ocupação da Amazônia. In: **Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.
- LUCIANI, Giacomo. A OPEP na economia internacional: 1973-1978. In: **Encontros com a civilização brasileira**, n.º 16. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e autoritarismo: o caso brasileiro**. Marília/SP: UNESP, 1984. Coleção "Publicação Avulsa", n.º 69.
- MONTEIRO, Elson Luiz Rocha. **Sindicato dos trabalhadores rurais de Santarém**. TCC, história, ufpa, 1994.
- NASCIMENTO, Ducilla Almeida do. BATISTA, José Orlando Gambôa. SANTOS FILHO, Raimundo Edmilson. BELO, Raimundo Genaldo Xavier. **O curso técnico em magistério na escola estadual de 2º grau Álvaro Adolfo da Silveira**. TCC pedagogia, UFPA, 1987.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. A doutrina de Segurança Nacional: pensamento político e projeto estratégico. **In:** OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (Org). **Militares: pensamento e ação política**. Campinas(SP): Papirus, 1987.

OLIVEIRA, Francisco. Dilemas e perspectivas da economia brasileira no pré-64. **In:** Toledo, Caio Navarro de (Org). **1964 Visões críticas do golpe: democracia e reformas no populismo**. Editora da UNICAMP, Campinas, 1997.

PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e regressão política**. 3 ed. São Paulo, 1995.

PARÁ, Gov. do Estado. Secretaria de Estado de Educação e Cultura. Portaria n.º 2338/66. Regulamenta o funcionamento dos estabelecimentos de ensino de grau médio. Belém (PA): SEDUC, 16 de agosto de 1966.

_____. Lei n.º 4093, de 5 de fevereiro de 1968. Dispõe sobre o conselho estadual de educação e o sistema estadual de educação. Belém (PA): SEDUC, 1968.

_____. Fundação Educacional do Pará. Portaria n.º 195/70, de 30 de março de 1970. Assunto: Recomenda aos diretores que faça comemorar condignamente a semana da Revolução. Belém (PA): FEP, 1970.

_____. Resolução n.º 56/72, de 29/11/1972. Assunto: fixa as contribuições da caixa escolar. Belém (PA): FEP, 1972.

_____. Secretaria de Estado de Educação. Fundação Educacional do Pará. **Perspectivas do Ensino de 2º Grau: histórico - plano de implantação da Lei 5.692/71**. Belém (PA): SEDUC, 1978.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN. **Plano anual de trabalho - 1979**. Belém (PA): SEPLAN, 1979.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN. **Plano anual de trabalho - 1980**. Belém (PA): SEPLAN, 1980.

_____. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 016 de 03 de fevereiro de 1983. ementa: fixa normas para a implantação da lei nº 7044, de 18 de outubro de 1982, nos termos do parecer n.º 07/1983-CEE-Pará. Belém (PA): CEE, 1983.

PESSOA, Mário. **O direito da segurança nacional**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1971.

PINTO, General Lauro Alves. A participação das forças armadas na ocupação da Amazônia. **In: Problemática da Amazônia**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1971.

RIBEIRO, José Valente. **Palestra sobre o PREMEX**: 1º aniversário da escola polivalente "Plácido de Castro". Santarém (PA), mar. 1984 (mimeo).

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. **Vida e morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Tradução de Ítalo Tronca. Rio de Janeiro: Artenova, 1975

VENTURA, Zuenir. **1968 o ano que não terminou: a aventura de uma geração**. 12 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Evaldo. **A república brasileira: 1964-1984**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1986

Documentos

Anais da Câmara Municipal de Santarém (Atas das reuniões realizadas no período 1964-1985).

Atas das reuniões da Assembléia Geral e correspondência oficial (relatórios, memorandos, ofícios) da Associação Comercial de Santarém, período 1964-1985

Decretos, Ofícios, Portarias e outras correspondências oficiais (expedidas e recebidas). Prefeitura Municipal de Santarém, período 1964-1985.

Portarias e Ofícios da Fundação Educacional do Estado do Pará, enviadas ao Colégio Alvaro Adolfo da Silveira.

Ofícios Circulares enviados da 5ª Unidade Regional de Educação, às escolas públicas da rede estadual de ensino em Santarém.

Revistas e jornais

Jornal Folha do Baixo Amazonas.

Jornal Folha do Norte.

Jornal de Santarém.

Jornal Folha de São Paulo. Suplemento Especial "Amazônia" nº 1. Série Realidade Brasileira. 28.04.1968 (143 p.).

PROGRAMA DA FESTA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO (Edições de 1972 a 1978, 1986, 1988, 1994 e 1996). Diocese de Santarém.

Revista Civilização Brasileira.

Revista Nosso Pará.